



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL

DANIELA BEZERRA DE MENEZES GOMES

**O ENSINO DE SOCIOLOGIA NOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS DAS ESCOLAS
DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL NO CEARÁ**

FORTALEZA

2024

DANIELA BEZERRA DE MENEZES GOMES

O ENSINO DE SOCIOLOGIA NOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS DAS ESCOLAS DE
ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL NO CEARÁ

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia. Área de concentração: Ensino de Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Willams Ribeiro Lopes.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- G613e Gomes, Daniela Bezerra de Menezes.
O ensino de Sociologia nos itinerários formativos das escolas de Ensino Médio em tempo integral no Ceará / Daniela Bezerra de Menezes Gomes. – 2024.
139 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2024.
Orientação: Prof. Dr. Francisco Willams Ribeiro Lopes.
1. Ensino de Sociologia. 2. Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. 3. Itinerários Formativos. 4. Novo Ensino Médio. I. Título.

CDD 301

DANIELA BEZERRA DE MENEZES GOMES

O ENSINO DE SOCIOLOGIA NOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS DAS ESCOLAS DE
ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL NO CEARÁ

Dissertação apresentada Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia. Área de concentração: Ensino de Sociologia.

Aprovada em: 23/05/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Willams Ribeiro Lopes (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Irapuan Peixoto Lima Filho
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Michely Peres de Andrade
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e oportunidades de crescimento que destinou a mim, neste plano, e por me conduzir pelo caminho do bem e do serviço ao outro.

Ao meu estimado orientador, Prof. Dr. Willams Lopes, por ter conduzido - me, com magnanimidade, paciência e compreensão, durante todo o processo árduo e prazeroso e por ter acreditado e construído as ideias que nortearam o cerne da pesquisa de uma principiante professora no campo disciplinar da Sociologia na escola.

À minha família, meus pais José e Eneida, meus irmãos Catarina, Vitória, Giordano Bruno e José Walter, em especial a minha filha, Laurinha, pela torcida, pelo abstract desta obra, pela compreensão diante das ausências em tantos momentos durante a pesquisa e por todo o amor, que me dá estrutura.

À minha tia Lêda Bezerra (*in memoriam*) que sempre me apoiou e cuidou de mim com muito amor e zelo durante essa vida, cuja perda irreparável, no período pandêmico, me tomou de surpresa.

Ao Jorge Dutra, pelos momentos de escuta, compreensão diante das ausências em alguns momentos e pelas trocas afetivas nesse período tão importante para minha formação.

Ao meu querido e grande amigo, Newton Malveira, por quem tenho elevada estima e consideração como pessoa e profissional, que muito incentivou- me a estudar para a seleção do mestrado, por acreditar, até mais do que eu mesma, na minha capacidade, pelas valiosas trocas de ideias e experiências compartilhadas ao longo de todo o processo, pela leveza e compreensão em todos os momentos que o procurei para dividir os pesares e alegrias durante os estudos.

Ao meu querido e grande amigo, Natan Rodrigues, pelo encorajamento e pelas trocas de saberes ao longo do percurso da pesquisa.

Ao Prof. Dr. Irapuan Peixoto e à Prof^a. Dra. Monalisa Soares pelas significativas ponderações, análises e contribuições, além do direcionamento tão importante na banca de qualificação.

Aos estimados professores do PROSOCIO/UFC, pelas trocas de saberes, experiências e pelas valorosas contribuições abordadas durante as aulas.

À Secretaria da Educação do estado do Ceará pela possibilidade de crescimento interdimensional destinado a minha trajetória profissional e pessoal, no qual resultou novos horizontes para desbravar os campos desta pesquisa.

Aos núcleos gestores das EEMTI Paulo Benevides e Poeta Otacílio Colares pelo incentivo e apoio, imprescindíveis, à pesquisa.

Aos queridos amigos professores, coordenadores, psicólogos, gestores, técnicos, diretores tanto da Rede privada de ensino quanto da Seduc com quem trabalhei ao longo desses 31 anos de exercício do magistério e que contribuíram para o meu crescimento profissional e pessoal, seja com o convívio profissional ou com a atenção em participar das entrevistas da pesquisa.

Aos queridos amigos professores, colegas de turma do PROFSOCIO/UFC, pelo saudável convívio e troca de experiências ao longo do percurso formativo.

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa analisa como a Sociologia se apresenta na composição dos itinerários formativos ofertados na etapa final da Educação Básica no contexto do Novo Ensino Médio em Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) no estado do Ceará. De modo mais específico, investiga como as teorias, conceitos e temas da Sociologia se expressam na Unidade Curricular Eletiva (UCE) intitulada Sociologia para o Enem. Como contribuição, este trabalho também traz um fascículo que visa mitigar a ausência de material didático estruturado e subsidiar a prática docente, mobilizando conceitos sociológicos e recursos didáticos que integram o campo do saber sociológico com as demais áreas do conhecimento. Considerando os agentes que participam diretamente da organização curricular brasileira, mediante a Reforma do Ensino Médio, a pesquisa foi realizada com base em um referencial teórico que trata de expor as frentes de atuação e a posição das agências e agentes correspondentes dos setores privados e/ou que representam os organismos financeiros internacionais no processo de reconfiguração da arquitetura curricular das secretarias estaduais. Em função disso, a pesquisa apresenta os objetivos e alcance das políticas públicas educacionais brasileiras diante do contexto do Novo Ensino Médio, considerando os desafios impostos pela reorganização dos currículos para atender à lógica global e as possibilidades que possam surgir como perspectiva da emancipação humana dos estudantes. A metodologia aplicada neste trabalho caracteriza-se como qualitativa, por meio de aplicação de questionário online ou de modo presencial, com os professores que ministraram a UCE - Sociologia para o Enem, no ano de 2022, na rede estadual de educação do estado do Ceará. Com base nos relatos dos professores pesquisados, pode-se constatar que a proposta de trabalhar com a UCE - Sociologia para o Enem ultrapassa a concepção de ensino restrito e unilateral, difundida pela Reforma do Ensino Médio que, em linhas gerais, propala e defende a ideia de um ensino com ênfase no mundo do trabalho e na hegemonia e hierarquização das disciplinas em função da supervalorização da matemática e português, inclusive aplicando essa interpretação na parte diversificada do currículo. Na prática, a UCE - Sociologia para o Enem se propõe a atuar na formação político-cidadã dos jovens e pela defesa de uma educação que busque a emancipação humana dos estudantes. Por fim, a pesquisa objetiva amenizar o relativo ceticismo que afugenta a Sociologia acerca da impossibilidade de reverter a condição de hierarquização dos saberes, evidenciando as possibilidades de mobilização dos itinerários formativos na perspectiva de fortalecer a identidade pedagógica da disciplina e do professor.

Palavras-chave: ensino de sociologia; escolas de ensino médio em tempo integral; itinerários formativos; novo ensino médio.

ABSTRACT

The present research work analyzes how Sociology manifests itself in the composition of the formative itineraries offered in the final stage of Basic Education within the context of the New High School in Secondary Education in Full-Time High Schools (EEMTI) in the state of Ceará. More specifically, it investigates how the theories, concepts and themes of Sociology are expressed in the Elective Curricular Unit (UCE) entitled Sociology for Enem. As a contribution, this work also provides a booklet aimed at mitigating the absence of structured teaching material and supporting teaching practice, mobilizing sociological concepts and teaching resources that integrate the field of sociological knowledge with other areas of knowledge. Considering the agents directly involved in the Brazilian curriculum organization, through the High School Reform, the research was conducted based on a theoretical framework that exposes the fronts of action and the position of the corresponding agencies and agents in the private and/or private sectors representing international financial organizations in the process of reconfiguring the curricular architecture of state departments. As a result, the research presents the objectives and scope of Brazilian public educational policies in the context of the New High School, considering the challenges imposed by the reorganization of curricula to meet global logic and the possibilities that may arise as a perspective for the human emancipation of students. The methodology applied in this work is characterized as qualitative, through the application of an online or face-to-face questionnaire with teachers who taught the UCE - Sociology for Enem, in the year 2022, in the state education network of the state of Ceará. Based on the reports of the surveyed teachers, it can be observed that the proposal to work with the UCE - Sociology for Enem goes beyond the concept of restricted and unilateral teaching, disseminated by the Secondary Education Reform which, in general terms, promotes and defends the idea of teaching with an emphasis on the world of work and the hegemony and hierarchization of subjects due to the overvaluation of Mathematics and Portuguese, including applying this interpretation to the diverse part of the curriculum. In practice, UCE - Sociology for Enem proposes to act in the political-citizen training of young people and in defense of an education that seeks the human emancipation of students. Finally, the research aims to alleviate the relative skepticism that scares Sociology about the impossibility of reversing the condition of hierarchization of knowledge, highlighting the possibilities of mobilizing training itineraries with a view to strengthening the pedagogical identity of the discipline and the teacher.

Keywords: teaching sociology; full-time high schools; training itineraries; new high school.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Série Histórica da implantação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral no Ceará	47
Figura 2	– Distribuição de Tempo Integral 2022	48
Figura 3	– Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - 2023	50
Figura 4	– Planejamento da expansão do Tempo Integral	51
Figura 5	– Ementa UCE 032 - Humanas em quadrinho	65
Figura 6	– Ementa UCE 041 - Sociologia para o ENEM	72
Figura 7	– Mapa Mental movimentos sociais	98
Figura 8	– Movimentos Sociais no Brasil recentemente	99
Figura 9	– Movimentos sociais	101
Figura 10	– Manifestação do Bloco das Mulheres na Luta Contra a Violência do Estado no Dia Internacional da Mulher de 2013, Belo Horizonte	102
Figura 11	– Manifestação do Bloco das Mulheres	103
Figura 12	– Movimento negro unificado	105
Figura 13	– Mapa Mental Zygmunt Bauman	115
Figura 14	– Imagem representando os tipos de controle sofridos pela sociedade: o panóptico	117
Figura 15	– Sorria	118
Figura 16	– Big Brother Brasil, a espiadinha de sucesso	119
Figura 17	– Ponto eletrônico	120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Matriz curricular de referência para as EEMTI (45h/a) - Formação Geral Básica - FGB	52
Quadro 2 – Matriz curricular de referência para as EEMTI (45h/a) - Itinerários Formativos - IF	53
Quadro 3 – Quantitativo de Unidades Curriculares Eletivas por eixo temático, que se integram à Sociologia 2019.1	58
Quadro 4 – Quantitativo de Unidades Curriculares Eletivas por eixo temático, que se integram à Sociologia 2019.2	59
Quadro 5 – Unidades Curriculares Eletivas, da área de CHSA, que se integram à Sociologia - 2021	64
Quadro 6 – Unidades Curriculares Eletivas, da área de CHSA, que se integram à Sociologia - 2022	67
Quadro 7 – Posição das UCE em função da oferta nas EEMTI em 2022.1 e 2022.2	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT	Acordo de Cooperação Técnica
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEDTI	Célula de Desenvolvimento da Educação em Tempo Integral
CEE	Conselho Estadual de Educação
CHS	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMT	Comunicação, Uso de mídias, Cultura Digital e Tecnologia
CNE	Conselho Nacional de Educação
COETI	Coordenadoria de Educação em Tempo Integral e Educação Complementar
CREDE	Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação
CVLI	Crimes Violentos Letais Intencionais
CVP	Ciclo de Vida do Produto
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
DCRC	Documento Curricular Referencial do Ceará
ECI	Educação Científica
EDH	Educação em Direitos Humanos
EEMTI	Escola de Ensino Médio em Tempo Integral
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EMP	Ensino Médio e Profissional
FGB	Formação Geral Básica
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IF	Itinerários Formativos
INSE	Índice do Nível Socioeconômico
ISG	Instituto Sonho Grande
LDB	Lei de Diretrizes e Base
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MNU	Movimento Negro Unificado

MTP	Mundo do Trabalho e Formação Profissional
NEM	Novo Ensino Médio
OCDE	Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico
PCA	Professor Coordenador de Área
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PEE	Plano Estadual de Educação do estado do Ceará
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PV	Projeto de Vida
SEDUC	Secretaria da Educação
SEFOR	Superintendência das Escolas de Fortaleza
SEXEC	Secretaria Executiva
SSPDS	Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará
SUPESP	Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública
UCE	Unidade Curricular Eletiva

LISTA DE SÍMBOLOS

% Porcentagem

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	A RECOMPOSIÇÃO DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM TEMPOS DE REFORMA DO ENSINO MÉDIO	26
2.1	As perspectivas e contradições da ampliação da carga horária e da oferta dos itinerários formativos	33
2.2	A proposta de flexibilização curricular e as desigualdades educacionais inerentes	39
3	AS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL NO CEARÁ E LUGAR DA SOCIOLOGIA NOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS	45
3.1	A implantação, expansão e universalização das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral no Ceará	45
3.2	As Unidades Curriculares Eletivas e o lugar da Sociologia	55
4	A SOCIOLOGIA NA UCE - SOCIOLOGIA PARA O ENEM	74
4.1	Perfil dos professores, prática docente, condições de trabalho dos pesquisados e a formação docente como indicador de posicionamento da disciplina	78
4.2	Categorias sociológicas mobilizadas por meio da oferta da UCE - Sociologia para o Enem	84
4.3	Como a UCE - Sociologia para o Enem se propõe à formação omnilateral dos estudantes	87
5	FASCÍCULO - SOCIOLOGIA PARA O ENEM	92
6	CONCLUSÃO	128
	REFERÊNCIAS	130
	APÊNDICE A – ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO	133

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho discute como a Sociologia se apresenta na composição dos itinerários formativos ofertados na educação básica no contexto do Novo Ensino Médio em Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) no estado do Ceará. A discussão sobre como ocorre a incorporação dos referenciais teóricos da disciplina de Sociologia na parte diversificada do currículo visa mostrar as possibilidades dos conteúdos sociológicos serem trabalhados na perspectiva de área de conhecimento, bem como oferecer aos professores apoio pedagógico, expresso em um fascículo, intitulado: Sociologia para o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), que visa mitigar a ausência de material didático estruturado e subsidiar a prática docente, mobilizando conceitos da Sociologia, categorias sociológicas e um conjunto de recursos didáticos que integram o campo do saber sociológico com as demais áreas do conhecimento.

A motivação pela qual me conduziu a desenvolver este trabalho de pesquisa está vinculada a minha persistente constatação, enquanto estou Orientadora da Célula de Desenvolvimento da Educação em Tempo Integral (CEDTI) da Secretaria de Educação, de que há uma considerável defasagem no tocante à propositura de Unidades Curriculares Eletivas - (UCE) voltadas, essencialmente, ao ensino de Sociologia. E, pela observância contínua de que embora sejam tratados, tangencialmente, alguns dos conceitos e conteúdos da disciplina com foco na parte diversificada do currículo, destinada aos itinerários formativos, pouco há conexões com uma visão crítica voltada para a realidade histórico-social, seja no escopo da definição da maior parte das ementas, nos objetivos de aprendizagem, no objeto de estudo ou mesmo nas atividades que se propõem a apresentar um produto de relevância e impacto social.

Destarte, o objetivo central desta pesquisa consiste em compreender como o ensino de Sociologia dialoga com a proposta curricular integrada, destinada aos itinerários formativos, nas Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral no Ceará. Para isso, os objetivos específicos da pesquisa são: a) Apresentar o perfil dos professores que ministraram a Unidade Curricular Eletiva UCE - Sociologia para o Enem, no ano letivo de 2022, analisando as condições de trabalho e a prática docente, considerando a formação docente como um importante indicador de ajustamento e posicionamento da disciplina como campo disciplinar; b) Verificar, se nas práticas de ensino dos professores das escolas estudadas, houve categorias sociológicas mobilizadas por meio da oferta da UCE - Sociologia para o Enem; c) Analisar como a UCE - Sociologia para o Enem propõe-se à formação omnilateral dos estudantes. A metodologia aplicada caracteriza-se como qualitativa, por meio de aplicação de questionário online ou de

modo presencial, por meio de conversa, com os professores, o que possibilitou a coleta de informações e dados que apontaram para a análise exploratória acerca do objeto desta pesquisa que busca investigar qual lugar a Sociologia ocupa na parte diversificada do currículo no contexto da Reforma do Ensino Médio, analisando como a disciplina enfrentou os desafios e encontrou possibilidades para associar-se à proposta curricular integrada, destinada aos Itinerários Formativos (IF), nas EEMTI, no ano de 2022.

No contexto de implementação das Unidades Curriculares (UCE) nas EEMTI chama atenção que a UCE - Sociologia para o Enem representa ser a única componente curricular eletiva presente, na série histórica entre os anos de 2017 e 2022, no Catálogo de Unidades Curriculares Eletivas da rede estadual com proposição de ementa diretamente relacionada à matriz curricular da Sociologia. Ressalta-se que a UCE se apresentou presente nas ofertas curriculares de 38 (trinta e oito) EEMTI no ano de 2022, conforme coleta de dados extraídos do Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE) da Rede Estadual do Ceará¹.

Tendo a pesquisa centralizado seu lócus de observação e levantamento de dados, num recorte mais específico de análise, voltada para uma amostra de 38 (trinta e oito) EEMTI que ofertaram a UCE 041 - Sociologia para o Enem, no ano letivo de 2022. Com base nos dados de oferta coletados via SIGE, nos dois semestres do ano de 2022, o desenvolvimento desta pesquisa focalizou nesta amostra de EEMTI, com aplicação de questionário para o recorte específico de professores que ministraram a UCE - Sociologia para o Enem no referido ano letivo.

É importante registrar que deste universo de EEMTI elencadas e autorizadas a participarem da pesquisa, por terem ofertado a UCE - Sociologia para o ENEM, em 2022, obtiveram-se respostas² de 12 (doze) delas, o que corresponde a aproximadamente um terço de insumos.

¹ Importante registrar que o questionário enviado às EEMTI elegíveis para esta pesquisa atendeu às medidas de Segurança e Restrição de Dados Sensíveis do público-alvo pesquisado, conforme a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), portanto não foi possível identificar dentre elas quais as 12 (doze) respondentes.

² EEMTI Presidente José Sarney, EEMTI Antônio Geraldo de Lima, EEMTI Carneiro de Mendonça, EEMTI Professor Clodoaldo Pinto, EEMTI Professor Edmilson Pinheiro, EEMTI José de Borba Vasconcelos, EEMTI Desembargador Raimundo Carvalho Lima, EEMTI Antônio Custódio de Mesquita, EEMTI Vicente Antenor Ferreira Gomes, EEMTI Professora Maria Luíza Sabóia Ribeiro, EEMTI Valdo de Vasconcelos Rios, EEMTI Delmiro Gouveia, EEMTI Monsenhor Aguiar, EEMTI Dr. José Euclides Ferreira Gomes Júnior, EEMTI Capelão Frei Orlando, EEMTI Deputado Joaquim de Figueiredo Correia, EEMTI Coronel Virgílio Távora, EEMTI Liceu de Ararendá José Wilson Veras Mourão, EEMTI Lourenço Filho, EEMTI Olegário Abreu Memória, EEMTI Filgueiras Lima, EEMTI Alda Férrer Augusto Dutra, EEMTI Raimundo Moacir Alencar Mota, EEMTI Estado da Bahia, EEMTI Lídia Bezerra, EEMTI Virgílio Távora, EEMTI Miguel Saraiva Pinheiro, EEMTI Dom Antônio Campelo de Aragão, EEMTI Simão Ângelo, EEMTI Antônio Bezerra, EEMTI Matias Beck, EEMTI Iracema, EEMTI Integrada 2 de Maio, EEMTI Padre Marcelino Champagnat, EEMTI Professor Plácido Aderaldo Castelo, EEMTI Senador Osires Pontes, EEMTI Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco e EEMTI Caic Maria Alves Carioca. As EEMTI elegíveis para o escopo desta pesquisa situam-

A pesquisa traz reflexões a partir da análise das incursões e efeitos decorrentes da recomposição curricular na educação básica gerados pela Reforma do Ensino Médio e apresenta consequências causadas à Sociologia no contexto do Novo Ensino Médio, que se configura como um período de nova ameaça de intermitência à disciplina. Com recorte específico para os eixos que compõem a oferta dos Itinerários Formativos, a pesquisa busca compreender e apresentar de que forma a UCE - Sociologia para o Enem promove a reflexão crítico-científica nos estudantes sobre os processos e as relações sociais e como contribui com a reflexão permanente dos professores sobre as teorias sociológicas e pedagógicas. Como resultado prático, a pesquisa gerou a produção de material de apoio didático-pedagógico aos professores, no formato de fascículo, visando subsidiar as práticas docentes para o ensino qualificado na Sociologia.

No que concerne à organização curricular, a pesquisa apresentou a fundamentação e como é organizado o conteúdo flexível que compõe os itinerários formativos, conforme a Lei 13.415/2017. Por vezes, foi perceptível um maior alcance do raio de análises, considerando e apresentando dados mais gerais da rede estadual de ensino do Ceará, averiguando e trazendo como ponto relevante de observação o movimento de organização curricular que ocorreu nas 261 (duzentas e sessenta e uma) EEMTI, no ano letivo de 2022, para fins de diagnóstico e levantamento de dados, tomando como referência analítica a parte diversificada do currículo, em especial, a organização e mobilização dos itinerários formativos para a oferta das Unidades Curriculares Eletivas, em específico a UCE - Sociologia para o Enem.

Em 2018, novas frentes de trabalho foram organizadas e constituídas, capitaneadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), com o intuito de atualizar as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM). Como resultado, as mudanças arremetidas à Lei 13.415 (Brasil, 2017) apresentando novas concepções, premissas e transformações nos currículos do Ensino Médio que deverão ser compostos por: Formação Geral Básica (FGB) e Itinerários Formativos. Importante destacar que essa composição curricular traz a concepção prioritária de flexibilização, profunda e diretamente associada à realidade contemporânea, implicando em mudanças significativas em dois eixos principais que se articulam a um novo arranjo estrutural: a carga horária e a organização curricular.

se, respectivamente, nas Crede 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20, situadas nas macrorregiões do interior do Estado do Ceará e na Região Metropolitana de Fortaleza e Superintendências das Escolas Estaduais de Fortaleza (SEFOR) - 1, 2 e 3, localizadas na capital do estado do Ceará.

Feitas essas considerações, é preciso registrar como se estruturam as arquiteturas curriculares a partir da realidade posta. Segundo indica o documento “Referenciais Curriculares para a elaboração dos Itinerários Formativos” (Brasil, 2019, p. 3) a nova composição curricular deve compreender a seguinte dinâmica:

Formação Geral Básica - Conjunto de competências e habilidades das áreas de Conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) previstas na etapa do Ensino Médio da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, que aprofundam e consolidam as aprendizagens essenciais do ensino Fundamental, a compreensão de problemas complexos e a reflexão sobre soluções para eles, com carga horária total máxima de 1.800 horas. **Itinerários Formativos** - Conjunto de situações e atividades educativas que os estudantes podem escolher conforme seu interesse, para aprofundar e ampliar aprendizagens em uma ou mais Áreas de Conhecimento e/ ou na Formação Técnica e Profissional, com carga horária total mínima de 1.200 horas (Brasil, 2019, p. 3, grifo nosso).

Como se percebe, a Formação Geral Básica é prescrita por um conjunto de conhecimentos disciplinares da ciência básica que deve ser ofertado em uma carga horária máxima de 1.800 horas a serem distribuídas nos três anos da etapa final da Educação Básica.

Apresentando-se como o currículo base do Ensino Médio, a FGB traz algumas disciplinas as quais foram atribuídas, segundo a lei, a condição quase iminente de serem praticamente extintas, seguindo a orientação de que suas respectivas abordagens se pautem na exposição de seus conceitos de modo tangencial, por meio de “estudos e práticas”, como é o caso da Sociologia. Já na parte diversificada do currículo do Novo Ensino Médio, que corresponde aos IF, observa-se que a formação integral do estudante perpassa pela possibilidade de agregar diversificados campos de estudos, seja nas áreas específicas ou na formação técnica e profissional.

De forma rápida e prática, é possível incluir à formação do estudante, ao longo dos três anos finais da educação básica: certificações complementares, carga horária de estágio, carga horária de trabalho, carga horária de trabalho voluntariado, bem como o aproveitamento de práticas educativas: cursos livres com módulos presenciais ou à distância, realizados dentro ou fora do universo escolar, de modo apressado e que coincida com os propósitos imediatistas da sociedade da informação.

Nesse sentido, a arquitetura curricular do Novo Ensino Médio propõe a oferta de diferentes itinerários formativos, que se constituem como componentes obrigatórios, cuja introdução equivale à considerável mudança para a composição curricular do Ensino Médio. Os itinerários formativos são organizados por áreas de conhecimento e formação técnica e profissional. O conteúdo programático de cada itinerário formativo é flexível, com ênfase no

itinerário ofertado, devendo conectar-se com o mundo do trabalho e estruturando-se em unidades curriculares eletivas as quais os estudantes poderão escolher para cursar ao longo dos três anos finais da educação básica. Conforme orientam as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM), cada estado da federação e o Distrito Federal deverão organizar os seus currículos considerando a BNCC e as demandas dos jovens, sob a alegativa de que, desta forma, terão maiores chances de fazer suas escolhas e de construir os seus projetos de vida.

Nessa direção, o estado do Ceará, por meio da Secretaria de Educação, vem desenvolvendo uma série de diretrizes e orientações pedagógicas para nortear a construção do currículo escolar na rede de educação básica, dentre eles: 1. Documento Referencial do Ceará do Ensino Médio (DCRC); 2. Diretrizes e Orientações Pedagógicas para as Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral no Ceará; 3. Catálogo de Unidades Curriculares Eletivas; 4. Catálogo de Unidades Curriculares Obrigatórias; 5. Catálogo de Cursos Técnicos.

Considerando a parte diversificada do currículo e, de acordo com as mudanças estabelecidas pela Lei 13.415/2017 (Brasil, 2017), as instituições de ensino do estado do Ceará adotaram a partir de 2022 uma nova recomposição curricular pautada no aprofundamento nas áreas de conhecimento e/ ou formação técnica, ou seja, os currículos passaram a concentrar maior oferta diversificada nas: 1. Trilhas de Aprofundamento; 2. Unidades Curriculares Eletivas; 3. Projeto de vida, cujo conjunto de componentes corresponde aos itinerários formativos. Os impactos imediatos do Novo Ensino Médio sobre a organização curricular acarretam mudanças na proposta pedagógica e na concepção didática de ensino, portanto as bases conceituais que alicerçam a parte diversificada do currículo, conforme constam nos documentos resultantes dos grupos de trabalho de implantação do Novo Ensino Médio, desenvolvidos pela Seduc/CE, apresentam as seguintes novas configurações:

Trilhas de Aprofundamento - é o conjunto de unidades curriculares, organizadas semestralmente, que buscam expandir os aprendizados promovidos pela FGB, em articulação com temáticas contemporâneas sintonizadas com o contexto e fases dos estudantes. Na Formação Técnica e Profissional - FTP, a expansão se dá justamente com o desenvolvimento de habilidades básicas requeridas pelo mundo do trabalho e habilidades específicas relacionadas aos Cursos Técnicos, Cursos de Qualificação Profissional ou Programa de Aprendizagem Profissional. **Unidades Curriculares Eletivas** - são unidades curriculares de livre escolha dos estudantes, com duração de um semestre cada, que lhes possibilitam experimentar diferentes temas, vivências e aprendizagens de maneira a diversificar e enriquecer o seu itinerário formativo. **Projeto de vida** - unidade curricular que tem como objetivo primordial desenvolver a capacidade do estudante de dar sentido à sua existência, tomar decisões, planejar o futuro e agir no presente com autonomia e responsabilidade (Ceará, 2021, on-line, grifo nosso).

Para efeito de análise, a Lei nº 13.415 (Brasil, 2017) que estrutura o Novo Ensino Médio (NEM) com a ampliação da carga horária e a flexibilização do currículo, regulamenta que a organização curricular terá oferta mínima de 1200 h/ a para os itinerários formativos em contraponto à máxima de 1.800 h/a para a Formação Geral Básica. Tal organização curricular gera efeitos imediatos na seleção das disciplinas e conteúdos nos currículos das escolas, o que resulta em hierarquização entre as disciplinas, afetando a identidade pedagógica na disciplina de Sociologia e desencadeando uma crise de identidade profissional no professor.

Nesse contexto de exposição e considerando o alinhamento das diretrizes curriculares locais com os documentos normativos nacionais criam-se possibilidades de intervenção teórico-metodológica e didática no que concerne aos pensares e fazeres pedagógicos, resultando nas escolas um clima marcado por tensões e conflitos pela busca da legitimação curricular frente às novas diretrizes. Este trabalho de pesquisa busca reconhecer os efeitos da intermitência do ensino de Sociologia, de modo a considerar que a disciplina não se encontra mais em um lugar cômodo, considerando os novos arranjos de organização do currículo escolar e as consequências para a prática docente e as relações em sala de aula.

Visando pesquisar sobre como a Sociologia se faz presente nas ementas das Unidades Curriculares Eletivas foram analisados os Catálogos de Unidades Curriculares Eletivas utilizados pela rede desde a implantação da política de tempo integral, em 2017 até 2022. Considerando de que modo os conteúdos se apresentam nos objetos do conhecimento, por meio da verificação de quais critérios são levados em conta para a definição, escolha e seleção do currículo prescrito, examinando quais objetivos de aprendizagem são propostos, analisando se há relação entre currículo formal e currículo vivencial e estabelecendo comparações entre as possibilidades e limitações perceptíveis em diferentes contextos educacionais e suas implicações na mobilização dos itinerários formativos, conforme os interesses dos estudantes, a fim de buscar caminhos e possibilidades que possam contribuir com a superação desse novo processo de intermitência da disciplina. Nesse sentido, a pesquisa visa contribuir com a produção de reflexões acerca dos dilemas que afetam o ensino de Sociologia nesse novo contexto de Reforma do Ensino Médio, sobretudo na parte diversificada do currículo, analisando como a Sociologia está presente nos itinerários formativos.

O trabalho apresenta-se estruturado em cinco seções. A primeira seção trata da introdução e apresenta as concepções e as dimensões da estruturação da pesquisa. Relata a problematização gerada no contexto da Reforma do Ensino Médio, quando expõe o objeto da pesquisa e sua intencionalidade. De forma sistemática, se propõe por meio da pesquisa a investigar que lugar a Sociologia ocupa na parte diversificada do currículo e analisa como a

disciplina enfrentou os desafios e encontrou possibilidades para associar-se à proposta curricular integrada. No decorrer desta seção, o leitor é posto em face da apresentação da dimensão sociológica que norteia o desenvolvimento do trabalho e da exposição de motivos que justificam a escolha do lócus da pesquisa: a parte diversificada do currículo. Apresenta o objetivo geral e os objetivos específicos deste estudo. Destaca as razões de ordem subjetiva que me aguçaram a desenvolver este trabalho, expondo a motivação que conduziu-me a fazer a investigação. Por fim, a seção apresenta noções gerais da organização curricular no contexto do Novo Ensino Médio e faz um preâmbulo para a experiência de implementação do Novo Ensino Médio no estado do Ceará.

A segunda seção aborda, inicialmente, o período em que no Brasil, em meados dos anos de 1990, historicamente ocorreu o processo de reconstrução da democracia e as articulações neoliberais e neoconservadoras ganhavam campo de expressão. Analisa as mudanças que conduziram a um replanejamento das políticas públicas voltadas, sobretudo, para a Educação Básica, com o intuito de alinharem-se para atender aos ditames e exigências da sociedade contemporânea. Expõe o papel dos Itinerários Formativos no contexto da Reforma do Ensino Médio, apresentando quais interesses e motivações norteiam as disputas, tensões e conflitos que marcam o processo de validação curricular. A seção trata de expor as interfaces existentes na posição das agências e agentes correspondentes dos setores privados e/ou que representam os organismos financeiros internacionais no processo de reconfiguração da arquitetura curricular do Novo Ensino Médio, fazendo surgir investimentos do setor público nas redes privadas de ensino ou em outras iniciativas de organização da sociedade. Finalizando a seção, apresentam-se as razões pelas quais a implementação da nova composição curricular com a Reforma do Ensino Médio, no contexto de flexibilização curricular pode ampliar ou reproduzir desigualdades, conflitos e tensões sociais.

A terceira seção está organizada em dois subtópicos. No decorrer da primeira seção, evidencia-se a política pública da Escola de Ensino Médio em Tempo Integral do estado do Ceará, enfatizando as concepções, premissas e marcos legais para o funcionamento desta categoria de escola, apresentando os desafios e avanços na composição da arquitetura curricular desde sua implantação até os dias atuais. Na sociedade capitalista, a relação antagônica entre trabalho e capital gera impactos diretos nas lutas de classes, nos diferentes aspectos da vida social e na educação. Logo, conclui-se que não há neutralidade na reprodução e acesso ao conhecimento. Em função disso, é necessário reconhecer os objetivos e alcance das políticas públicas educacionais brasileiras diante do contexto do Novo Ensino Médio, considerando os desafios impostos pela reorganização dos currículos para atender à lógica global e as

possibilidades que possam surgir como perspectiva da emancipação humana dos estudantes. Por fim, num recorte mais específico de análise, a seção verifica o lugar que a Sociologia ocupa na composição e organização curricular, na parte diversificada do currículo, em particular, nas proposições que abordam as Unidades Curriculares Eletivas.

A quarta seção aborda a relevância social da Sociologia no contexto da Reforma do Ensino Médio, considerando o importante papel dos professores da disciplina na reorganização curricular e na integração com outras áreas do conhecimento, no sentido de afetar o ensino de Sociologia nas séries finais da educação básica. Expõe ainda qual Sociologia se apresenta na composição dos itinerários formativos do Novo Ensino Médio, bem como está expressa nas ementas das Unidades Curriculares Eletivas apresentadas nos Catálogos, na série histórica de 2017 a 2022 e salienta a intenção de garantir a qualidade do ensino de Sociologia por meio da valorização e apresentação das possibilidades de ser trabalhada na perspectiva de área de conhecimento, integrada com outras disciplinas e articulando-se à outras áreas e campos de saber. A seção está organizada em três subtópicos, destacando a urgência do que esta pesquisa demanda, dado o contexto educacional diante da Reforma do Ensino Médio. Inicialmente, apresenta o perfil dos professores que ministraram a Unidade Curricular Eletiva UCE 041 - Sociologia para o Enem, no ano letivo de 2022, analisando as condições de trabalho e a prática docente, considerando a formação inicial docente como um importante indicador de ajustamento e posicionamento da disciplina como campo disciplinar; no segundo subtópico verificou-se, se nas Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) estudadas, houve categorias sociológicas mobilizadas por meio da oferta da UCE - Sociologia para o Enem e, por fim a pesquisa analisou como a UCE - Sociologia para o Enem se propôs à formação omnilateral dos estudantes. Com base nos relatos dos professores pesquisados, pode-se constatar que a proposta de trabalhar com a UCE - Sociologia para o Enem ultrapassa a concepção de ensino restrito e unilateral, difundida pela Reforma do Ensino Médio que, em linhas gerais, propala e defende a ideia de um ensino com ênfase no mundo do trabalho e na hegemonia e hierarquização das disciplinas em função da supervalorização da matemática e português, inclusive aplicando essa interpretação na parte diversificada do currículo. Na prática, a UCE - Sociologia para o Enem se propõe a atuar na formação político-cidadã dos jovens e pela defesa de uma educação que busque a emancipação humana dos estudantes.

A quinta seção traz a proposta do material de apoio didático-pedagógico aos professores, no formato de fascículo intitulado: Sociologia para o Enem. Essa proposta é resultante da análise exploratória da pesquisa qualitativa desenvolvida na dissertação de Mestrado PROFSOCIO com uma amostra de professores que ministraram a UCE - Sociologia

para o Enem em 2022.1 e 2020.2 na Rede Estadual do Ceará. O fascículo constitui-se como um recurso didático-pedagógico, um material estruturado, organizado por sequência didática, idealizado para subsidiar as aulas destinadas à Unidade Curricular Eletiva - Sociologia para o ENEM. A centralidade da proposta pedagógica que este recurso busca mobilizar é o que mais concerne ao estudante: compreender a realidade que o cerca, que lhe é próxima, que está inserido para ser capaz de observar, questionar, sentir e transformar. Espera-se, pois, que este recurso didático-pedagógico seja um indicativo que atenuem um dos fatores limitantes para o exercício da prática docente: a ausência de material didático. E que possibilite sugestões de aulas práticas, auxilie o planejamento e fortaleça os processos de ensino e de aprendizagem.

2 A RECOMPOSIÇÃO DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM TEMPOS DE REFORMA DO ENSINO MÉDIO

No Brasil, em meados dos anos de 1990, período em que historicamente ocorreu o processo de reconstrução da democracia, as articulações neoliberais e neoconservadoras ganharam campo de expressão. Considerando um recorte em esfera global, as transformações sociais historicamente construídas na história da educação acarretaram diversas mudanças no cenário educacional no Brasil. Tais mudanças conduziram a um replanejamento das políticas públicas voltadas, sobretudo, para a educação básica, com o intuito de alinharem-se e atender aos ditames e exigências da sociedade contemporânea.

Após o capitalismo industrial ter sido substituído pelo capitalismo financeiro, a nova organização social trouxe consequências diretas para a reestruturação e alteração de qual seja o papel do Ensino Médio na projeção de vida dos estudantes, baseando-se nas transformações do trabalho e do mundo do trabalho. Nesse sentido, em consonância com os marcos regulatórios nacionais e tendo o apoio dos dirigentes do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e do Conselho de Secretários de Educação, as Secretarias Estaduais de Educação intensificaram e celebraram de uma série de Acordos de Cooperação Técnica (ACT) com agentes e agências ligadas ao setor privado, o que resultou na intensa inserção de novos agentes sociais no campo educacional brasileiro.

Considerando que o discurso neoliberal das privatizações, das políticas para resultados e das desregulações em que se fundamenta a ótica empresarial e utilitarista dos bancos e instituições privadas contradiz à perspectiva democrática de valorização das referências sociais, dos movimentos organizados pela sociedade civil, dos conselhos plurais de representatividade local, a educação brasileira vivencia fortemente, a partir dos anos 2000, um dualismo intenso marcado pelos ideais de grupos hegemônicos de poder que se articulam livremente pelas arenas decisórias educacionais brasileiras em contraponto aos interesses coletivos sociais. Logo adiante, a análise de Michetti (2020) sobre a infiltração e predomínio dos agentes, que tomam parte nas discussões e disputas pelo campo educacional brasileiro, esclarece a atuação desses organismos frente à produção de novos arranjos curriculares.

Eles atuam de diversas maneiras, como em parcerias com secretarias municipais e estaduais de educação, na formação de “líderes”, em premiações de “boas práticas”, no financiamento de pesquisas na área educacional e na formação de ‘coalizões’ para a consecução de políticas educacionais de amplo escopo, como a criação da chamada “Base Nacional Comum Curricular” (Michetti, 2018, p. 2).

A partir dessa lógica de discussão, tencionam-se novas relações de poder no campo educacional brasileiro, em que diversos agentes surgem como definidores dos processos de aprendizagem, tornando claro o quê e para que se deve ensinar e aprender. A frente de atuação desses agentes torna-se ampla e conduz à seguinte indagação: com quais interesses os grupos dominantes fazem circular ideias, baseadas no senso comum, que as legitimam como interesses coletivos?

É importante evidenciar a atuação desses agentes e institutos sobre os novos arranjos curriculares e como funciona o jogo sutil utilizado por estes grupos dominantes, focado em perpetuar os interesses das classes sociais favorecidas. Considerando a perfeita harmonia e alinhamento entre o discurso regulador destas instituições privadas com as novas diretrizes educacionais, sobretudo na parte diversificada do currículo, torna-se visível a continuidade e manutenção desses agentes e agências ligadas ao setor privado na esfera educacional pública. Em consonância com os novos marcos regulatórios, trazidos pelas exigências do Novo Ensino Médio, os agentes e institutos apresentam às secretarias de educação propostas teóricas-metodológicas e alinham suas ações para um dos grandes desafios postos: a oferta de conteúdo, novo e ressignificado, para compor a oferta dos itinerários formativos.

Nessa direção, toma-se como prática a estratégia comum de planejamento articulado entre as Secretarias de Educação e os institutos privados por meio da formalização de termos e/ou acordos de cooperação, celebrando parcerias que se estendem com outras redes também parceiras e articuladas com esses institutos, constituindo um macrocampo de interesses em torno do campo educacional. Essa iniciativa apresenta como objetivos apoiar e executar projetos que visam o alcance da melhoria da educação básica, com ações pautadas na eficácia da aprendizagem, na equidade dos resultados e na coesão social. Para além do assessoramento técnico-operacional e do apoio intenso ao programa de ensino integral junto às redes e, visando auxiliar a continuidade e aprimoramento do programa de Ensino Médio em tempo integral, os institutos desenvolvem apoio nas ações de avaliação do impacto do modelo da política na sociedade e na proficiência e rendimentos dos estudantes, seja nas avaliações internas ou de larga escala. A assessoria destes agentes desenvolve também ações relacionadas às formações periódicas dos técnicos educacionais, por meio de seminários, rodas de conversas, encontros pedagógicos, webinars, dentre outros, e a construção de materiais pedagógicos que fortaleçam o modelo integral de ensino, sugerindo conteúdos novos para a composição de oferta de unidades curriculares eletivas, sobretudo na parte diversificada do currículo.

Michetti (2020, p. 3) analisa o papel desempenhado pelos agentes, nas arenas de disputa, em busca de representatividade nas definições de práticas e concepções pedagógicas de atuação:

Os agentes em disputa atuam, na situação que analisamos, conforme uma apreciação que eles próprios têm do espaço social que agem, isto é, das posições e dos diferentes capitais em disputa, ainda que os termos enunciados não sejam esses, age-se a partir de alguma avaliação sobre “quem é quem” (Michetti, 2020, p. 3).

Como síntese, a proposta de interferência direta de institutos, associações sem fins lucrativos, bancos, representantes de interesses empresariais e demais agentes sociais no campo educacional brasileiro se intensificou. Pautando-se em interesses e estratégias diversas, buscando-se valer de espaço social de legitimação e abrindo campo de disputa de participação direta na criação da base curricular nacional, diversas organizações e institutos se mobilizaram e conseguiram vinculações ao poder público, conforme cita Michetti (2018, p. 7):

Embora não sejam as únicas, tais organizações são bastante representativas de agentes que ocupam posições centrais no espaço social dos debates sobre a BNCC, ao qual os agentes em posição dominante - como o poder público, as fundações privadas e as empresas - contam com maior montante de capital político, social e econômico. Contudo, por se tratar de um debate em torno da educação, uma área considerada pública, o capital econômico encontra dificuldade em ser tomado como legítimo, de forma que os agentes munidos desse capital buscarão convertê-lo em capital simbólico.

Alicerçada em bases de um discurso muito forte, no qual o conhecimento não se traduz como um conjunto de saberes acumulados ao longo da trajetória escolar, mas que necessariamente precisa estar relacionado ao mercado de trabalho, a pedagogia escolar se reconfigura para atender ao novo padrão de desenvolvimento educacional por competências sob o olhar pretensioso de representantes do Movimento Todos pela educação, a saber: Inspirare, Ayrton Sena, Unibanco, Instituto Natura, Instituto Sonho Grande, Fundação Roberto Marinho, Fundação Lemann, Instituto Aliança dentre outros somados aos interesses de organismos financeiros internacionais, a saber: Banco Mundial, Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE), dentre outros.

Conforme percebe-se, é galopante o avanço das iniciativas de interesse mercadológico alterando o panorama educacional brasileiro. Sob a alegação de que é preciso superar os desafios impostos pelas crises econômicas, pela globalização, pelo desemprego estrutural, pelas grandes mudanças tecnológicas e visando oferecer aos empregadores trabalhadores mais preparados e qualificados, nas arenas decisórias das reformas curriculares

prevaleceram as ideias decorrentes das preocupações do mundo econômico, conforme ressalta Peroni e Caetano (2015, p. 347):

Por razões econômicas e pelo fato de carregar uma forte aceitação da população como uma ação que reproduz melhoria na vida das pessoas, a educação tem sido eleita pela maioria dos dirigentes de empresas para direcionar suas ações de responsabilidade social. As ações empresariais, no campo da educação, desenvolvem práticas que promovem a síntese entre o interesse individual e o interesse geral. Elas não interferem nos interesses econômicos, nem se opõem ao Estado, atuam através e com o Estado, modificando a cultura organizacional, visando que o Estado aprenda com as qualidades do setor privado a flexibilidade, a inovação, a eficiência e a eficácia - ou seja, os valores do mercado.

Durante esse período histórico de redemocratização, a legislação educacional foi tensionada para contemplar o trabalho coletivo nas unidades de ensino, daí afloraram expressões como protagonismo, engajamento, corresponsabilização, flexibilização curricular e gestão democrática e participativa. Sob a justificativa de mobilização da educação para constituir gestões participativas e democráticas, comumente a adição de termos técnicos e empresariais passaram a fundamentar documentos pedagógicos e a justificar ações para resultados de aprendizagem como a que se propõe a *accountability*, que tende a funcionar como pilar para o diagnóstico, planejamento, execução das ações de gestão educacional. Desse modo, a aplicação da *accountability* para o alcance da melhoria dos indicadores de resultados educacionais, sobretudo nas avaliações externas, tornou-se ponto central na elaboração dos planos de educação das Secretarias de Educação do Brasil.

O desmanche do setor público e da escola pública está ligado à lógica capitalista do mercado empresarial voltado à educação, criando poderosos grupos que fazem do ensino um lucrativo campo de atuação. Conforme cita Frigotto (2017, p. 29):

Primeiramente, estimulando o mercado educacional, criando poderosos grupos que fazem do ensino um lucrativo negócio. Mas o desmanche deveria atingir a escola pública mediante a adoção dos critérios mercantis na sua gestão, na escolha das disciplinas que deveriam compor o currículo e na definição dos conteúdos e dos métodos de ensinar e avaliar.

No campo escolar, circulam as ideias de interesse das classes dominantes, perpassando pelo senso comum, para gerar poder de convencimento ideológico quando ressalta o discurso de que o jovem, oriundo das classes menos favorecidas, precisa ser trabalhado em seu potencial humano, com justiça e fraternidade, visando o construto de sua personalidade autônoma, participativa, crítica e reflexiva, integrada socialmente com base no diálogo horizontal, buscando desenvolver a cooperação e solidariedade entre seus pares que mascaram o potencial excludente emanado pelo esforço permanente de convencimento ideológico para

manter a dominação que as classes sociais privilegiadas exercem. Esse exercício forçoso de convencimento transforma a dominação econômica em hegemonia cultural, vivenciado pelas práticas relacionais e estruturais dentro do campo. Toda essa problemática caracteriza e acentua o papel social da educação como reprodutora das desigualdades, haja vista que os currículos passam a ter conexão direta com a valorização do mercado empresarial, articulando-se com poderosos grupos que fazem do ensino um lucrativo negócio e, dessa forma, constroem uma trajetória nebulosa ao longo da história educacional brasileira.

Sob a alegativa de fazer frente aos desafios impostos à educação, os institutos e organismos que representam os mais distintos grupos, valores e interesses adotam postura participativa e atuante no desenvolvimento e implementação de estratégias sutis, porém cheias de intencionalidades, de controle da reorganização curricular e de coleta de “percepções” do sistema de avaliação educacional nas redes de ensino. Essas múltiplas formas de inserção são visivelmente apresentadas pelo discurso das pedagogias visíveis orientadas pelo mercado, como enfatiza Bernstein (1996, p. 128):

[...] O compromisso explícito com uma maior possibilidade de escolha por parte dos pais e alunos não constitui uma celebração de uma democracia participatória, mas um sutil disfarce para a velha estratificação das escolas e dos currículos. Novas formas de avaliação, centradas na descrição do perfil global dos alunos e em testes que têm os critérios e não a norma como referência, formas de avaliação que, supostamente, reconhecem e liberam as qualidades individuais, permitem e assinalam um maior controle sobre o processo de avaliação. Ao mesmo tempo, a testagem em massa e periódica dos alunos concentra novos procedimentos de distribuição para homogeneizar a aquisição e, ao mesmo tempo, cria indicadores de desempenho para sua eficácia.

Coincidindo com a intensa incursão de setores privados na educação brasileira, intensificaram-se discussões e medidas de planejamento para a elaboração de projetos pedagógicos que visavam a efetiva participação comunitária e de demais setores da sociedade nos processos decisórios educacionais. Os diversos agentes estabelecem relações entre si que se configuram ora como disputa, ora como aceitação e ora como validação de seus argumentos e posições conforme a posição que ocupam no espaço social, no qual se materializam os rumos da educação brasileira, conforme apontam Simielli e Alves (2011, p. 15): na reflexão sobre esse prisma

[...] há uma pluralidade de atores, grupos e instituições em conflito, alguns deles detentores de uma posição vantajosa em relação aos demais, decorrente da desigualdade na distribuição de recursos materiais, organizacionais e simbólicos (Simielli; Alves, 2011, p. 15).

Se por um lado, a internacionalização das relações socioeconômicas traz avanços e inovações, por outro, provoca novas responsabilidades e reflexões à sociedade. Torna-se notório o dinamismo e articulação natural com que os agentes e institutos debatem e atuam no âmbito do espaço social da educação brasileira. Observa-se o quanto norteiam as ações e tomadas de decisão junto às Redes de ensino público, atuando nas mais diversas esferas educacionais, seja pela possibilidade de participarem ativamente na construção dos currículos, seja por acompanharem de perto o funcionamento das redes de ensino, por analisarem os avanços e por discutirem estratégias para dirimir os impasses de execução do novo modelo curricular nos variados contextos.

Entende-se que para cumprir as exigências do Novo Ensino Médio, as instituições escolares deverão superar um grande desafio: organizar a oferta do currículo abrangendo conteúdos novos e diversificados, para, no mínimo, ofertarem 02 (dois) itinerários formativos. Conforme estabelece a Portaria n. 1.432, de 28 de dezembro de 2018 (Brasil, 2019a), e orientam as Diretrizes Curriculares para a elaboração de itinerários formativos como os quatro eixos estruturantes são complementares é recomendável que os itinerários formativos incorporem e integrem todos eles, a fim de garantir que os estudantes experimentem diferentes situações de aprendizagem e desenvolvam um conjunto diversificado de habilidades para sua formação integral. Cabe às redes e escolas definirem: a) a sequência em que os eixos estruturantes serão percorridos e as formas de conexão entre eles; b) o tipo de organização curricular a ser mobilizado: por disciplinas, por oficinas, por unidades/campos temáticos, por objetos, entre outras possibilidades de flexibilização dos currículos no Ensino Médio; c) se os itinerários formativos terão como foco uma ou mais áreas de conhecimento, a combinação de uma área de conhecimento com a formação técnica e profissional ou apenas a formação técnica e profissional. Essas decisões precisam levar em conta, também, a indicação das DCNEM de que os sistemas de ensino devem garantir a oferta de mais de um itinerário formativo em cada município, em áreas distintas.

Considerando o que foi apresentado, surgem variadas análises em torno da oferta dos itinerários formativos e a respeito da falsa ideia, veiculada pelo governo federal e estadual, de que o protagonismo estudantil ocupa centralidade na composição curricular e nas concepções pedagógicas e práticas educacionais. Para ilustrar a problemática referente a essa questão, apresenta-se o desafio imposto às redes e escolas de como ofertar, pelo menos, 02(dois) itinerários formativos, com conteúdos programáticos novos e diversificados, com qualidade e baixo custo, conforme analisa Lopes (2021, p. 257):

Conforme a legislação vigente, a oferta dos itinerários formativos fica à critério dos sistemas de ensino e das instituições escolares, que não têm a obrigatoriedade de ofertar todos os eixos formativos. Diante do contexto de redução de investimentos, pode-se pressupor que os sistemas de ensino e estabelecimentos escolares não ofertarão todos os itinerários e, assim, haverá falsa possibilidade de escolha e protagonismo dos estudantes, bem como acentuará as desigualdades educacionais no país.

A partir dessas considerações, novamente apresentam-se os problemas de natureza excludente e de desigualdades que a flexibilização curricular acarreta, tanto para a atuação do professor quanto para a formação dos estudantes. Pois, se por um lado, pode ocasionar a possível diminuição de postos de trabalho ao professorado, por outro poderá limitar a condição de escolha e validação curricular na perspectiva da formação para os estudantes, visto que a lei da Reforma do Ensino Médio, nos incisos de I a V do art. 36 (Brasil, 2017), desobriga os estados brasileiros, a ofertarem simultaneamente, os cinco itinerários formativos, considerando a precariedade de infraestrutura das escolas e pelas condições adversas de trabalho que se instituem nelas.

Tais propósitos, voltados para a reorganização dos currículos educacionais, geraram discussões em torno da construção de um projeto de educação que atendesse às necessidades da classe trabalhadora, tanto em nível global quanto local. Muitas foram as argumentações levantadas em torno da correspondência entre as propostas curriculares, centralização dos conteúdos e integração com as disciplinas que compõem cada área do conhecimento e, propriamente, entre as áreas, conforme cita Silva (2007, p. 405), ao apresentar algumas abordagens da Sociologia no currículo:

As reformas políticas do Estado, que ocorrem como fruto das disputas ideológicas, das classes sociais, dos projetos que contam com a influência dos intelectuais, das teorias sociais e políticas, levam a uma recomposição do campo acadêmico e do campo científico. [...] Assim, cria-se uma espécie de comunicação pedagógica, com um discurso pedagógico, a partir de um regulador do dispositivo que irá predominar como senso comum nas escolas. É a partir desse dispositivo pedagógico, regulador da comunicação e da ação educativa que os saberes são organizados, disseminando nas escolas as novas regiões dos conhecimentos. O ensino de sociologia está inserido nesses processos de formação, elaboração, disseminação do discurso pedagógico e da organização dos saberes.

Diante desse contexto, percebe-se que o trabalho educativo fica comprometido em sua essência, ou seja, a socialização do conhecimento científico para os jovens que estão cursando o final da educação básica se dá de forma superficial e excludente. Fica o dilema de como socializar conhecimento científico quando o currículo escolar passa por uma experiência nefasta de destruição pelo fato de que a diversificação curricular proposta afeta a composição de um currículo de base comum em sua concepção.

Em um recorte mais específico de análise, marcado pelas reformas curriculares ocasionadas pela implementação da política de tempo integral no Brasil, o currículo escolar tem sido alvo de inúmeras reflexões apresentadas em trabalhos científicos, teses, abordagens formativas e instrutivas nas quais se debatem propostas, argumentações, posições e contraposições acerca da temática competências para o século 21 no tocante à organização, seleção e classificação de um currículo mais adequado para os estudantes. Toda essa problemática constitui uma trajetória nebulosa ao longo da história educacional no Brasil na qual são atribuídas à escola responsabilidades que extrapolam seus limites de alcance.

2.1 As perspectivas e contradições da ampliação da carga horária e da oferta dos itinerários formativos

Nos anos mais recentes, na busca por dar corporeidade às intenções neoliberais e estimular o movimento de realizá-las, verificou-se um cenário caótico de congelamento do financiamento da educação pública brasileira por vinte anos, atrelado à massiva presença do setor empresarial nas arenas decisórias dos rumos educacionais brasileiros. No Brasil, em meados de 2016, instaura-se a Emenda Constitucional 241, conhecida como a “PEC do Teto de Gastos” na qual a agenda neoliberal ganha força com a Medida Provisória 746/2016 e que se tornará, efetivamente, a Lei 13.415, em 2017. Desenhou-se um panorama nebuloso para os rumos do financiamento da educação no país, pelos longos anos subsequentes à PEC do Teto de Gastos, que certamente comprometem as ações de execução e implementação das iniciativas pactuadas no Plano Nacional de Educação (PNE), por pelo menos duas décadas.

Esse clima de incertezas resultou em muitas indignações e manifestos oriundos da sociedade civil, acadêmica, da classe de professores e estudantes, culminando em diversas ocupações de escolas de Ensino Médio em 2016. No entanto, apesar do exercício forçoso para conter o avanço das normativas apresentadas, as reformas educacionais e orçamentárias ocorreram. Como estratégia para legitimar o “novo” rumo da política educacional, o governo passou a apresentar a conjuntura socioeducacional como uma possibilidade de reconhecer e justificar a necessidade da Reforma do Ensino Médio, como trata Lopes (2021, p. 253):

Como uma tentativa de legitimar as mudanças estruturais na política educacional, o governo passou a veicular, por meio de propagandas televisivas e nas redes sociais, que a Reforma do Ensino Médio era a resposta aos problemas educacionais, como o alto índice de abandono escolar e o baixo desempenho dos alunos do Ensino Médio nas avaliações externas.

Assume-se, a partir de então, em nível nacional, um cenário com acirradas discussões para tomadas de decisões assumidas e lideradas pelas parcerias público-privadas, designadas pelo Ministério da Educação, a fim de redefinir os rumos da recomposição do Ensino Médio. É, a partir desse novo contexto, que se desenha a possibilidade de que se acentue cada vez mais o abismo entre a escola pública e a particular, conferindo mais exclusão e desigualdade entre os jovens brasileiros, verificando-se uma forte tendência ao abandono escolar e impossibilidade de maior qualificação e, conseqüentemente, acesso ao mundo do trabalho para grande parte da juventude.

Vale salientar que os marcos regulatórios da segunda versão da LDB, na década de 1970, apresentaram orientações para que os currículos ofertassem numa parte de sua composição a diversificação de oferta, conforme explicita a Lei nº 5.692 (Brasil, 1971), na qual denominava o atual Ensino Médio de 2º Grau, e, em seu artigo 4º trazia a concepção de que

Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos (Brasil, 1971, on-line).

Após a publicação da lei da Reforma do Ensino Médio, passa a ser instituído o Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2014), cuja meta 3 visa atenção mais ajuizada e estabelece a seguinte diretriz para o Ensino Médio: “[...] universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% (oitenta e cinco por cento)” (Brasil, 2014, *on line*).

É oportuno registrar que a Reforma do Ensino Médio preconiza o aumento da carga horária, fomentando a institucionalização das escolas em tempo integral no país. Não obstante, a Reforma do Ensino Médio apregoa uma novidade: destacados em seu artigo 4º, os itinerários formativos surgem, alterando e modificando a estrutura do currículo do Ensino Médio nas escolas públicas e privadas do país. A lei estipulou cinco itinerários formativos para o Ensino Médio: Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Formação Técnica e Profissional.

Nessa direção, a organização curricular do Novo Ensino Médio passa a ser composta por áreas do conhecimento, embora que, em algumas realidades estaduais, como a do estado do Ceará, o ensino esteja organizado por disciplina. Como reflexo, apresenta-se um quadro descontínuo na política de organização de um currículo nacional no que incide em possíveis fragilidades educacionais no tocante à vulnerabilidade curricular e, conseqüentemente,

à descontinuidade de oferta de algumas disciplinas. Ora pois se, pela lógica, os processos educacionais requerem continuidade em seus planejamentos, execuções e avaliações para consolidarem êxitos seja a curto, médio e/ ou longo prazo é compreensível que a descontinuidade na política de organização curricular afete diretamente as disciplinas, sobretudo, àquelas que estejam mais ameaçadas pela Reforma do Ensino Médio, como é o caso da Sociologia.

Apesar das dificuldades, surgem novas perspectivas e olhares analíticos sobre as possibilidades de romper com as incursões porque para o campo do ensino de Sociologia na Educação Básica duas questões não podem ficar em aberto: Como as diretrizes estaduais vão interpretar as terminologias que se referem aos “estudos e práticas” em Sociologia presentes nos documentos que regulamentam os currículos educacionais? E como os professores de Sociologia, ao serem desafiados a contribuir com a quebra desses processos, se ressignificam no contexto da dimensão prática da Sociologia na escola?

A compreensão da tal “novidade”, que versa sobre os itinerários formativos, foi classificada por Daniel Cara (2017, p. 395) como um embaraço ao considerar o Pacto Federativo. Conforme aponta Cara,

[...] a questão dos itinerários, sinceramente, da maneira como está posta na medida provisória, foi redigida por pessoas que não entendem de Pacto federativo e não compreendem a dificuldade enorme que existe no Brasil para acordar processos de colaboração entre Estados e Municípios (referindo-se ao fato de que no Brasil existem próximo a três mil municípios com uma única escola pública de Ensino Médio, o que inviabiliza a escolha por parte dos estudantes) (Cara, 2017, p.395).

Os itinerários formativos têm se constituído como desafiantes e, por vezes, controversos ao serem inseridos no contexto das novas organizações curriculares das secretarias estaduais e das escolas. Se, por um lado, o Ministério da Educação sinaliza que potencialmente o estudante será protagonista em suas escolhas e ações, desenvolvendo autonomia necessária para selecionar seus itinerários e percursos formativos, por outro, na prática, a realidade impõe algumas limitações e dificuldades.

Seja pelas razões apresentadas anteriormente por Cara (2017, p. 395), do ponto de vista mais técnico-administrativo-financeiro do Pacto federativo entre estados e municípios, considerando que as cidades-satélite concentram mais oportunidades: maior número de escolas em tempo integral, infraestrutura menos precária, mais recursos humanos etc. do que as cidades pequenas do interior do país, nas quais as desigualdades se manifestam mais acentuadamente e assim restringe-se o leque de opções de itinerários, ou seja, pelo viés em que se baseia a

Reforma do Ensino Médio, pautada na flexibilização curricular, em que o estudante opta por aprofundar seus conhecimentos e estudos em uma área do conhecimento ou pela formação técnica e profissional, sob a alegativa de atender à trajetória planejada em seu projeto de vida, a organização curricular passa a admitir diferentes percursos, o que incorre em conhecimento fragmentado voltado majoritariamente para atender às demandas da sociedade da informação.

O Ministério da Educação publicou o documento Referenciais Curriculares para a elaboração dos Itinerários Formativos (Brasil, 2019b) visando auxiliar as secretarias estaduais na organização da recomposição curricular, oriunda a partir das mudanças que justificam a implementação obrigatória, a partir de 2022, do Novo Ensino Médio - NEM.

O Novo Ensino Médio pretende atender às necessidades e expectativas dos estudantes, fortalecendo seu interesse, engajamento e protagonismo, visando garantir sua permanência na escola. Também busca assegurar o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores capazes de formar as novas gerações para lidar com desafios pessoais, profissionais, sociais e ambientais do presente e do futuro, considerando a intensidade e velocidade das transformações que marcam as sociedades na contemporaneidade (Brasil, 2019b, on-line).

Outro efeito que a lei da Reforma do Ensino Médio sugere, subsidiando reflexões e críticas, gira em torno da questionável maturidade do estudante que, em média, possui idade entre os 15 e 17 anos, período de profundas transformações psicológicas, físicas e de construção de identidade, para fazer escolhas tão importantes sobre seu presente e futuro. Sob a argumentação do discurso de protagonismo estudantil, presente na lei, é repassada a ideia de que ser competente para fazer as melhores e acertadas escolhas é condição para ser um jovem atuante e autônomo, inclusive para optar por estudar e aprender em redes, cada vez mais conectadas com o mundo e a “internet das coisas”, por meio de “estudos e práticas” mais flexíveis, sendo possível ter autonomia para escolher e definir seus horários de estudo, o que, como e onde estudar dando a ideia de quebra da rigidez do modelo tradicional escolar.

Na prática, na esfera do campo escolar, os jovens ao ingressarem no Novo Ensino Médio, sob os efeitos nefastos porque passa a educação básica, são incentivados a construir e projetarem seu projeto de vida, em função do qual norteará suas ações e objetivos pela busca por uma profissão (mundo do trabalho imediato) ou carreira profissional (trilhar caminhos no Ensino Superior). De tal forma que a classificação, retenção e a promoção escolar estão diretamente relacionadas aos aspectos aparentes de exercício forçoso e meritocrático individual. Com o pretexto de atender às necessidades e expectativas dos estudantes, fortalecendo seu interesse pelos estudos, engajamento e protagonismo juvenil, o campo escolar valoriza os

saberes legitimados pelo mercado e reproduz as desigualdades ao conferir grandeza ao capital simbólico que é fruto de lutas simbólicas.

Diante dessas forças opressoras que ressignificam os campos de saberes e a dinâmica de organização e composição curricular, alguns professores procuram mobilizar os itinerários formativos para os interesses dos estudantes. Esse e outros dilemas relacionados à centralização e descentralização do currículo envolve um contexto de luta que possibilita o entendimento, sobretudo para os professores das disciplinas mais afetadas em sua identidade e espaço de legitimidade, como a Sociologia, de que os itinerários formativos podem funcionar como agentes mobilizadores dos interesses estudantis e das juventudes para o saber.

Ademais, outro ponto de contradição aparente e preocupante que o Novo Ensino Médio traz é o de que a Sociologia seja ofertada nos itinerários formativos, tornando difícil superar a sua condição de optativa e inviabilizando, muitas vezes, as escolas, professores e estudantes de desenvolverem práticas e interações que remetem à análise sociológica dos fatos e fenômenos sociais e de

[...] temáticas sensíveis à vida em sociedade como cultura, relação entre indivíduo e sociedade, desigualdades, movimentos sociais, ideologia e alienação, formação do Estado brasileiro, relações étnico-raciais, papéis de gênero, globalização, questão fundiária, campo e cidade, organizações políticas e Estado Moderno, democracia e cidadania, direitos civis e políticos, modos históricos de produção, mercado de trabalho, meios de comunicação e indústria cultural, fluxos migratórios, dentre outros (Ferreira; Santana, 2018, p.50).

Essas reflexões implicam examinar os efeitos do processo descontínuo no contexto de produção e organização dos conteúdos da matriz curricular da BNCC e do Novo Ensino Médio e como podem afetar a identidade da Sociologia a partir da concepção de que a priorização de alguns saberes em detrimento a outros campos de saber afetou a identidade pedagógica da disciplina e do professor, visto que há uma velada investidura ideológica de forte cunho neoliberal ao tratar o currículo com um conjunto de saberes e fazeres baseado em competências e habilidades voltados para o mercado de trabalho.

Destarte, a Sociologia vê-se novamente ameaçada a despeito da Reforma do Ensino Médio que aponta como cerne da abordagem teórico-metodológica da disciplina, na composição curricular, um conjunto de evidências que a sistematizam como “estudos e práticas”. A referida lei traz como consequências a intermitência e descontinuidade de experiências didático-pedagógicas, o que incide numa tendência de desvalorização da disciplina, uma vez constatada a possibilidade limitada de sua oferta ou a não garantia de estar presente no currículo como componente base, tendo parte de sua carga horária subtraída. Salienta-se, nesse

sentido, que a Base Nacional Comum Curricular - BNCC reforça os prejuízos e precariedades a serem sentidas com esse novo fluxo de intermitência pelo qual a Sociologia passa, ao propor, apenas, relacioná-la com disciplinas equivalentes.

Analisando esse contexto de mudanças curriculares, fica evidente que a Reforma do Ensino Médio trouxe novos desafios, bem como, ao mesmo tempo, mudanças significativas que serão incorporadas às séries finais da educação básica, cabe a seguinte reflexão: em que pese a hegemonia ideológica de alguns grupos sociais, qual o papel do currículo para a aquisição dos campos do saber, dos objetos de investigação e da produção do conhecimento provocando o estranhamento e a desnaturalização dos fatos sociais?

Com um discurso forte de que a nova estrutura curricular do Ensino Médio propiciará ao estudante ser protagonista de seu percurso formativo, sendo possível escolher as unidades curriculares eletivas, por área do conhecimento, alinhando o conteúdo curricular ao seu interesse pessoal e vocacional, os institutos privados apoiaram-se no que fundamentou o governo, por meio da ideia, de que é imperativo ao jovem, no contexto atual, ter autonomia, visivelmente expressa no slogan veiculado nas mídias sociais e nas propagandas do MEC: “Agora é você quem decide seu futuro”. A proposta apresentada, dessa forma, é muito atrativa e fascinante porque vende a ideia de que o estudante terá uma diversidade de oferta curricular, que lhe permitirá fazer escolhas do currículo de acordo com o desenvolvimento de competências e habilidades específicas e bem desenvolvidas pela escola, alinhadas com seu projeto de vida, reservando-lhe possibilidades e condições plenas de prosseguimento, aprofundamento e posterior inserção no mercado de trabalho e sucesso na vida. No entanto, mascara a real problemática que acomete muitas realidades educacionais de nosso país, conforme retrata Lopes (2021, p. 257):

A “autonomia” do estudante ao escolher um eixo formativo ou a possibilidade de os sistemas de ensino priorizarem um ou alguns eixos em detrimento de outros, enfraquece o sentido que estava sendo construído do Ensino Médio como educação básica, ou seja, etapa fundamental e obrigatória no processo de formação escolar indicada para a faixa etária de 15 a 17 anos, conforme a Emenda Constitucional nº 59 de 2009 (Lopes, 2021, p.257).

Pelas razões apresentadas e, considerando o currículo tido, visto e vivido como construto social, que resulta das interações, com continuidades e discontinuidades inerentes aos processos de avanços culturais, marcados por contextos diversos e antagônicos, cabe questionar ao que propõe o Novo Ensino Médio e a nova composição curricular: Por que alguns conhecimentos devem estar presentes no currículo em detrimento a outros?

Na trajetória das reformas educacionais brasileiras, um dos princípios norteadores e bastante eficaz para a incorporação de novas propostas têm sido os ataques à recomposição curricular, ora pela solidez com que fundamentam as bases materiais que as originam ora pela expressividade com que ressignificam o permanente trabalho de dominação e controle, nas quais as metodologias e práticas pedagógicas, nesse contexto, passam a obedecer a uma nova ordem.

2.2 A proposta de flexibilização curricular e as desigualdades educacionais inerentes

A reforma educacional brasileira mais recente apresenta fluidez na estrutura curricular, rotulada por um caráter de "flexibilização", que ganha forma e corpo numa realidade aparente de que é possível ao jovem aprender por meio de percursos formativos considerando o contexto social, cultural, emocional e relacional no qual está inserido, nesse sentido, é preciso considerar as individualidades e assegurar a coletividade. Flexibilização curricular, nesse sentido, aplica-se à fragmentação do currículo contrapondo-se à ideia de integralidade de formação do ser e à defesa de que o currículo deve estar articulado à formação do estudante de modo organicamente estruturado, visando a articulação e desenvolvimento das dimensões – ciência, cultura, tecnologia e trabalho durante a etapa de finalização da Educação Básica.

Diante dessa lógica, o conhecimento limita-se à execução imediata, ao que é concreto e palpável, ao que se anseia em curto espaço de tempo, como um fim em si mesmo e não como um universo de possibilidades entre o que se almeja e o que se objetiva diante da produção de conhecimento numa perspectiva de transformação pessoal e da realidade em que se está inserido. Como impacto limitante que a Reforma do Ensino Médio impõe à formação educacional para a maioria dos jovens brasileiros exemplifica-se a escolha imediata de apenas uma área do conhecimento para atender aos projetos de vida e de interesse profissional do estudante, ou seja, todo e qualquer conhecimento subjacente a essa proposta torna-se inútil. Nessa lógica de discussão e contextualização, o caráter metodológico não implica na busca pela autonomia e comprometimento do jovem, não faz parte da sua rotina e da atuação do currículo propor perguntas propositivas a fim de possibilitar a reflexão sobre a sua realidade.

Há outro ponto contraditório a ser observado na Reforma do Ensino Médio no que diz respeito à flexibilização. Se por um lado, a concepção de flexibilização da aprendizagem tem como premissas fundantes: a possibilidade de estudantes com histórias de vida, objetivos e trajetórias diferentes poderem escolher e trilhar caminhos mais próximos de suas realidades e interesses e, portanto, de seus projetos de vida, quebrando a rigidez do tradicionalismo, da

disciplinarização e da centralidade do professor como condutor dos processos educativos; por outro, apresenta fragmentação da aprendizagem, concebida pelas tendências epistemológicas de aprendizagem fluida, cuja lógica perpassa pela continuidade da distribuição desigual do conhecimento em função do avanço do capitalismo tecnológico e da dinamicidade do mercado de trabalho contemporâneo. Surge então, um “novo” discurso pedagógico que apresenta as desigualdades entre os sujeitos na conceituação de vocalismo e no controle simbólico regulado no interior do campo escolar.

Considerando que a Base Nacional Comum Curricular - BNCC referente ao Novo Ensino Médio traz em seu bojo a concepção de que a organização das unidades curriculares deve estar articulada por área do conhecimento e, de maneira interdisciplinar, restringindo, portanto, a formação dos estudantes (Costa; Silva, 2019) a qual propõe incluir “estudos e práticas” de Educação Física, Arte, Filosofia e Sociologia, torna-se evidente a preocupação com a desvalorização e a possibilidade iminente de que algumas disciplinas e, em particular, a Sociologia, percam a importância ou reconhecimento, em detrimento à ideia de supervalorização de outras.

Muitos debates e reflexões norteiam as comunidades científicas e acadêmicas a respeito da acumulação de conhecimento flexível do conhecimento fragmentado a que se propõe a Reforma do Ensino Médio, por meio de uma base pedagógica estruturada em itinerários formativos por área do conhecimento, incluindo a formação técnica e profissional reproduzindo uma educação generalista capaz de mobilizar a prontidão do jovem para atender ao mercado de trabalho, preparando-o e qualificando-o minimamente por meio de treinamento rápido que o conduzirá a exercer atividades mecanizadas e pouco complexas.

No que diz respeito ao alinhamento com a nova estrutura do Ensino Médio, percebe-se pouca ou quase nenhuma atuação na organização curricular da Formação Geral Básica, já reduzida ao essencial, em contrapartida há uma intensa manifestação de ações voltadas a permitir que os estudantes optem por diferentes áreas de formação e aprofundamento, sendo mais geral ou mais profissional, conforme seus interesses e capacidades. É notório que enquanto os setores públicos e privados confirmaram a flexibilização curricular, de modo antagônico, estudantes e intelectuais defendem um currículo para o Ensino Médio em que se articulem à formação dos estudantes, princípios organicamente estruturados, visando o desenvolvimento das dimensões: ciência - cultura - tecnologia - trabalho.

Nesse sentido, não é possível considerar que os problemas da formação humana pela via escolar possam ser resolvidos concretamente com a proposição apenas de medidas ou políticas educativas, sobretudo, que atinjam ao currículo e à metodologia da prática docente

porque a educação ora se manifesta como campo de mudanças ora como campo de contradições. Permeiam nos debates as ideias de criação de sentido e de soluções para os desafios impostos que o currículo assume ao se transformar e reconstruir-se enquanto instrumento de conhecimento, consciência social e, simultaneamente, como hegemonia ideológica das classes dominantes.

Está na ordem do dia compreender os currículos relacional e oculto, aos quais versam as pautas educacionais, construídos socialmente, e as nuances que os contextualizam ao longo da história das reformas educacionais brasileiras. Refletir, portanto, sobre os problemas e limitações que a educação apresenta se faz necessário para entender que, muitas vezes, ela desempenha o papel de mera reprodutora das desigualdades sociais. Na realidade, pensar a partir dos objetivos a que se propõe e quais sentidos o currículo faz para o cotidiano social, considerando sua composição em termos estruturais e relacionais, implica em buscar compreender como e por que alguns aspectos da cultura social são ensinados e quem os legitima.

As questões contraditórias presentes no discurso de integração curricular, quando organiza hierarquicamente os saberes e os fragmenta, tornam-se ostensivas e representadas pelos diferentes percursos formativos e pela ampliação da carga horária das aulas sob a justificativa de “flexibilização das trajetórias curriculares” para atender aos projetos de vida dos estudantes, conforme cita Lopes (2021, p. 259):

[...] o currículo regionalizado por competências, que agrupa os saberes em regiões de conhecimento visando sua aplicabilidade à realidade imediata. Esse modelo influencia a construção de currículos flexíveis que são elaborados a partir do cotidiano do estudante visando sua aplicabilidade no campo do trabalho no capitalismo contemporâneo.

Face ao exposto, considerando que boa parte dos jovens em idade escolar compatível com a do Ensino Médio obriga-se a trabalhar para complementar a renda familiar ou mesmo prover seus sustentos imediatos, possivelmente, esse modelo de oferta escolar resultará, para diversos de jovens, a dificuldade de acesso ou, em instância mais severa, na exclusão e/ ou abandono escolar, impossibilitando a conclusão do Ensino Médio na faixa etária esperada.

Nesse contexto de acentuadas e aceleradas mudanças, exige-se cada vez mais que a Formação Técnica e Profissional dos estudantes seja estruturada, flexível e que apresente conteúdos diversificados, aliando a teoria à prática, agregando saberes aplicáveis, com aulas bem direcionadas ao atingimento dessas competências e que estejam de acordo com os eixos tecnológicos, para assim atender às demandas do mercado de trabalho e aos anseios prescritos

nos projetos de vida dos jovens. Toda essa liberdade e flexibilidade concedida às redes de ensino provocou novas intencionalidades na composição e oferta dos itinerários formativos, destinados a atender ao eixo técnico e profissional, resultando em outras possibilidades de modalidade de ensino, sobretudo a modalidade EaD.

Surge, então, a possibilidade de agregar novos formatos de ofertas e modelos de formação no Ensino Médio, como por exemplo: a oferta de 20% da carga horária, para cursos diurnos e 30%, para cursos noturnos, na modalidade em EaD, o qual compromete negativamente o repasse do financiamento da educação, visto que essa modalidade de oferta atenua diretamente os custos destinados à educação básica. No mesmo sentido de reconhecimento da notoriedade, a Lei da Reforma também autoriza a formalização de convênios com instituições de educação a distância (EaD), com o objetivo de ofertar cursos a serem integrados na carga horária do estudante. As ofertas do itinerário formativo profissional e de curso por meio de EaD evidenciam a destinação do financiamento público para o setor privado, o comprometimento da qualidade da educação técnica profissional e a precarização do trabalho docente (Silva, 2018). Para os jovens, é vendida a falsa ideia de que, por meio dos estudos na modalidade em EaD, lhes será atribuída mais autonomia, aliando vantagens como: poder realizar seus estudos de onde quer que esteja, sendo possível gerenciar e otimizar o tempo destinados aos estudos conforme as necessidades da vida prática, em qualquer hora e dia, respeitando seus limites, ritmo e disponibilidade para estudar.

Em razão dos contextos apresentados, essa nova compreensão da organização da proposta pela Reforma do Ensino Médio voltar-se-á diretamente aos já excluídos, ou seja, à parte majoritária da juventude brasileira, cuja relação com o conhecimento historicamente produzido e com a cultura se dá de forma empobrecida e pouco diversificada, fora da escola, o que difere do caráter propedêutico e acadêmico oferecido à clientela mais favorecida, cuja relação com o trabalho produtivo dar-se-á no ensino superior com formação qualificada, apresentando após sua conclusão o exercício laboral nas funções técnicas- administrativas e de gestão mais intelectualizadas e complexas, com numerosas e diversificadas competências profissionais e interpessoais.

Desse modo, o currículo da nova proposta de ensino a partir da Reforma do Ensino Médio tende a trabalhar com conteúdos novos, bem como a considerar aplicar metodologias de forma diferente para estudantes de classes sociais distintas que estudem em redes de ensino distintas. Verificam-se que as relações estabelecidas entre currículo - trabalho, currículo - ciência e currículo - cultura incidem diferentemente para cada contexto social de classe e, se articulam conforme a finalidade de um projeto político e econômico-social mais amplo. Diante

desse contexto, aos filhos da classe trabalhadora apresenta-se um currículo mais geral, sem especificidades de formação, incorporando o trabalho de modo profissionalizante e prático a fim de atender os interesses imediatos do mercado.

Assim sendo, as redes estaduais de ensino passaram a organizar os currículos conforme os arranjos curriculares propostos pela Reforma do Ensino Médio, incluindo uma parte comum a todos os estudantes e os itinerários formativos. A flexibilização por estado diz respeito ao quantitativo e tipo de oferta de itinerários formativos que cada rede da federação poderá ofertar. O trabalho docente é afetado diretamente pela flexibilização curricular, pois considerando o que referenda a Reforma do Ensino Médio, conforme o §2º do artigo 35 - A que trata da exclusão da Sociologia, da Filosofia, da Educação Física e da Arte como disciplinas obrigatórias, restringindo suas abordagens no NEM à definição fluida de “ estudos e práticas”, podendo vir a caracterizar uma precarização tanto nas oportunidades de trabalho ao professorado quanto ao trabalho com conceitos, temas e teorias propostos no ensino de Sociologia, em particular.

Acrescido a isso, institui-se à essa lógica de construção, a abertura para que, em alguns postos de trabalho educacionais, possam atuar profissionais detentores de “notório saber”, incluindo a parte diversificada do currículo, no caso específico, do itinerário formativo “formação técnica e profissional”, o que traduz redução de oportunidades de trabalho para professores devidamente qualificados na área do conhecimento ou na disciplina específica de sua formação inicial. Embora que a previsão de contratação imediata se volte especificamente ao itinerário citado, não se descarta a possibilidade, num futuro próximo, de que a proposta possa ser ampliada pelos governos aos demais itinerários que compõem a parte diversificada do currículo, uma vez que já se tem a experiência de tutores e voluntários, por vezes sem formação específica para tal atividade, atuando em algumas realidades do Brasil.

Toda essa lógica de organização curricular, trazida pela Reforma do Ensino Médio, gera marcadores de fronteira, considerando as profundas desigualdades de aquisição e construção do conhecimento e reflete também numa consequência imediata para o jovem e o desafia a criar e se apropriar de novos códigos reguladores para o alcance de um capital cultural que o posicione dentro do campo de atuação, seja na ambiência escolar ou para além, no mercado de trabalho. Porém, quanto mais consideramos que a escola é o principal lócus em que há a reprodução e difusão de conhecimentos mais ela precisa englobar a pluralidade de contextos que ali se encontram, o que muitas vezes não ocorre. Seja em tempos remotos ou atualmente, a escola reproduziu e assinalou desigualdades ao priorizar conhecimentos que atendam a determinadas classes sociais, grupos de pessoas ou mesmo outros agentes

dominantes em detrimento de outras representatividades.

Todo esse contexto histórico, reafirma a flexibilização do ensino que é justificado por um discurso pedagógico de aprendizagem flexível do conhecimento em que importa menos a qualificação do que à adaptabilidade ao novo, temática essa trabalhada na construção dos projetos de vida dos estudantes que concentram atenção para a “abertura ao novo” como um macrocampo das competências socioemocionais exigidas pelo mercado de trabalho.

Em resumo, a organização curricular do Novo Ensino Médio e, especificamente, a flexibilização do ensino passam a adotar finalidades de formação profissional imediata em regime de acumulação flexível de conhecimento sempre atentas às demandas do mercado. Daí é possível estabelecer relação direta entre essa lógica e o princípio da divisão social do trabalho, considerando que a maior parte do alunado brasileiro, em idade escolar condizente com a do Ensino Médio, está concentrada nas escolas públicas infere-se que muitos jovens não conseguem se apropriar e mobilizar códigos que possibilitem, em condições de igualdade, terem acesso a orientações mais complexas que possibilitem a aquisição de competências mais especializadas para atuarem.

Sob tal perspectiva, é importante analisar como o estado do Ceará vem organizando o currículo das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, a partir da obrigatoriedade da implementação do Novo Ensino Médio, considerando os dilemas e possibilidades que surgem diante da Reforma do Ensino Médio. Haja vista que para essa categoria de escolas foi destinado fomento federal e do tesouro do estado, por vezes, de forma articulada e em regime de parceria, tanto para subsidiar o avanço da expansão da política de Ensino Médio em Tempo Integral como para equipar as escolas, conforme o modelo de expansão planejado. Torna-se oportuno considerar que em decorrência de as EEMTI ofertarem maior carga horária de jornada escolar verifica-se conformidade com o que propõe a Reforma do Ensino Médio no que concerne à possibilidade de incorporar a oferta dos itinerários formativos e, conseqüentemente, viabilizar a flexibilização curricular. Mediante tal realidade, é preciso, portanto, analisar como se configura a parte diversificada do currículo do Ensino Médio do Ceará e, em particular, analisar que lugar a Sociologia ocupa diante das contradições e perspectivas de implementação do Novo Ensino Médio.

3 AS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL NO CEARÁ E O LUGAR DA SOCIOLOGIA NOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS

3.1 A implantação, expansão e universalização das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral no Ceará

A política pública de implementação de Escolas com Ensino Médio em Tempo Integral no âmbito da Rede Estadual de Ensino do Ceará articulou-se ao Art. 2º da Lei Nº 16.287/2017 e no art. 36 do parecer n. 7 da Resolução do Conselho Nacional de Educação (2010) que aponta ser considerado período integral toda jornada escolar organizada em sete horas diárias, resultando em carga horária anual de 1400 horas. A configuração de organização da legislação estadual ancorou-se e esteve em consonância com a legislação nacional para o atingimento da meta 06 estipulada pelo Plano Nacional de Educação (PNE) : Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da educação básica, que ficou definida no Plano Estadual de Educação (PEE) prevendo em sua meta 06, oferecer até 2024, em regime de colaboração, Educação em Tempo Integral em no mínimo, 50% das escolas públicas e instituições da educação infantil, de forma a atender, pelo menos, 25% dos estudantes da educação básica do estado.

No tocante à implantação do ensino integral no Ceará, em 2017, a Secretaria da Educação ancorou-se na lei da Reforma do Ensino Médio, na qual regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (Brasil, 2017), confere no artigo 13:

Art.13. Fica instituída, no âmbito do Ministério da Educação, a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Parágrafo único: A Política de Fomento de que trata o caput prevê o repasse de recursos do ministério da Educação para os Estados e para o Distrito Federal pelo prazo de dez anos por escola, contado da data de início da implementação do Ensino Médio integral na respectiva escola, de acordo com termo de compromisso a ser formalizado entre as partes [...] (Brasil, 2017, on-line, grifo nosso).

Com a publicação do documento Diretrizes e Orientações Pedagógicas (Ceará, 2020a) para as EEMTI, a proposta de Ensino Médio em Tempo Integral na rede estadual do Ceará coloca-se como instrumento de universalização mais ampla da educação. A jornada da

escola de tempo integral visa ir além do caráter instrutivo, perpassando para um espaço de socialização com um viés dialógico, o qual visa contribuir para o desenvolvimento integral do estudante. De acordo com o documento, novos paradigmas se apresentam frente ao plano de expansão do Ensino Médio Regular em Tempo Integral, a saber:

Os principais desafios para o Ensino Médio Regular em Tempo Integral, de acordo com as Metas 6 e 7 do PNE são: a ampliação dessa oferta de ensino, a adequação das escolas da rede estadual para atendimento em tempo integral e a melhoria do desempenho dos alunos, considerando o fluxo escolar, a proficiência e a equidade dos resultados (Ceará, 2020a, p.3).

A Secretaria da Educação do estado do Ceará, em parceria articulada com instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC) e, com base na análise de indicadores escolares, socioeconômicos e de vulnerabilidade elencou um rol de escolas elegíveis para, em seguida, serem escolhidas buscando a promoção da equidade da educação considerando uma melhor distribuição geográfica no Estado. Face ao que foi exposto, a Política de implementação do Ensino em Tempo Integral no Ceará ganha musculatura e inicia um processo de ampliação em rede na qual é retratada a sequência lógica expressa no Documento (Ceará, 2020a, p.3):

Diante disso, a Secretaria da Educação implementou, a partir de 2016, a política pública de implantação de escolas de Ensino Médio em Tempo Integral – EEMTI, a priori com oferta de matrícula gradual para 26 (vinte e seis) instituições de Ensino Médio regular, distribuídas nas vinte Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDE) e nas três Superintendências das Escolas Estaduais de Fortaleza (SEFOR). Em 2017, houve a conversão de mais 45 (quarenta e cinco) escolas regulares para essa categoria. No ano de 2018, mais 40 (quarenta) escolas de Ensino Médio regular foram convertidas em tempo integral. Em 2019, esta conversão ocorreu em 19 (dezenove) escolas, totalizando 130 (cento e trinta) escolas convertidas em tempo integral. Esse quantitativo de escolas convertidas ultrapassou a meta proposta pelo Plano de Universalização da Escola em Tempo Integral do Ceará, para 2019, prevista para 97 (noventa e sete) escolas.

Em 2020, a expansão da oferta de vagas de tempo integral nas escolas estaduais de Educação Básica deu continuidade à iniciativa que consiste em expandir progressivamente as Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - EEMTI, com a conversão de mais 25 (vinte e cinco). Já em 2021, somam-se mais 46 (quarenta e seis) e, em 2022, mais 60 (sessenta) novas escolas de Ensino Médio regular para a categoria de ensino no modelo de tempo integral, totalizando 261 (duzentas e sessenta e uma) EEMTI. Na Figura 1 está representada a série história da expansão do Ensino Médio em Tempo Integral no Ceará, que compreende o período entre 2016 a 2022.

Figura 1 – Série histórica da implantação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral no Ceará



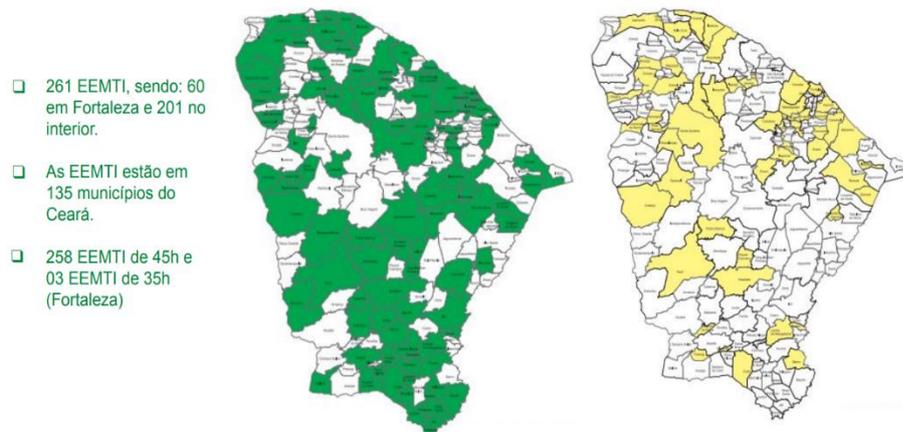
Fonte: SEDUC (2022).

No contexto do Ceará, percebe-se que conforme dispõe o Art 2º. Decreto 35.499/2023 que trata do Plano de universalização do ensino estadual de tempo integral ao apresentar como objetivo II a seguinte orientação: “celebração de parcerias com organizações públicas e privadas para o desenvolvimento de programas e projetos que fortaleçam a educação em tempo integral” há conformidade com o que diz a Reforma do Ensino Médio na qual estrutura o Novo Ensino Médio com a ampliação da carga horária, a flexibilização do currículo e sinaliza uma política de fomento em atendimento às Redes estaduais para as escolas públicas elegíveis que oferecem ensino em tempo integral no Brasil. Essa nova estrutura de organização curricular secundariza os conhecimentos clássicos nos currículos acarretando fragmentação de oferta de algumas disciplinas e, podendo levar, em casos mais extremos, ao desaparecimento de sua oferta, como já é percebido em algumas realidades do país.

Para esclarecer o percurso a ser trilhado para a integralização das escolas elegíveis, a Secretaria da Educação avança o planejamento na direção de ser apresentado e validado o projeto de estudo, em andamento, pelas Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação - CREDE, Superintendência das Escolas de Fortaleza - SEFOR e pelo(a) Chefe do executivo, observando-se novos planejamentos longitudinais a serem construídos conforme análise dos cenários e necessidades, considerando as especificidades e a realidade dos contextos diversos em questão. A partir deste alinhamento com as CREDE/SEFOR as novas EEMTIs são escolhidas e definidas buscando a promoção da equidade na educação de acordo com a análise e correlação dos indicadores e com uma melhor distribuição geográfica no Estado.

A Figura 2 apresenta o quantitativo de escolas integralizadas e suas devidas proporções de ocupação na malha dos domínios do território do estado.

Figura 2 – Distribuição de Tempo Integral 2022



Fonte: SEDUC (2022).

A metodologia de planejamento e estudos para efetivar o plano de expansão e universalização do Ensino Médio em Tempo Integral no estado foi articulada em parceria com a equipe de Cientistas Chefe da Educação, de Cientistas Chefe da Transformação Digital, da Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública (SUPESP) e da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (SSPDS), a Secretaria de Educação pautando-se nos estudos entregues pela consultoria *Integration* do Instituto Sonho Grande (ISG), com a atualização de valores e um olhar atento para os municípios que ainda não possuem Tempo Integral, visando uma melhor distribuição geográfica no Estado. Desse modo, a proposta de planejamento para expansão do tempo integral apresenta um ranqueamento das escolas elegíveis, conforme critérios resultantes e estabelecidos entre as partes envolvidas nesse processo, de acordo com sua geolocalização, considerando os seguintes critérios e princípios:

I. Educacionais - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Abandono e Evasão; II. Socioeconômicos - Índice do Nível Socioeconômico (INSE) por escola e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por município; III. Vulnerabilidade - Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) por município, Ciclo de Vida do Produto (CVP) e Violência doméstica, de acordo com a área integrada de segurança.

Na prática, no que concerne de fato, à conversão efetivamente dessas escolas regulares em tempo parcial para a categoria de Escolas em Tempo Integral é a compreensão do Projeto Político Pedagógico (PPP) das EEMTI pela Comunidade Escolar, mediante seus desafios e incertezas. Para tanto, ocorre uma mobilização envolvendo as gestões escolares, professores, funcionários, estudantes e pais e responsáveis para participarem de seminários, reuniões, assembleias, comissões mistas, comitês de debates, palestras, estudos com materiais

formativos e informativos, dentre outras estratégias, para a difusão do conhecimento dos princípios que embasam a proposta de funcionamento da Escola de Ensino Médio em Tempo Integral, destacando prioritariamente os pilares que alicerçam o desenvolvimento integral do estudante, a saber: a ampliação da carga horária de estudo e permanência na escola, o desenvolvimento do ser humano em todas as suas dimensões, o protagonismo estudantil, a integração de tempos e espaços com a inclusão de diversos atores no processo educativo e o desenvolvimento das atividades em tempo integral e a proposta de organização curricular fundamentada nos itinerários formativos, sobretudo, nas Unidades Curriculares Eletivas.

Em alguns contextos escolares, o processo de adesão ao novo modelo de escola em tempo integral ganhou aderência num processo dialogado e democrático que envolveu seminários, assembleias, manifestação de opiniões e votação, planejamento, pactuação de metas, cocriação, corresponsabilização, construção de sonhos e com facilidade para concretizar a conversão com a assinatura do “Termo de Aceite” pela Comunidade Escolar. Já em outros contextos escolares, esse processo de adesão ao novo modelo de escola em tempo integral foi marcado por momentos de tensão, conflitos, incertezas e dúvidas.

Mediante as realidades distintas, a Secretaria da Educação, por meio de suas Regionais - Crede e Sefor instituiu periodicamente agendas de atendimentos às Gestões escolares e, se necessário às Comunidades escolares, a fim de intermediar e posicionar-se frente às demandas que surjam diante desse novo contexto de conversão ao modelo de escola em tempo integral, pautando-se na concepção argumentativa de que as EEMTIs buscam ampliar o processo de ensino e de aprendizagem para uma perspectiva na qual seja possível desenvolver as múltiplas potencialidades dos estudantes, considerando a formação plena dos estudantes, buscando desenvolver as competências e as habilidades cognitivas, físico-motoras, culturais, socioemocionais e de formação para o mundo do trabalho, bem como na apresentação da proposta pedagógica da política de tempo integral e seu funcionamento.

Para ilustrar o panorama de distribuição das EEMTI no estado do Ceará, em 2023, a Figura 3 apresenta o quantitativo das 341 (trezentas e quarenta e uma) escolas integralizadas pelos municípios, a abrangência em Fortaleza e nos interiores e o número de matrículas de estudantes atendidos pela política pública estadual.

Figura 3 – Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - 2023



Fonte: SEDUC (2023).

Conforme aponta o documento Diretrizes e Orientações Pedagógicas (Ceará, 2020a, p.3) para as EEMTIs, a Secretaria de Educação do estado do Ceará propõe-se a estruturar as escolas com condições básicas de funcionamento, por meio de adequação das escolas existentes, equipando-as para garantir a educação com equidade e foco na aprendizagem dos estudantes, diante das suas necessidades a fim de garantir o acesso e permanência e um ensino de qualidade, de tal modo a promover a melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem dos estudantes.

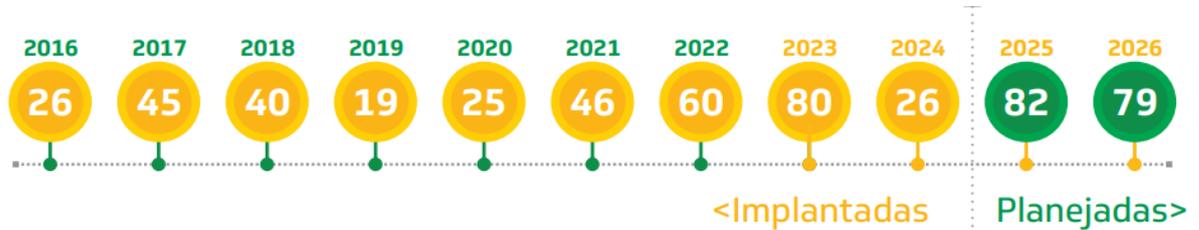
O Plano de Universalização estabelece, também, uma meta de 25.571 (vinte e cinco mil e quinhentos e setenta e um) alunos matriculados em EEMTI. É preciso considerar que os dados educacionais já apontam para uma efetividade da política implantada e indicam um percurso favorável para o alcance da Meta 6 (oferta de educação em Tempo integral em no mínimo 50% das escolas públicas até 2024) e Meta 7 (Melhoria do fluxo escolar e de aprendizagem de modo a atingir as médias nacionais do Ideb) do Plano Nacional de Educação - PNE.

Frente a esses objetivos, conforme a execução prevista, para o ano de 2023, no Plano de Universalização da Escola em Tempo Integral do Ceará foram convertidas mais 80 (oitenta) Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. O Plano de Universalização da Escola em Tempo Integral do Ceará está alicerçado em premissas de conversão, que tem como objetivo considerar todas as escolas de Ensino Médio Regular da rede e definir a lista de escolas elegíveis para conversão até 2026, visando integralizar de forma universal toda a rede de ensino do Ensino Médio. Para tanto, objetivou-se a prospecção de integralização universal do Ensino Médio atingindo potencialmente o alcance de conversão nos próximos anos a seguinte marca

de em: 2023 – 80 (oitenta); 2024 - 73(setenta e três); 2025 - 82(oitenta e duas) e, em 2026 – 46 (quarenta e seis) serem instituídas novas EEMTIs.

Conforme dispõe o Art 2º. Decreto 35.499/2023 que apresenta os objetivos do Plano de universalização do ensino estadual de tempo integral e, considerando o objetivo I: - ampliação e melhoria da infraestrutura das escolas, incluindo a construção, a reforma e a adaptação de espaços pedagógicos e administrativos, bem como a aquisição de equipamentos e mobiliário adequado, para o ano de 2024, a Secretaria da Educação realizou novo planejamento da expansão do Tempo Integral em função da análise dos cenários e necessidades de (re)adequação da estrutura física das escolas já convertidas, bem como a necessidade de construção de novas escolas, o que impacta diretamente tanto nas variáveis orçamentárias quanto no tempo necessário para serem concluídas as obras. Compreendendo a realidade posta para o momento, a Secretaria da Educação optou por converter, no ano de 2024, 26 (vinte e seis) novas EEMTI, conforme mostra a Figura 4.

Figura 4 – Planejamento da expansão do Tempo Integral



Fonte: SEDUC (2024).

Dessa forma, a rede estadual do Ceará ampliou, no ano de 2024, a oferta das EEMTI para o alcance de 166 municípios do estado, perfazendo um total de 367 Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Contudo, ampliar o tempo de permanência na escola em si, medida positiva, recomendada pelo PNE, nem sempre incide na formação integral dos estudantes, pois sabe-se que é preciso haver uma real e concreta proposta pedagógica de educação integral que supere a educação de tempo integral, porque apenas permanecer por mais horas na escola não é garantia de que os estudantes tenham de fato tempo, meios e organização para estudar, adquiram autonomia, construam com segurança e maturação seus projetos de vida e, sobretudo, possam se apropriar dos conhecimentos acumulados historicamente. Vale ressaltar que problemas concretos de outras naturezas sobressaem-se, em grande parte das escolas brasileiras, bem como na realidade do estado do Ceará, a partir da extensão da jornada de permanência na escola,

como por exemplo os relativos à infraestrutura precária das escolas, às condições limitadas de trabalho e da carreira dos docentes e a oferta de alimentação adequada aos estudantes.

Com relação à composição curricular das EEMTI no Ceará no ano letivo de 2022, quando se inicia a implementação do Novo Ensino Médio no Brasil, as turmas de 1ª séries de Tempo Integral nas EEMTIs passaram a adotar a seguinte arquitetura curricular, com carga horária semanal de 45 h/a³, de acordo com o que mostram os Quadros 1 e 2, respectivamente.

Quadro 1 – Matriz curricular de referência para as EEMTI (45h/a) - Formação Geral Básica - FGB

COMPONENTES CURRICULARES - FGB	CARGA HORÁRIA
Língua Portuguesa	2h/a - 3h/a
Arte	1h/a
Inglês	1h/a
Educação Física	1h/a
Matemática	2h/a - 3h/a
Química	1h/a - 2h/a
Física	1h/a - 2h/a
Biologia	1h/a - 2h/a
História	1h/a - 2h/a
Geografia	1h/a - 2h/a
Filosofia	1h/a - 2h/a
Sociologia	1h/a - 2h/a
Total da carga horária da FGB	18 h

Fonte: Sexec EMP (2021).

³ Cabe mencionar que em 2021, a Secretaria de Educação incluiu no plano de expansão das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral no Ceará, inicialmente, 03 (três) EEMTI com regime de oferta de 35h/ aulas semanais.

Quadro 2 – Matriz curricular de referência para as EEMTI (45h/a) - Itinerários Formativos - IF

COMPONENTES CURRICULARES - IF	CARGA HORÁRIA
Formação para cidadania e desenvolvimento de competências socioemocionais (FC)	1h/a
Núcleo de Trabalho, Pesquisa e Práticas Sociais (NTPPS)	4h/a
Redação	1h/a
Língua Estrangeira	1h/a
Tempo Eletivo 1	2h/a
Tempo Eletivo 2	2h/a
Tempo Eletivo 3	2h/a
Tempo Eletivo 4	2h/a
Tempo Eletivo 5	2h/a
Tempo Eletivo 6	2h/a
Tempo Eletivo 7	2h/a
Tempo Eletivo 8	2h/a
Tempo Eletivo 9	2h/a
Tempo Eletivo 10	2h/a
Total da carga horária dos IF	27 h/a
Total	45h/a

Fonte: Sexec EMP (2021).

Importante observar que a apresentação dos Quadros 1 e 2 mostram detalhadamente a estrutura de composição da matriz curricular, as cargas horárias divididas em intervalos e/ou sugeridas como obrigatórias, a designação das áreas do conhecimento, os componentes curriculares dispostos por disciplinas equivalentes e obrigatórias tanto na Formação Geral Básica quanto nos Itinerários Formativos⁴.

⁴ Até 2021, a Rede estadual do Ceará denominava de Parte diversificada os componentes curriculares obrigatórios a serem cursados, independente de escolha dos estudantes, a saber: Formação para a cidadania e desenvolvimento de competências socioemocionais(FC) e Núcleo de Trabalho, Pesquisa e Práticas Sociais (NTPPS); Denominava de Parte Flexível as eletivas, pois os estudantes validavam seu percurso formativo por meio da escolha de quais eletivas iriam cursar, diante das possibilidades de oferta em cada escola. De 2022 aos dias atuais, as eletivas foram redefinidas como Unidade Curriculares Eletivas (UCE) e toda essa composição curricular foi

Efetivamente, ainda que o estado do Ceará apresente como pauta prioritária a defesa de um currículo centrado e organizado por disciplinas, tornando-as mais resistentes e legítimas a ponto de validá-las e reconhecê-las, essa ação ainda não é suficientemente capaz de notadamente romper com os severos ataques sentidos, não apenas pela Sociologia, nas arenas de composição curricular em nível nacional e estadual. Tal constatação leva à reflexão em torno de que marcadores culturais ou culturas socialmente reconhecidas legitimam e que outras deslegitimam a Sociologia na composição curricular.

Numa linha mais delimitada de análise da nova composição curricular das Escolas de Ensino Médio do Ceará - EEMTI, o estado optou pela perspectiva de adequação da arquitetura curricular para organizar as unidades curriculares com foco nas áreas de conhecimento e nos eixos estruturantes da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, apresentando conformidade de suas ementas com os itinerários formativos do Novo Ensino Médio, que se organizam a partir de eixos: Investigação Científica; Processos Criativos; Mediação e Intervenção Sociocultural e Empreendedorismo.

Refletir, portanto, sobre os problemas e limitações que a educação apresenta se faz necessário para entender que, muitas vezes, ela desempenha o papel de mera reprodutora das desigualdades sociais, considerando que para alguns jovens, em face de sua origem social e de classe privilegiada, de variados espaços complementares de formação, para além da realidade que se opera na escola pública, essa fase multiculturalista por que passa a recontextualização curricular no Brasil, implicará em mais qualificação profissional e resultará em ampliação de sua formação e na execução de trabalhos mais criativos e qualificados.

Na sociedade capitalista, a relação antagônica entre trabalho e capital gera impactos diretos nas lutas de classes, nos diferentes aspectos da vida social e na educação. Logo, conclui-se que não há neutralidade na reprodução e acesso ao conhecimento. Em função disso, é necessário reconhecer os objetivos e alcance das políticas públicas educacionais brasileiras diante do contexto do Novo Ensino Médio, considerando os desafios impostos pela reorganização dos currículos para atender à lógica global e as possibilidades que possam surgir como perspectiva da emancipação humana dos estudantes. Num recorte mais específico de análise, cabe verificar o papel que a Sociologia ocupa na composição e organização curricular,

redenominada de Itinerários Formativos (IF) que se subdividem em Unidades Curriculares Obrigatórias (UCO) - a saber: Estudo orientado, NTPPS, Aprofundamento em LP e Matemática, Cultura Digital, FC, Educação Física e Língua estrangeira e as de livre escolha denominadas de Unidades Curriculares Eletivas (UCE).

na parte diversificada do currículo, em particular, nas proposições que abordam as Unidades Curriculares Eletivas.

3.2 As Unidades Curriculares Eletivas e o lugar da Sociologia

Para fins de análise de um recorte da parte diversificada do currículo das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, apresento a partir de agora a constituição, organização e objetivos das Unidades Curriculares Eletivas (UCE), com o intuito de analisar o lugar da disciplina Sociologia e as possíveis conexões que podem ser estabelecidas com suas teorias, conceitos e temas.

A constituição das Unidades Curriculares Eletivas (UCE) se deu em 2019, quando a Secretaria de Educação do estado do Ceará (Seduc/CE) instituiu a Coordenadoria de Educação em Tempo Integral e Educação Complementar - COETI e a incorporou ao conjunto de Coordenadorias que compõem a Secretaria Executiva de Ensino Médio e Profissional – SexecEmp, cujas atribuições, publicadas no Portal do Governo do estado, voltadas para o acompanhamento das EEMTI no Ceará perpassam por:

Coordenar a elaboração e a execução da proposta pedagógica e das diretrizes de funcionamento da Escola de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI), da EEMTI Escola Bilíngue e do processo de intercâmbio de estudantes da rede estadual com a língua e a cultura de outros países; II. Fomentar discussão sobre o conceito de atividade complementar no âmbito da Seduc-Crede-Sefor-Escola; III. Acompanhar, avaliar, diagnosticar e publicar, em conjunto com a Coordenadoria de Avaliação e Desenvolvimento Escolar para Resultados de Aprendizagem, as metas e os indicadores nas EEMTI, a fim de orientar a elaboração dos planos de ação das escolas e o efetivo desdobramento em programas de ação; IV. Formular e implementar os planos de Formação Continuada dos profissionais que atuam nas EEMTI, no âmbito da Seduc-Crede-Sefor-Escola; V. Articular, junto às demais coordenadorias da Seduc (Crede-Sefor), instituições governamentais e não governamentais, a implementação das ações pedagógicas das EEMTI sob a gestão da SEDUC; VI. Promover encontros sistemáticos com os gestores das EEMTI sob a gestão da SEDUC; VII. Realizar encontros formativos com a Superintendência das Credes/Sefor; VIII. Planejar a implantação de futuras EEMTI, a partir da definição dos aspectos regulatórios e legais, junto às áreas de competência da Secretaria para institucionalizar a sua criação (Ceará, 2024).

Em consonância com as atribuições II e V citadas acima, a Seduc/CE, por meio da Célula de Desenvolvimento da Educação em Tempo Integral (CEDTI), parte integrante da composição desta Coordenadoria, resolve, a partir de suas atribuições internas, desempenhar a função de executar o processo de curadoria para análise, refeitura, aprovação e validação das proposituras encaminhadas pelos professores da rede estadual com sugestões de ementas para compor o Catálogo de Atividades Eletivas. Este processo ocorreu, em alguns momentos,

semestral e, em outros momentos, anualmente, conforme planejamento da rede em cada ano letivo.

O Catálogo de Atividades Eletivas da rede estadual do Ceará apresenta, de 2019 aos dias atuais, uma série de significativas mudanças em sua concepção, disposição, organização curricular, adequação e posicionamento das eletivas ajustando-se aos eixos temáticos e áreas do conhecimento. A configuração do Catálogo de Atividades Eletivas nas versões dos anos 2019.1, 2019.2 e 2020 apresentavam os seguintes dimensionamentos e demarcação de oferta curricular, conforme percebe-se na estrutura de apresentação dos referidos documentos:

[...] com o objetivo de apresentar às escolas ampla variedade de possibilidades pedagógicas para implementação nos tempos eletivos que compõem a parte flexível do currículo das Escolas Estaduais de Ensino Médio em Tempo Integral - EEMTI. **O Catálogo de Atividades Eletivas, versão 2019.1, congrega 286 ementas** distribuídas em oito Eixos Temáticos: Aprofundamento de Conteúdos da Base Comum; Artes e Cultura; Comunicação, uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica; Educação Ambiental e Sustentabilidade; Educação Científica; Educação em Direitos Humanos; Esporte, Lazer e Promoção da Saúde e Mundo do Trabalho e Formação Profissional. Além desses eixos, há eletivas na modalidade Clube Estudantil, caracterizadas pela organização de estudantes em torno de vivências de aprendizagem e desenvolvimento de atividades associadas a um tema de interesse comum, seja de natureza cognitiva, cultural, social, esportiva etc.

Julgamos importante ressaltar o caráter interdisciplinar e integrador esperado para as Atividades Eletivas, no sentido de fortalecer a proposta pedagógica da escola em duas frentes: 1) a oferta de atividades que, ao diversificar as práticas pedagógicas nas quais os estudantes estão inseridos, atenda às demandas de conhecimento desse estudante previamente diagnosticadas pela escola, promovendo maior equidade; 2) a oferta de atividades que estejam articuladas aos demais componentes do currículo escolar, tais como os componentes curriculares da Base Comum e da Parte Diversificada (NTTPS e PPDT). **É de suma importância, ainda, que as Atividades Eletivas ensejem na escola o reforço das dimensões pedagógicas da EEMTI:** 1) a pesquisa como princípio pedagógico; 2) o trabalho como princípio educativo; 3) a desmassificação do ensino; **4) a promoção de itinerários formativos diversificados** (Ceará, 2023, on-line, grifo nosso).

Em 2019, desenhou-se, na rede estadual, a concepção de que as Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral têm como propósito dinamizar tempos e espaços pedagógicos, com vistas a proporcionar aos estudantes conhecimentos e saberes para além da base comum do currículo e, assim, oferecer um “currículo flexível com vistas a oferecer itinerários formativos diversificados e em diálogo com os projetos de vida de cada estudante, articulado com o desenvolvimento de competências socioemocionais.” (Ceará, 2017).

O currículo diversificado toma forma nas escolas por meio da oferta das atividades eletivas que tem por objetivo ampliar a variedade de possibilidades pedagógicas na consolidação do tempo integral, visando a potencialização do sucesso acadêmico dos jovens

cearenses e a promoção da equidade educacional. A escolha das eletivas deve atender aos itinerários formativos dos estudantes em dois aspectos muito importantes: suas necessidades de aprendizagem (garantia do olhar equitativo) e seus pontos de interesse (garantia de envolvimento aluno-escola). É preciso diversificar os itinerários formativos numa mesma escola, respeitando os interesses, as afinidades com determinados conteúdos curriculares, o desenvolvimento de habilidades artísticas, culturais e esportivas e o aprofundamento de competências basilares de leitura e matemática.

Diante disso, o Catálogo de Atividades Eletivas (Ceará, 2023) apresenta uma variedade de ementas que objetivam uma uniformização pedagógica relacionada à oferta de componentes da parte diversificada do currículo, a saber:

O Catálogo de Atividades Eletivas, versão 2019.2, contém 308 ementas ordenadas em 08 (oito) Eixos Temáticos: Aprofundamento de Conteúdos da Base Comum (ABC); Artes e Cultura (ARC); Comunicação, uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica (CMT); Educação Ambiental e Sustentabilidade (EAS); Educação Científica (ECI); Educação em Direitos Humanos (EDH); Esporte, Lazer e Promoção da Saúde (ELS); Mundo do Trabalho e Formação Profissional (MTP).

Além desses eixos, se propõe eletivas na modalidade de Clube Estudantil, caracterizada pela organização de estudantes em torno de vivências de aprendizagem e desenvolvimento de atividades associadas a um tema de interesse comum, seja de natureza cognitiva, cultural, social, esportiva e etc. **O Clube deve ser a expressão da vivência do protagonismo dos estudantes**, a partir da aprendizagem cooperativa. Os alunos proponentes devem apresentar um projeto com nome, objetivo, metodologia, cronograma de atividades e lista de materiais. As atividades eletivas precisam dialogar com as necessidades múltiplas dos sujeitos expressas em seus projetos de vida, assim dois componentes são primordiais na afirmação da identidade e composição das expectativas quanto ao futuro acadêmico e profissional dos estudantes: O Núcleo de Trabalho, Pesquisa e Prática Sociais (NTPPS) e Projeto Professor Diretor de Turma (PPDT).

[...] **O processo de ensino e aprendizagem desenvolvido por meio dos itinerários formativos, mais especificamente pelas unidades curriculares eletivas, possibilita o protagonismo estudantil e a construção do projeto de vida, com o desenvolvimento de uma visão mais ampla de mundo e um melhor preparo para o pleno exercício da cidadania por parte dos nossos jovens** (Ceará, 2023, on-line, grifo nosso).

A fim de refletir sobre a oferta e organização curricular da rede estadual do Ceará, destinada às EEMTI, a pesquisa buscou captar como a Sociologia se faz presente nas Atividades Eletivas propostas no Catálogo da rede estadual, num recorte mais específico de coleta no ano de 2019, considerando que neste ano o Catálogo exibiu duas versões. A seguir seguem os Quadros 3 e 4, respectivamente, que demonstram o quantitativo de eletivas por eixo temático e quantas delas se integram à Sociologia. Como critérios para elencar a integração com a Sociologia, foram considerados pontos importantes contidos nas ementas: 1. Os objetos de conhecimento; 2. Possibilidades de trabalhar temáticas e categorias sociológicas com bases

teóricas e epistemológicas à luz da ciência. Tais critérios incorporam pontos de atenção crucial do desenvolvimento da pesquisa ao analisar os currículos das eletivas, na parte diversificada do currículo das EEMTI, visando superar o efeito danoso que a disciplina possa sofrer quando é associada a propostas temáticas rasas e sem bases de institucionalização no campo acadêmico.

Quadro 3 – Quantitativo de Unidades Curriculares eletivas por eixo temático, que se integram à sociologia 2019.1

Componentes curriculares - IF	Nº de Componentes Ofertados	Nº de Componentes que se Integram à Sociologia
Aprofundamento de Conteúdos da Base Comum - ABC	84	4
Artes e Cultura - ARC	39	1
Comunicação, uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnologia - CMT	14	1
Educação Ambiental e Sustentabilidade - EAS	17	5
Educação Científica - EC	18	1
Educação em Direitos Humanos - EDH	12	12
Esporte, Lazer e Promoção da Saúde - ELS	32	1
Mundo do Trabalho e Formação Profissional - MTP	30	1
Clubes Estudantis - CLE	40	0
Total	286	26

Fonte: Catálogo - Seduc /CE (2019.1) (Ceará, 2023).

Quadro 4 – Quantitativo de Unidades Curriculares eletivas por eixo temático, que se integram à sociologia 2019.2

Componentes curriculares - IF	Nº de Componentes Ofertados	Nº de Componentes que se Integram à Sociologia
Aprofundamento de Conteúdos da Base Comum - ABC	84	4
Artes e Cultura - ARC	39	-
Comunicação, uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnologia - CMT	14	1
Educação Ambiental e Sustentabilidade - EAS	17	5
Educação Científica - EC	18	1
Educação em Direitos Humanos - EDH	12	12
Esporte, Lazer e Promoção da Saúde - ELS	32	1
Mundo do Trabalho e Formação Profissional - MTP	24	1
Clubes Estudantis - CLE	46	1
Total	286	26

Fonte: Catálogo - Seduc /CE (2019.1) (Ceará, 2023).

Para a composição do que demonstram os quadros 3 e 4, no que concerne aos critérios considerados elegíveis para que as eletivas apresentem integração curricular com a Sociologia, destacam-se: a observância de que e como são apresentados os conceitos e conteúdos da disciplina e se há conexões com uma visão crítica voltada para a realidade histórico-social; a composição da ementa: os objetivos de aprendizagem, o objeto de estudo e as atividades que são propostas; a apresentação de um produto final com relevância e impacto social. Nesse sentido, chama atenção a disparidade dos dados expostos mediante o confronto entre o quantitativo de eletivas que se integram à Sociologia concentradas no bloco de Aprofundamento de Conteúdos da Base Comum (ABC) e as que estão distribuídas nos demais

eixos temáticos. Importa destacar que essas últimas, apenas tangenciam os conteúdos e temáticas da Sociologia.

Numa análise mais detalhada do quadro 3, percebe-se que, em 2019.1, há 26 (vinte e seis) eletivas que se integravam à Sociologia. No entanto, é necessário verificar que 22 (vinte e duas) delas estão distribuídas nos demais eixos temáticos do Catálogo, inclusive destaca-se um Clube estudantil, componente em que não há lotação de professor, enquanto que apenas, 4(quatro) estão concentradas no bloco de Aprofundamento de Conteúdos da Base Comum (ABC), a saber:

- ABC 029 - Humanas para o ENEM;
- ABC 057 - Sociologia para o ENEM;
- ABC 060 - Atualidades para o ENEM;
- ABC 081 - Humanas em Quadrinhos.

Já, em 2019.2, conforme demonstra o quadro 4, há 27(vinte e sete) eletivas que se integram à Sociologia. No entanto, é necessário verificar que 22(vinte e duas) delas estão distribuídas nos demais eixos temáticos do Catálogo, inclusive destaca-se um Clube estudantil, componente em que não há lotação de professor, enquanto apenas, 5 (cinco) estão concentradas no bloco de Aprofundamento de Conteúdos da Base Comum (ABC), a saber:

- ABC 029 - Ciências Humanas para o ENEM;
- ABC 057 - Sociologia para o ENEM;
- ABC 060 - Atualidades para o ENEM;
- ABC 081 - Humanas em Quadrinhos;
- ABC 089 - Evolução dos Pensamentos Filosóficos e Sociológicos da Ciência.

Pode-se afirmar que, diante do exposto, surgem muitos desafios no que concerne à busca pela legitimação da disciplina no campo escolar e na educação básica. Ao iniciar o trabalho pedagógico na escola, o professor de Sociologia há de considerar a necessidade imperativa de associar o ensino de Sociologia dentro do eixo temático ou Área do Conhecimento e com os demais eixos ou Áreas e disciplinas, examinando qual Sociologia surge a partir dos diálogos com outras áreas e disciplinas e buscando caminhos e práticas na

perspectiva de uma organização curricular e intencionalidade educativa que visem a garantia de que ela não se descaracterize.

Ainda que a Sociologia se desloque, dentro da Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas ou integre-se a quaisquer outros eixos ou Áreas de conhecimento, tal movimento pode, simbolicamente, constituir-se como um prejuízo tanto para a disciplina como para o professor. No primeiro caso, é de suma importância considerar o que afeta a identidade da disciplina no tocante ao discurso pedagógico da classificação do conhecimento, como focaliza Bernstein (1996) ao tratar de dois currículos: um que possui forte classificação e está pautado nas perceptíveis demarcações entre as disciplinas e, o segundo, cuja classificação é nitidamente fraca porque as balizas entre as disciplinas são menos nítidas, portanto, há integração entre elas.

Embora seja expressiva a presença da Sociologia no eixo temático Educação em Direitos Humanos (EDH) em que a totalidade de Atividades Eletivas de EDH reverberam os objetos de conhecimento e/ ou possibilidades de trabalhar temáticas e categorias sociológicas com bases teóricas e epistemológicas à luz da ciência, nos demais eixos ou áreas do conhecimento torna-se inexpressiva a presença da Sociologia. Realça a insignificante presença da disciplina em eixos ou Áreas do Conhecimento em que há possibilidades exequíveis de integração curricular, tais como: 1. Comunicação, Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica (CMT); 2. Educação Científica (ECI); 3. Mundo do Trabalho e Formação Profissional (MTP), conforme apresentam os indicadores analisados, dos três eixos referidos, apenas a presença de 1(uma) Atividade Eletiva integrada à Sociologia, em cada um.

Tendo em vista as condições que se estabeleceram no campo da educação com a Pandemia de Covid-19 no ano de 2020⁵, a parte diversificada do currículo, durante o primeiro semestre deste ano, não se realizou a contento, pois foi dada prioridade às disciplinas que compõem as áreas do conhecimento. Nesse sentido, a rede lançou orientações, por meio da

⁵ Em 2020, o mundo inteiro foi assolado pela maior crise sanitária do século 21, com efeitos catastróficos na vida e na saúde das pessoas. Um dos efeitos nefastos acarretados pelo novo vírus, para a educação, foi a suspensão das aulas presenciais, abruptamente, em obediência às medidas restritivas de convívio social porque passamos. Diante da atual situação de Ensino Remoto nas escolas públicas da rede estadual do Ceará, fez-se necessário uma nova organização do processo de ensino e aprendizagem que ganhou musculatura rapidamente em função da e necessidade premente do contexto que se apresentava. Mais do que qualquer outra coisa, era preciso garantir a vida das pessoas e as redes instituíram o ensino remoto. De acordo com a Portaria do MEC nº 343/ 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia³ do novo Coronavírus (COVID-19); com a Resolução do CEE N° 481, de 27 de março de 2020, que dispõe sobre o regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema de Ensino do Estado do Ceará, dessa forma, a organização curricular do Catálogo de Atividades Eletivas neste ano não passou por atualização, bem como não estimulou a execução do processo de curadoria das propostas de eletivas, dadas as circunstâncias apresentadas.

Nota Técnica n.04 - Organização do Ensino em Tempo Integral, Educação Complementar e Educação Profissional (Ceará, 2020a, p.4), a fim de orientar as escolas diante desse novo contexto, das quais foram extraídas as seguintes partes:

[...] b) Em relação às **Eletivas que não foram concluídas** pelas/os alunas/os no 1º semestre de 2020, recomenda-se que a/o aluna/o possa recuperar a eletiva durante o segundo semestre, com a entrega de atividades que possam ser desenvolvidas durante as 3 semanas em que a/o aluna/o esteja em estudo domiciliar, com a entrega de um trabalho final, que a/o torne apta/a ser avaliada/o, completando, assim, a carga horária necessária em seu histórico, ao final do ano letivo de 2020;[...] d) Conforme fluxo normal, as escolas deverão ofertar às/aos alunas/os o catálogo para escolha de diferentes componentes eletivos para o segundo semestre de 2020. Assim, todas/os as/os alunas/os com rendimento satisfatório nos componentes eletivos devem ter o direito a fazer um novo processo de escolha, levando em conta o planejamento escolar e o quadro de lotação dos docentes. e) Levando em conta a ocorrência do ensino híbrido, a **Parte Diversificada** deverá ser ofertada na modalidade remota e presencial, dependendo de sua necessidade em caráter prático. A indicação dos componentes eletivos para a escolha das/os alunas/os deverá ter um maior diálogo com a BNCC, devendo observar aqueles cuja metodologia, no ensino remoto, seja mais viável. f) Sugere-se a utilização do material de apoio pedagógico, disponibilizado na sala das EEMTI, no *Google Sala de Aula*, para o planejamento de aulas e atividades dos componentes eletivos, os quais serão ofertados somente por meio do ensino remoto, durante o segundo semestre de 2020 (Ceará, 2020a, p.4, grifo nosso).

Para o ano letivo de 2021, o Decreto Estadual nº 33.841 (Ceará, 2020b, on-line) estabeleceu que

Todos os estabelecimentos de ensino poderão iniciar o ano letivo a partir do dia 1º de fevereiro de 2021. Conforme o Decreto Estadual nº 33.841 (05/12/2020) que autoriza o retorno às atividades presenciais em todas as regiões de saúde do estado do Ceará, haverá a necessidade de organizarmos as unidades escolares públicas estaduais para promover o acolhimento às/aos estudantes, o fortalecimento dos seus vínculos com os estabelecimentos de ensino e construir as novas rotinas do processo de ensino e aprendizagem.

Mesmo diante das orientações indicadas pelo Decreto Estadual nº 33.841 (Ceará, 2020b), as aulas continuaram com o ensino remoto e ampliaram, em alguns contextos, a perspectiva para o remoto/híbrido, no estado do Ceará. Muitas foram as condições desafiantes para a organização do processo de ensino e aprendizagem, envolvendo professoras/es dos componentes curriculares e as/os que estão lotadas/os como Apoio aos Estudantes para o Ensino Remoto/Híbrido e Recuperação das Aprendizagens, que se estende enquanto durar o contexto de pandemia e, certamente, se elastece por anos subsequentes até que os efeitos do novo coronavírus decaia da condição de pandemia para endemia.

Se a realidade não é animadora, é necessário pensar em minimizar a pouca representatividade e espaço de legitimação da disciplina Sociologia no contexto escolar.

Reconhecer e ter consciência das limitações impostas à Sociologia enquanto campo disciplinar é um caminho para pensar estratégias de superação e mecanismos de resistência. O professor vem, nos últimos anos, enfrentando um processo de perda de identidade, marcado por um desgastante rótulo de desprestígio social e de baixo reconhecimento de sua capacidade, responsabilidade e propriedade para exercer sua profissão. Tal período nebuloso acarreta perdas significativas para a identidade do professor, também expressa nas relações de poder envolvendo o conhecimento construído e ensinado na escola, estruturando a percepção de que o professor de Sociologia poderá, num futuro próximo, ter sua lotação concentrada, totalmente, nos componentes curriculares eletivos.

No ano de 2021, o Catálogo de Componentes Eletivos passou por um ajustamento em sua composição, trazendo uma nova formatação, com foco nas áreas de conhecimento e nos eixos estruturantes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pois os itinerários formativos do Ensino Médio, que se organizam a partir dos eixos: Investigação Científica; Processos Criativos; Mediação e Intervenção Sociocultural e Empreendedorismo, visam conectar experiências educativas com a realidade contemporânea, promovendo aprendizagens sintonizadas com os componentes eletivos e as áreas de conhecimento. Diante disso, o Catálogo de Componentes Eletivos 2021 (Ceará, 2021) estrutura a oferta de componentes da parte flexível do currículo da seguinte forma:

Os estudantes das EEMTI escolhem seus itinerários, optando por componentes eletivos inseridos nas áreas de conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; além das unidades curriculares de Formação Profissional e Clube Estudantil.

O processo de escolha semestral de componentes eletivos nas EEMTI representa mais uma oportunidade para a ampliação do repertório de conhecimentos oferecidos aos jovens, uma vez que trazem uma proposta de aprendizagem diferenciada, com conteúdos ofertados de forma diversificada e com metodologias que favorecem a interdisciplinaridade e a interação, diferenciando a forma de aprender, aproximando-se mais das expectativas dos estudantes. Assim, o processo de ensino e aprendizagem desenvolvido na parte flexível do currículo possibilita o protagonismo estudantil e a construção do projeto de vida, com o desenvolvimento de uma visão mais ampla de mundo, um melhor preparo para o mercado de trabalho e o pleno exercício da cidadania por parte dos nossos jovens (Ceará, 2021, on-line).

A seguir, o Quadro 5 apresenta o quantitativo de Unidades Curriculares Eletivas da Área de CHSA, presentes no Catálogo de Componentes Eletivos 2021 e, quantas delas se integram à Sociologia.

Quadro 5 – Unidades Curriculares Eletivas que se integram à sociologia - 2021

Áreas de conhecimento / Unidades Curriculares	Nº de Componentes Ofertados	Nº de Componentes que se Integram à Sociologia
Linguagens e suas tecnologias	73	-
Matemáticas e suas tecnologias	20	-
Ciências da natureza e suas tecnologias	54	-
Ciências humanas e sociais aplicadas	45	17
Formação profissional	48	-
Clube estudantil	46	-
Total	286	17

Fonte: Ceará (2021).

Os 17 componentes curriculares eletivos que se integram à Sociologia são:

- CHS 003 - Atualidades para o Enem;
- CHS 006 - Ciências Humanas para o Enem;
- CHS 007 - Círculos de diálogo e cultura de paz;
- CHS 011 - Cultura política;
- CHS 013 - Direitos humanos e cidadania;
- CHS 014 - Educação fiscal;
- CHS 016 - Educação para o trânsito;
- CHS 017 - Educação para a cidadania na escola;
- CHS 020 - Formação do povo brasileiro;
- CHS 021 - Gênero e diversidade;
- CHS 032 - Humanas em quadrinho;
- CHS 033 - Identidade cultural afro-indígena;
- CHS 036 - Jogos e africanidades;
- CHS 037 - Memória e cultura afro-brasileira e indígena;
- CHS 039 - O valor do amanhã;

- CHS 040 - Produção cultural.

Toma-se, instantaneamente, um sobressalto ao constatar que na Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, em 2021, dos 17 componentes que se integram à Sociologia, apenas 01 (uma) Unidade Curricular Eletiva tem denominação e concepção de sua ementa genuinamente versando sobre a disciplina de Sociologia, a saber: CHS 041 - Sociologia para o Enem.

Associando-se a esse número pequeno de apresentação do campo disciplinar, na parte diversificada, é possível identificar outras dezesseis que, a depender da expertise do professor, poderão se caracterizar como possibilidades concretas para o aprofundamento dos conceitos fundantes da Sociologia, para a investigação, análise dos fenômenos sociais e interpretação de ideias, fenômenos e processos sociais, como é o caso retratado pela ementa da UCE 032 - Humanas em quadrinho, destacada na Figura 5.

Figura 5 – Ementa UCE 032 - Humanas em quadrinho (continua)

 CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	
CÓDIGO CHS032	UNIDADE CURRICULAR ELETIVA HUMANAS EM QUADRINHO
DURAÇÃO 40 H/A	
OBJETIVOS OBJETIVO GERAL Contextualizar as ciências humanas de maneira lúdica e pedagógica utilizando as histórias em quadrinhos com o intuito de ampliar as concepções de mundo. OBJETIVOS ESPECÍFICOS Utilizar as interpretações de tirinhas e histórias em quadrinhos para refletir acerca de seu papel na sociedade. Promover a leitura e interpretação de tirinhas e histórias em quadrinhos para subsidiar momentos de discussão e, conseqüente, a ampliação dos conhecimentos das ciências humanas.	JUSTIFICATIVA As tecnologias da informação e da comunicação, possibilitaram compartilhar e interagir em tempo real, transformando os usuários de conteúdos em autores. As tecnologias são usadas para firmar parcerias, vender produtos, fazer negócios, etc. No mundo tecnológico são muitas as tirinhas, HQS, charges e cartoons que circulam de modo digital e impresso. Essa eletiva se apropria da linguagem para trabalhar temas relevantes e lúdicas.
OBJETOS DO CONHECIMENTO Charge, Cartoon, Tirinha e Histórias em Quadrinhos (HQ). A história da revista em quadrinho no Brasil Lenda e mito na linguagem dos quadrinhos Estudo das temáticas das ciências humanas por meio das Tirinhas da Mafalda, Armandinho, Calvin e Haroldo, Turma da Mônica entre outras. Ferramentas para produção de histórias em quadrinhos.	OBJETIVOS DA APRENDIZAGEM COMPETÊNCIA: Fortalecer aprendizagens de História, Geografia, Sociologia e Filosofia por meio dos quadrinhos. HABILIDADES: Desenvolver a criticidade das temáticas das ciências humanas por meio da leitura dos quadrinhos. Utilizar tirinhas e histórias em quadrinhos com o intuito de mediar e aprofundar o estudo das ciências humanas. Interpretar textos e imagens.

Figura 5 – Ementa UCE 032 - Humanas em quadrinho (continuação)

<p>RECURSOS DIDÁTICOS</p> <p>Laboratório de informática. Recursos audiovisuais. Livros, jornais, revistas. Textos sobre a temática estudada. Tirinhas e histórias em quadrinhos.</p>	<p>AVALIAÇÃO</p> <p>Participação em atividades individuais e coletivas. Rodas de conversa. Apresentação de trabalhos na culminância.</p>	<p>SUGESTÃO PRODUTO FINAL / CULMINÂNCIA</p> <p>Produção de uma história em quadrinhos sobre as temáticas discutidas e apresentação para os colegas.</p>
<p>OBSERVAÇÕES</p> <p>Uso de ferramentas digitais gratuitas para a produção da HQ. Uso dos materiais produzidos pela COETI/SEDUC.</p>	<p>REFERÊNCIAS</p> <p>NEVES, Sílvia da Conceição. A história em quadrinho como recurso pedagógico em sala de aula. Dissertação. UNB/UAB. Palmas -Tocantins, 2012. In: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/5588/1/2012_5%C3%ADviadaConcei%C3%A7%C3%A3oNeves.pdfAcesso em 6 de jan., de 2021. https://mundonativodigital.com/2016/08/26/20-ferramentas-digitais-para-criar-historias-em-quadrinhos-com-os-alunos/ http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364740097_ARQUIVO_Ainsercaodastirinha-sechargesnasaulasdeHistoria.pdf.</p>	

Fonte: Ceará (2023).

No ano de 2022, com o objetivo de adequar-se às bases teórico-metodológicas e pedagógico-curriculares trazidas pela proposta do MEC, por meio da Reforma do Ensino Médio, o Catálogo de Unidades Curriculares Eletivas 2022 (Ceará, 2023) da rede passa por novo ajustamento e redimensionamento apresentando uma nova reorganização curricular, a saber:

A implantação do Novo Ensino Médio, inicialmente nas turmas de 1ª série da rede estadual do Ceará, traz como expectativa assegurar o desenvolvimento de um conjunto de competências e habilidades, conhecimentos, atitudes e valores para fortalecer o engajamento e o protagonismo do estudante e, assim, garantir o sucesso de sua aprendizagem e de sua permanência na escola. Assim, o Catálogo de Unidades Curriculares Eletivas de 2022 amplia o seu alcance para todas as escolas estaduais de Ensino Médio do Ceará, com o propósito de embasar as escolhas dos estudantes, na construção dos itinerários formativos, apresentando um repertório de conhecimentos que consolidam o desenvolvimento integral e promovem uma formação pessoal, profissional e cidadã (Ceará, 2023, on-line).

A seguir, o Quadro 6 apresenta o quantitativo de Unidades Curriculares Eletivas da Área de CHSA, presentes no Catálogo de Componentes Eletivos 2022 e, quantas delas se integram à Sociologia.

Quadro 6 – Unidades Curriculares eletivas, da área de CHSA, que se integram à Sociologia - 2022

Áreas de conhecimento / Unidades Curriculares	Nº de Componentes Ofertados	Nº de Componentes que se Integram à Sociologia
Linguagens e suas tecnologias	73	-
Matemáticas e suas tecnologias	19	-
Ciências da natureza e suas tecnologias	53	-
Ciências humanas e sociais aplicadas	45	17
Formação profissional	51	-
Clube estudantil	47	-
Total	288	17

Fonte: Ceará (2023).

Estabelecendo um comparativo entre os dados apresentados nos Quadros 5 e 6, que tratam da estrutura de oferta de componentes eletivos, da parte diversificada do currículo, destacando o quantitativo de Unidades Curriculares Eletivas na Área de CHSA, percebe-se que:

1. Há praticamente uma estabilização do quantitativo total de Unidades Curriculares Eletivas distribuídas nas áreas de Conhecimento, nos dois anos em estudo. A variação mínima não afeta a área de CHSA;
2. Repete-se o mesmo indicador de 17 (dezessete) Unidades Curriculares Eletivas na Área de CHSA que se integram à Sociologia, seja por meio dos objetos de conhecimento ou pelas possibilidades de serem trabalhadas temáticas e categorias sociológicas com bases teóricas e epistemológicas à luz da ciência.

Outro aspecto a ser considerado como importante marcador das desigualdades de oferta curricular nos itinerários formativos, sobretudo nas UCE, condiz com o expressivo percentual acumulado quando somadas as Unidades Curriculares Eletivas da Área de Linguagens e Códigos e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias que apresentam, respectiva e aproximadamente, 32,16% e 32,29% da totalidade de oferta dirigida à rede nos

anos de 2021 e 2022, perfazendo um total, juntas, de 64,45% das possibilidades de oferta.

Enquanto que 35,55% restantes ficaram distribuídos entre as áreas do conhecimento de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Formação Profissional e Clubes Estudantis. Do ponto de vista histórico e de modo preocupante, o papel da Sociologia e demais disciplinas afetadas pela Reforma do Ensino Médio sofrem duras penalidades em sua oferta e na alarmante condição de reduzi-las a mera apresentação temática, com definição fluida do que poderiam ser “ estudos e práticas”, por vezes correndo o sério risco de se apresentarem com relativa relação com as bases teóricas que fundamentam a epistemologia do conhecimento científico.

Constam como objetivos específicos no documento do MEC, intitulado Referenciais Curriculares para a elaboração de Itinerários Formativos (Ceará, 2019) as seguintes intenções:

- I. Aprofundar as aprendizagens relacionadas às competências gerais, às Áreas de Conhecimento e/ou à Formação Técnica; II. Consolidar a formação integral dos estudantes, desenvolvendo a autonomia necessária para que realizem seus projetos de vida; III. Promover a incorporação de valores universais, como ética, liberdade, democracia, justiça, social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade; IV. Desenvolver habilidades que permitam aos estudantes ter uma visão de mundo ampla e heterogênea, tomar decisões e agir nas mais diversas situações, seja na escola, seja no trabalho, seja na vida.

A partir da análise do que pregam os objetivos dos itinerários formativos do Novo Ensino Médio, constata-se que a Sociologia está presente, de modo estreito, na base dos itinerários formativos e em diálogo constante com as disciplinas da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e com as demais Áreas do Conhecimento e disciplinas. Em um recorte mais específico de análise, aqui no estado do Ceará, o embrião dos itinerários formativos se traduz pelas orientações acerca do Novo Ensino Médio, contidas no Documento Curricular Referencial do Ceará - DCRC e nas unidades curriculares eletivas - UCE que compõem o Catálogo de propostas curriculares diversificadas, documentos disponibilizados pela SEDUC. As unidades curriculares constituem-se como elementos com carga horária pré-definida, cujo objetivo é desenvolver competências específicas dos itinerários formativos. Portanto, há diversas opções de unidades curriculares que podem configurar a composição de um ou mais itinerários formativos.

A parte diversificada do currículo das escolas de Ensino Médio do estado do Ceará, na composição de oferta de unidades curriculares, que estruturam a construção dos itinerários formativos, encontra-se em conformidade com o que apregoa o Guia de Implementação do

Novo Ensino Médio (Brasil, 2018) no qual admite as seguintes possibilidades de integração curricular: disciplinas eletivas, laboratórios, clubes estudantis, oficinas, observatórios, incubadoras, empresas juniores, núcleos de criação artística, núcleos de estudo, grupos de pesquisa e projetos. Tais arranjos curriculares facultam às Secretarias de Educação e Redes de ensino o estabelecimento de parcerias com institutos, instituições privadas e agentes de outras instituições sociais com a defesa da ideia de que a flexibilização curricular abre espaços para a expansão do conhecimento, dos espaços educativos e das experiências contextuais do mundo capitalista global, embora que, no caso do Brasil, o contexto do capitalismo globalizado seja tardio. Desse modo, a oferta das unidades curriculares, na rede estadual são orientadas pela ótica prescrita nos marcos regulatórios, a saber:

Os currículos do Novo Ensino Médio terão uma parte referenciada na BNCC (formação geral básica) e os itinerários formativos, que oferecem caminhos distintos aos estudantes, ajustados às suas preferências e ao seu projeto de vida, cuja oferta considera as possibilidades de escolas e redes. É principalmente na escolha do itinerário, portanto, que se materializa o protagonismo juvenil (Brasil, 2018, p.9).

Nessa perspectiva, cabe à Sociologia, mesmo estando sujeita a enfrentar os desafios impostos pela Reforma do Ensino Médio e seus efeitos, ainda que o entendimento de sua abordagem, nesse novo contexto, esteja reduzido às condições de oferta da disciplina em caráter optativo e/ou facultativo, conforme está prescrito nos marcos regulatórios oficiais, oportunizar aos estudantes a reflexão crítico-científica sobre os processos sociais e dar-lhes condições de entender o contexto de vida que se apresenta e compreender as limitações estruturais que são impostas aos filhos das classes sociais menos abastadas.

Como se vê, as relações de “poder” envolvem o conhecimento construído e tornam-se evidentes seja nas relações humanas ou nas relações de organização curricular dentro da escola. Buscar construir um currículo pautado na fluidez multiculturalista respeitando as especificidades e contextos educativos, resultante de uma construção histórico-social, em que haja espaço para a manifestação das tradições culturais e epistemológicas dos grupos minoritários e não exclusivamente dos grupos dominantes é uma oportunidade para a Sociologia romper as fronteiras e reconhecidamente encontrar sua legitimidade na educação básica ao responder a seguinte inquietação: Que feição toma a Sociologia quando ela reputa a missão de ser um campo de saber que visa tomar os problemas sociais como objeto de análise?

O Quadro 7, a seguir, apresenta outro aspecto de observação da pesquisa, considerando as 17 (dezessete) UCE da Área de CHSA, presentes no Catálogo, cujas ementas abordam conteúdos, objetos de conhecimento, conceitos, temas e autores da Sociologia, pois

evidencia a posição de escalonamento de cada UCE em função da soma do número de EEMTI que a ofertou, em 2022.1 e 2022.2.

Quadro 7 – Posição das UCE em função da oferta nas EEMTI em 2022.1 e 2022.2 (continua)

Posição da UCE	Oferta em 2022.1	Oferta em 2022.2	Oferta total
1ª Posição CH 003 Atualidades para o Enem	115	87	202
2ª Posição CHS 013 - Direitos humanos e cidadania	103	95	198
3ª Posição CHS 017 - Educação para cidadania na escola	115	87	178
4ª Posição CHS 037 - Memória e Cultura	78	93	171
5ª Posição CHS 021 - Gênero e diversidade	88	80	168
6ª Posição CHS 006 - Ciências Humanas para o Enem	79	71	150
7ª Posição CHS 032 - Humanas em quadrinho	77	64	141
8ª Posição CHS 033 - Identidade cultural afro-indígena	58	65	123
CHS 007 - Círculos de diálogo e cultura de paz	61	62	123
CHS 014 - Educação fiscal	65	68	123

Quadro 7 – Posição das UCE em função da oferta nas EEMTI em 2022.1 e 2022.2
(continuação)

Posição da UCE	Oferta em 2022.1	Oferta em 2022.2	Oferta total
9ª Posição CHS 020 - Formação do povo brasileiro	70	51	121
10ª Posição CHS 039 - O valor do amanhã	61	54	115
11ª Posição CHS 011 - Cultura política	53	52	105
12ª Posição CHS 016 - Educação para o trânsito	39	49	88
13ª Posição CHS 041 - Sociologia para o Enem	43	36	79
14ª Posição CHS 040 - Produção cultural	29	36	65
15ª Posição CHS 036 - Jogos e africanidades	21	43	64

Fonte: SEDUC – SIGE (2022).

Conforme percebe-se, num diagnóstico mais específico, chama atenção a posição 13ª, no Quadro 7 - Posição das UCE em função da oferta nas EEMTI em 2022.1 e 2022.2, ocupada pela UCE 041 - Sociologia para o Enem, sobre a qual foi desenvolvida a pesquisa qualitativa deste trabalho.

Atentando-se para um campo investigativo e de coleta de dados empíricos, cuja metodologia se deu por meio de aplicação de questionário online ou de modo presencial, por meio de conversa, com os professores da Rede, a fim de levantar dados que gerem reflexão acerca das seguintes perspectivas de observação: a) Apresentar o perfil dos professores que ministraram a UCE 041 - Sociologia para o Enem, no ano letivo de 2022, a prática docente e condições de trabalho considerando a formação como importante indicador de ajustamento e

posicionamento da disciplina como campo disciplinar; b) Verificar, se nas EEMTI estudadas, houve categorias sociológicas mobilizadas por meio da oferta da UCE - Sociologia para o Enem; c) Analisar como a UCE - Sociologia para o Enem propõe-se à formação omnilateral dos estudantes. Tais dados serão apresentados no capítulo subsequente.

A Figura 6 retrata a ementa da UCE 041 - Sociologia para o Enem, na qual são apresentadas possibilidades concretas para o aprofundamento dos conceitos fundantes da Sociologia, para a investigação, análise dos fenômenos sociais e interpretação de ideias, fenômenos e processos sociais.

Figura 6 – Ementa UCE 041 - Sociologia para o ENEM (continua)

 CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS		
CÓDIGO CHS041	UNIDADE CURRICULAR ELETIVA SOCIOLOGIA PARA O ENEM	DURAÇÃO 40 H/A
OBJETIVOS OBJETIVO GERAL Compreender os principais conceitos da Sociologia e como estes se articulam com o Exame Nacional do Ensino Médio. OBJETIVOS ESPECÍFICOS Fortalecer as aprendizagens em Sociologia proporcionando aos estudantes melhores desempenho no ENEM. Relacionar os temas estudados na Sociologia com a vida cotidiana.		JUSTIFICATIVA A Sociologia busca entender e classificar as formações sociais, as comunidades e os agrupamentos humanos, para que outras ciências e técnicas possam apresentar propostas de intervenção social que resultem em melhorias na sociedade. Assim, Sociologia estuda a sociedade e os fenômenos sociais examinando como os humanos interagem entre si, dentro de estruturas sociais (grupos, comunidades, organizações) e categorias sociais.
OBJETOS DO CONHECIMENTO Consciências Coletivas e Consciência Individual ao retratar os fatos sociais Historicidade do pensamento -sociológico (surgimento e processo de organização). Principais métodos de análises utilizados pelos sociólogos: o tratamento dos fatos sociais como coisa; método compreensivo e o materialismo dialético. A sociedade não é estática. Mudança social e relações sociais. Causas da mudança social e fatores contrários e fatores à mudança social. Estrutura social e as transformações na estrutura produtiva. Sociologia Contemporânea.		OBJETIVOS DA APRENDIZAGEM COMPETÊNCIA: Compreender que as sociedades são produtos das ações de diferentes sujeitos sociais, sendo construídas e transformadas em razão da intervenção de diferentes fatores. HABILIDADES: Constituir a autonomia intelectual (senso crítico) a partir da problematização de situações baseadas em referências concretas. Capacitar as/os estudantes para trabalhar com diferentes interpretações.

Figura 6 – Ementa UCE 041 - Sociologia para o ENEM (continuação)

RECURSOS DIDÁTICOS	AVALIAÇÃO	SUGESTÃO PRODUTO FINAL / CULMINÂNCIA
<p>Textos Atividades individuais Ferramentas de interação: chat, fórum de discussão, diário. Filmes e vídeos.</p>	<p>Proporcionar a verificação de aprendizagem através de, exposição/diálogo/debate/atividades. Resumo-síntese ao final da aula, como forma de reforçar os pontos principais do conteúdo.</p>	<p>Produção de painéis demonstrando os assuntos que foram debatidos em sala com a utilização dos conceitos sociológicos, podendo ser com pinturas, reportagens, exposições e/ou e outras criatividade dos estudantes sobre a temática abordada.</p>
<p>OBSERVAÇÕES</p>	<p>REFERÊNCIAS</p> <p>AMORIM, Henrique; BARROS, Celso Rocha de; MACHADO, Igor José de Renó. Sociologia hoje. São Paulo: Ática, 2013. 328p. ARAÚJO, Sílvia Maria; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. Sociologia. São Paulo: Scipione, 2013. 304p. BOMENY, Helena et al. Tempos modernos, Tempos de Sociologia. 2. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2013. 384p</p>	

Fonte: Ceará (2023).

4 A SOCIOLOGIA NA UCE - SOCIOLOGIA PARA O ENEM

O Novo Ensino Médio e a implementação da escola de tempo integral trouxeram novos desafios para as instituições educacionais. Muitos são os debates em torno das causas e efeitos dessas mudanças nos arranjos curriculares e, em delimitação mais precisa, em cada contexto escolar. Para os jovens, a conclusão das etapas da educação básica sinaliza caminhos que podem apontar trajetórias de vida diferentes: o imediato ingresso no ensino superior ou o desempenho de uma função profissional, ou as duas situações juntas ou nenhuma das duas. Enquanto o primeiro caminho é marcado pelo sofrido processo excludente de ingresso, em que não há possibilidade de vagas para todos os interessados nas universidades, o segundo aponta para uma necessária formação rápida. Aos que conseguem tal qualificação imediata, parece ser possível ingressar no mercado de trabalho e desempenhar uma função digna, já aos que não obtêm tal êxito, muitas vezes, são destinados ao mercado informal ou às precárias condições de trabalho que os conduzem à sobrevivência.

Diante desse contexto desafiador, cabe às Redes de ensino compreender e buscar superar os padrões estruturantes aos quais a sociedade capitalista impõe às juventudes, a fim de ofertar possíveis condições para que os jovens possam trilhar suas trajetórias, minimizando as desigualdades, de forma que suas escolhas não sejam socialmente determinadas pelas condicionantes de origem social de classe. Mas como intervir diante dessa conjuntura estrutural imposta pela sociedade capitalista? Dado o contexto, o caráter básico da escola de Ensino Médio deve estar de acordo com a busca pelo avanço social, dentro de suas possibilidades e limitações, considerando as variáveis intra e extra-escola, objetivando a busca por mecanismos de resistência e existência das juventudes. Isto pode se dar por meio das iniciativas de trabalho pela conscientização dos estudantes, do incentivo a adotarem postura participativa, com liberdade para fazerem suas escolhas de forma consciente, possibilitando-os exercerem a cidadania e desenvolvendo autonomia, consciência crítica e responsabilidade. Nesse sentido, o ensino da Sociologia tem importante papel, pois a centralidade pedagógica de sua ação visa promover a reflexão crítico-científica dos estudantes diante do mundo e das relações sociais.

Para se trabalhar efetivamente a relação entre juventude e trabalho é necessário amplamente serem discutidas e compreendidas as relações postas em questão quanto ao significado da expressão bastante em voga: “mundo do trabalho”, para que não fique na superficialidade mais comum de qualificar os jovens exclusivamente para atuarem nos postos no mercado de trabalho. É preciso superar a mais comum interpretação pelas quais são percebidas as relações entre o mercado de trabalho e as qualificações exigidas pelos

demandantes aos postos de emprego, ou seja, não se pode discutir a relação entre trabalho e juventude sem considerar a amplitude da expressão “juventude”.

Com a Reforma do Ensino Médio, travaram-se várias lutas, em níveis político e social, não apenas protagonizadas pelos professores de Sociologia e Filosofia, mas por todos aqueles sujeitos que defendem e legitimam a representação dessas disciplinas como espaço para o desenvolvimento do pensamento crítico e para a formação da cidadania dos jovens. Porém, o contexto que se instaurou no país, sobretudo entre os anos de 2019 a 2022, gerou uma “clima” de muitas inseguranças e incertezas, pois o momento era marcado por um governo, em esfera federal, responsável por propagar um projeto de seria necessário pelo bem nacional e da conservação dos valores da família e da ordem, cuja centralidade da ideia era de caracterizar a atuação dos professores como sujeitos responsáveis pela doutrinação e propagação de ideologias político-partidárias dentro das salas de aula. Tentou-se reinterpretar e dar novo sentido ao texto da BNCC, no entanto esse processo foi marcado por tensões e conflitos não apenas no chão das escolas, como também na sociedade, pois os professores passaram a ser identificados como sujeitos doutrinadores e inimigos do projeto da Reforma do Ensino Médio.

Ao analisar nos itinerários formativos e as determinações das competências da BNCC para o Ensino Médio (Brasil, 2018), torna-se perceptível nos documentos normativos do MEC o viés de organização curricular pautado na flexibilização curricular, associando-se a uma necessidade premente de adequação à contemporaneidade social e à inovação, cuja estrutura se alicerça no discurso de que as atividades educativas fundamentam-se em formação inicial, aprofundamento e ampliação do conhecimento e que, essencialmente, devem partir do centro de interesse dos estudantes. Considera-se importante ressaltar que a organização curricular brasileira, frente à BNCC, impõe uma hegemonia simbólica entre as disciplinas escolares e as propostas de integração curricular nas políticas de currículo dos estados.

Analisando o caso específico do estado do Ceará, em 2019, uma limitação encontrada pela Sociologia regular estava relacionada ao tempo de aula destinada à disciplina na matriz curricular, bem como a própria falta de legitimidade da disciplina dentro das escolas. Em seguida, nos anos de 2020 e 2021, diante das imposições causadas pelo contexto de isolamento social pela pandemia de coronavírus, a oferta da disciplina, assim como as demais, foi feita em meio ao ensino remoto, modalidade possível de ser executada, apresentando algumas limitações decorrentes, principalmente, pelo momento nebuloso ao qual vivemos e fomos afetados diretamente, bem como pelo fato de que nem todos os jovens possuíam um bom provedor de internet, por exemplo. Em 2022, quando a rede estadual havia instituído totalmente o retorno presencial às atividades escolares, coincidiu com o momento em que foi realizada a

organização desta pesquisa qualitativa, tendo o campo investigativo e de coleta de dados empíricos se consolidado no ano seguinte, em 2023, cuja metodologia se deu por meio de aplicação de questionário online ou por meio de conversa com os professores da Rede que ministraram a UCE - Sociologia para o ENEM.

Importante registrar que do universo de 38 (trinta e oito) EEMTI elencadas e autorizadas a participarem da pesquisa, por terem ofertado a UCE - Sociologia para o ENEM, em 2022, conforme apontam os dados de oferta da UCE, em 2022, extraídos do Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE), obtiveram-se respostas de 12 (doze) delas, o que corresponde a aproximadamente um terço de insumos. Desse contingente, destaca-se que parte das coletas foram geradas a partir das respostas ao questionário online e, outra parte, se deu por meio de aplicação do questionário, de modo presencial, importante salientar que ambas as metodologias seguiram o mesmo roteiro de perguntas para análise exploratória. A pesquisa apresenta três objetivos específicos, conforme serão apresentados nos sub- tópicos desta seção, a saber: a) Apresentar o perfil dos professores que ministraram a UCE - Sociologia para o Enem, no ano letivo de 2022, a prática docente e as condições de trabalho considerando a formação do professor como importante indicador de ajustamento e posicionamento da disciplina como campo disciplinar; b) Verificar, se nas EEMTI pesquisadas, houve categorias sociológicas mobilizadas por meio da oferta da UCE 041 - Sociologia para o Enem, mediante as condições de trabalho e a prática docente; c) Analisar como a UCE - Sociologia para o Enem propõe-se à formação omnilateral dos estudantes.

Observa-se que a ementa da UCE 041 - Sociologia para o Enem não sofreu atualizações desde a sua primeira inserção no catálogo, ou seja, a ementa preserva sua estrutura de composição e objetivos de aprendizagem desde 2018 aos dias atuais. Conforme consta no Catálogo de Unidades Curriculares 2024, a estrutura da ementa da UCE - Sociologia para o Enem propõe como objetivos da aprendizagem mobilizar nos estudantes: 1. Objetivo geral; Objetivos específicos; Competência, a Habilidade e o seguinte Objetivo Específico, respectivamente:

Objetivo geral - Compreender os principais conceitos da Sociologia e como estes se articulam com o Exame Nacional do Ensino Médio.

Objetivos específicos -Fortalecer as aprendizagens em Sociologia proporcionando aos estudantes melhores desempenho no ENEM; - Relacionar os temas estudados na Sociologia regular com a vida cotidiana.

Competência - Compreender que as sociedades são produtos das ações de diferentes sujeitos sociais, sendo construídas e transformadas em razão da intervenção de diferentes fatores.

Habilidade - Construir a autonomia intelectual (senso crítico) a partir da problematização de situações baseadas em referências concretas, de modo a capacitar

os estudantes para trabalhar com diferentes interpretações (Ceará, 2023, on-line).

Mediante a análise dos dados coletados nos questionários aplicados aos professores da rede estadual de ensino que ministraram a UCE, no ano letivo de 2022, a pesquisa constatou que a oferta da UCE - Sociologia para o Enem foi capaz de mobilizar categorias e conceitos sociológicos fundamentais ao desenvolvimento da reflexão crítico- científica dos estudantes sobre os processos sociais, a saber: Fato social - Sociologia da juventude - Cultura - Gênero e sexualidade - Mito da democracia racial - Desigualdade racial - Desigualdade social - Democracia - Movimentos sociais - Poder, política e Estado - Organização e funcionamento da sociedade - Sociologia urbana - Sociologia contemporânea (modernidade líquida, panoptismo, docilização de corpos) - Sociologia clássica (classes sociais, fato social, ação social) - Trabalho e suas relações na sociedade contemporânea.

A pesquisa observou, conforme serão apresentados os dados nesta seção, que a oferta da UCE - Sociologia para o Enem foi capaz de contribuir com a mobilização dos princípios epistemológicos da desnaturalização e estranhamento nos estudantes, possibilitando a melhoria da capacidade de análise dos fatos sociais, na argumentação, na elevação do padrão de escrita e na participação efetiva dos estudantes nas aulas presenciais. A pesquisa constatou, pelos relatos dos professores pesquisados, que os estudantes que cursaram a UCE - Sociologia para o Enem apresentaram mais elevado desenvolvimento de textos argumentativos, trazendo referências e bases conceituais sociológicas dos temas discutidos, com maior riqueza de repertório vocabular e repertório sociocultural, bem como desenvolveram uma linguagem mais adequada aos padrões das normas cultas, de acordo com as exigências do texto formal dissertativo, conforme exige-se na avaliação de redação do Enem.

Diante dos argumentos apresentados a partir das análises dos questionários da pesquisa, pode-se afirmar que a UCE - Sociologia para o Enem cumpre seu papel social ao trabalhar os conceitos da Sociologia e contribui para a aprendizagem dos estudantes na perspectiva da dimensão do impacto para o fortalecimento da aprendizagem sociológica e para aquisição dos conhecimentos científicos e culturais socialmente construídos, além de contribuir para que os estudantes possam ter acesso mais amplo ao conhecimento histórico acumulado.

4.1 Perfil dos professores, prática docente, condições de trabalho dos pesquisados e a formação docente como indicador de posicionamento da disciplina

Mediante os resultados dos questionários, referente à formação inicial dos professores que ministraram a UCE - Sociologia para o Enem, em 2022, os dados apontaram que 11(onze) dos pesquisados possuíam formação em licenciatura em Ciências Sociais/Sociologia, enquanto apenas 1 (um) correspondia à outra formação, na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, precisamente licenciatura em História. Quanto à faixa etária dos professores pesquisados, observou-se que 4 (quatro) deles correspondem a idade entre 18 a 29 anos; 7(sete) deles correspondem a idade entre 30 a 45 anos e 1(um) deles corresponde a idade entre 46 e 59 anos. Quando perguntamos acerca de sua experiência profissional, apurou-se que

- 2 (dois) professores têm menos de 2(dois) anos de exercício docente;
- 5 (cinco) professores têm de 3(três) a 5(cinco) anos de exercício docente;
- 3 (três) professores têm de 6 (seis) a 8 (oito) anos de exercício docente;
- 1 (um) professor tem de 9 (nove) a 16 (dezesesseis) anos de exercício docente;
- 1 (um) professor tem de 16 (dezesesseis) a 20 (vinte) anos de exercício docente.

Diante dos resultados, pode-se constatar que esse grupo de professores caracteriza-se pela relativa jovialidade tanto em idade cronológica quanto em experiência profissional. Tal constatação pode ser um importante ponto de observação para o escopo de outro objeto de pesquisa, para as análises referentes às possibilidades de inovação metodológica e conceitual como serão abordados os conteúdos na UCE - Sociologia para o Enem, visto que alguns professores, em fase mais adiantada da carreira docente, tendem a resistir bastante a ministrarem os componentes curriculares destinados à parte diversificada do currículo e, quando são “obrigados” a ministrarem as disciplinas eletivas para completarem a carga horária de sua lotação nas escolas, queixam-se bastante diante das imposições teórico-metodológicas que o novo contexto que a Reforma do Ensino Médio traz.

Retornando mais uma vez ao questionário, destaca-se o fato de que 10(dez) professores lecionaram a disciplina Sociologia regular enquanto ministravam simultaneamente, em 2022, a UCE - Sociologia para o Enem, enquanto apenas 2(dois) professores lecionaram, a UCE - Sociologia para o Enem, agregada a outras propostas curriculares, que não fosse a Sociologia regular. Para além de ministrarem a UCE - Sociologia para o Enem, a ação

pedagógica dos professores pesquisados no que diz respeito à atuação em ministrar os variados tipos de disciplinas ou componentes curriculares na Rede estadual do Ceará estava assim definida:

- 7 (sete) professores - FGB
- 2 (dois) professores - PPDT
- 2 (dois) professores - NTPPS
- 1 (um) professor - Trilha de Aprofundamento

No grupo elementar de 12 (doze) professores, verificou-se que o vínculo de trabalho estabelecido entre a Rede estadual com os professores pesquisados definiu-se pela condição prevalecente de contrato de trabalho por tempo determinado (professor - temporário). Eram 9 (nove) professores regidos por contrato de trabalho por tempo determinado (professor - temporário) e, 3 (três) dos pesquisados eram professores efetivos. Embora o universo de coleta amostral seja pequeno, parece-nos importante frisar que o número de professores que ministraram a UCE - Sociologia para o Enem atuando na condição de vínculo de trabalho por tempo determinado (professor - temporário) é considerável alto, bastante expressivo, o que poderia sugerir análise, em outro objeto de pesquisa, a partir da instabilidade, incertezas e ameaças de que a qualquer momento, por inúmeras razões, esse professor pode ter o contrato de trabalho desligado com a Rede, acarretando descontinuidade na oferta da UCE - Sociologia para o Enem, por exemplo.

Poderíamos dizer, nesse sentido, que o resultado da pesquisa, com essa amostra de professores, não classificou como inferior a qualidade da oferta da UCE em função da natureza do vínculo empregatício, embora coubesse considerar os fatores desestimulantes, limitantes e determinantes que essa condição do tipo de vínculo impõe para o exercício da profissão, mas evidenciou a síntese dinâmica e direta de atuação exitosa ao comprovar que quase a totalidade deles têm formação em Licenciatura em Ciências Sociais.

Um dos aspectos importantes de análise da pesquisa, refere-se à relação existente entre a carga horária semanal de trabalho dos professores e à quantidade de unidades de ensino em que atuam, visto que esta causa de proporcionalidade é um dos fatores mais importantes para a qualidade de vida do trabalhador e, conseqüentemente, para a eficiente entrega de seu trabalho. Percebeu-se que 10 (dez) professores trabalham no regime de 40(quarenta) horas semanais e 2 (dois) trabalham no regime de 30 (trinta) horas semanais de exercício, vale salientar que, entre

os pesquisados, 10 (dez) concentravam sua carga horária em uma única unidade de ensino, enquanto 1 (um) estava em duas escolas e mais 1 (um), em três escolas.

Dentre os entrevistados, não houve registros de fala no sentido desafiador de sobrecarga de trabalho em função dos deslocamentos para várias unidades de ensino, acredita-se que poucos vivenciaram experiências desafiadoras no tocante ao enfrentamento, várias vezes ao dia, de trânsito caótico nas cidades mais populosas e o estresse causado nos deslocamentos constantes entre escolas, assim como também não houve relatos que apontaram dificuldades para estabelecer relações de maior proximidade com os estudantes em função de ter várias turmas em várias escolas ou dificuldades para criar vínculos ou falta de sentimento de pertença ao ambiente escolar e nas relações com os demais colegas de trabalho em função de fracionada sua carga horária.

Vem adicionar-se a este ponto de vista outro elemento positivo de observação que conduz para uma satisfatória prática docente e de acolhimento: a análise da relação existente entre empenho, entusiasmo e desenvoltura ao ministrar a UCE e o número de escolas em que o professor esteve lotado no ano de 2022. Diante do fato de que a maior parte dos professores pesquisados não possuíam os mesmos direitos trabalhistas que a minoria, não se pode afirmar que essa evidência possa implicar, necessariamente, em menor qualidade da entrega de ações e produtos da UCE, pois a pesquisa, além de não ter como escopo de investigação esse enfoque, constatou que, pelas exposições apresentadas nos questionários, o professorado sentia-se “mais confiante e confortável” para ministrar no ano subsequente a UCE, conforme afirmaram 12(doze) dos entrevistados que se sentem confortáveis para ministrar novamente a UCE - Sociologia para o Enem, mesmo considerando as adversidades apresentadas a seguir.

Pareceu-nos importante destacar que, diante do contexto de realização da pesquisa, em 2022, quando a rede estadual do Ceará já havia experimentado as experiências com aulas remotas, híbridas, semipresenciais e presenciais, diante das limitações impostas pela pandemia do coronavírus, 6 (seis) dos professores pesquisados informaram que ministraram atividade/aula da eletiva no modo remoto e outros 6 (seis), exclusivamente, no modo presencial, considerando a escola em que concentrou maior carga horária. Outrossim, é inegável as inúmeras limitações que a modalidade remota causou para a consolidação do desenvolvimento dos objetivos da UCE, sobretudo referindo-se às interações sociais.

Considerando um recorte de análise dos resultados dos questionários nas EEMTI pesquisadas, a elaboração do plano anual de ensino, após o Novo Ensino Médio, foi articulado por área, em particular, os professores das Ciências Humanas se reuniram, nas jornadas pedagógicas, para discutirem não apenas a escolha do livro didático como também para elencar

a separação dos conteúdos que competem a matriz de referência de cada disciplina: História, Geografia, Sociologia e Filosofia e realizar debates de acordo com a BNCC. Durante o ano letivo de 2022, os planos anuais das escolas da rede estadual apresentaram gradual adequação ao Novo Ensino Médio, instituindo obrigatoriamente, nas turmas de 1ª série, o Novo Ensino Médio, além de manifestar a busca pela interdisciplinaridade. Dentre os pesquisados, percebeu-se que 11(onze) professores afirmam ter participado de trabalho coletivo de planejamento a fim de garantir a abordagem interdisciplinar e integrada com outras áreas do conhecimento.

Tendo sido uma elaboração “mista”, a interação foi constante entre os professores a fim de adequarem as competências e habilidades, exigidas nos documentos oficiais, para as turmas de 1ª série, imediatamente, e para as turmas de 2ª e 3ª séries foram priorizados os conteúdos que mais têm sido abordados nas últimas edições do ENEM. Geralmente, a elaboração do plano anual é realizada durante a primeira semana do ano letivo e pode ser concluída em até 15 ou vinte e um dias após o início do ano, pois são nas reuniões de planejamento por área, às quintas-feiras em toda a Rede de ensino estadual, que as escolas dispõem de tempo para reunir os professores para o trabalho coletivo de planejamento anual, levando em consideração às temáticas direcionadas a cada série, contando com o suporte do livro didático, apoiando-se nos documentos normativos (BNCC, DCRC, DCEM etc.) e em outras fontes de pesquisa.

Para a Sociologia, torna-se evidente a interdisciplinaridade e a integração curricular logo nos primeiros capítulos do primeiro livro da 1ª série, visto que a Sociologia é associada ao tema meio ambiente, frequentemente, as interações entre pessoa - sociedade e meio ambiente assumem centralidade das temáticas, o que impacta a necessária adequação do plano anual de ensino, nos objetos de conhecimento, na prática metodológica de ensino e na avaliação. Conforme sintetiza a fala da professora que atende pelo pseudônimo de Mara Lúcia: “Tendo em vista que compartilhamos o mesmo livro de Ciências Humanas, considere alguns conteúdos, para que assim pudéssemos trabalhar de forma interdisciplinar, no entanto tais conteúdos se apresentam no livro de forma aleatória”.

No entanto, é notório que dentro da área de Ciências Humanas Sociais Aplicadas há hegemonia simbólica de algumas disciplinas em detrimento a outras. No caso específico da Sociologia regular, outro ponto de observação é que percebe-se a forma não rara na execução do planejamento em que o professor da disciplina permanece sozinho para planejar, pensar, elaborar, executar e avaliar. Isoladamente, o professor de Sociologia trabalha porque geralmente ele é o único naquela unidade de ensino designado a ministrar a disciplina ou, em

outros casos, a disciplina é trabalhada por um professor com formação em área afim ou com formação bem distinta da Sociologia, e, dessa forma, continua a planejar sozinho.

Pode-se observar, nos questionários, que quanto mais interação e troca de experiências entre o professorado houver, maiores serão as possibilidades de êxito em sua prática. Entre os pesquisados, há relatos de que elaborar os planos anuais considerando a proposta do Novo Ensino Médio com o Professor Coordenador de Área (PCA) e os demais colegas das disciplinas possibilitou discussões importantes acerca da BNCC e suas implicações no cotidiano escolar. Para 10 (dez) professores pesquisados, houve incorporação de mais conteúdos de outras disciplinas no planejamento da Sociologia do que se praticava antes da implementação do Novo Ensino Médio. Os professores recém- chegados na Rede, por demonstrarem conhecer a BNCC “na veia”, contribuíram com o debate das novas perspectivas que se desenham para a organização curricular. E, ao longo do ano, muitas foram as iniciativas relatadas pelos professores pesquisados, nesse sentido, formam-se pequenos núcleos dentro da área, professores de uma mesma disciplina conversam entre si para avaliarem na prática a execução dos planos anuais e se as competências estavam sendo trabalhadas e quais os desafios sentiam e enfrentavam, visto que, na hora de fazer o plano as nomenclaturas estavam postas “bem redondinhas” nos documentos, mas na prática há muitos desafios que podem interferir no processo de ensino e aprendizagem.

Os debates pautavam-se desde o acompanhamento do PCA avaliando e validando os processos pedagógicos à verificação de que plano estava adequado ao ritmo de aulas, das turmas e às práticas pedagógicas, por meio de diálogo igualitário o PCA desempenhou um papel de centralidade educativa e pedagógica. Ainda que o plano anual não sofresse ajustes imediatos para o exercício dentro do ano letivo de 2022, era possível que os professores, na teoria, escrevessem as mudanças necessárias para o ano letivo seguinte, num drive compartilhado entre a área. Na prática, o ajustamento já acontecia, bem como nos registros de aulas dadas, do instrumental “professor online”. Na Sociologia, por exemplo, o ordenamento de algumas categorias sociológicas foram reorganizadas de modo a fazer sentido e promover uma sequência didático-pedagógica com funcionalidade para desenvolver as competências dos estudantes, como destaque, cita-se a sequência: 1. Cidadania; 2. Democracia; 3. Participação política; 4. Movimentos sociais. Dessa forma, entre os entrevistados, foram apontadas 9 (nove) escolas que alteraram o plano anual de Sociologia em função da implementação do NEM, conforme destacam as justificativas apresentadas pelo professor:

Na universidade fui formado na licenciatura para um planejamento de base individual, já com o Novo Ensino Médio, minha ordem de conteúdos precisa combinar com o restante da área. Preciso focar na adequação às novas realidades (foco nas competências) mais do que no conteúdo como era anteriormente e os conteúdos que foram retirados, sendo que tem que ser complementado com outros materiais (João Neto).

Se por um lado, o texto da BNCC apresenta um viés efficientista, desde as séries iniciais da educação básica, por outro, no Ensino Médio, séries finais, o texto corrobora com a necessidade de continuar a atender aos desafios da sociedade capitalista contemporânea e alude que os itinerários formativos devem considerar os interesses dos estudantes visando atender ao perfil de saída do estudante, tendo em conta suas intenções de inserção no ensino superior e/ou de inserção no mundo do trabalho. Prosseguindo com a análise da coleta dos questionários, no tocante a esse assunto, parece oportuno considerar o relato de uma professora que sintetiza e reforça as colocações de grande parte dos entrevistados quanto aos elementos que considerou ser motivadores a ofertar, em 2022, a UCE - Sociologia para o Enem:

A Importância de ter um espaço voltado para a Sociologia, mas como mais tempo que as aulas regulares, além da preparação dos alunos de forma mais focada e pela importância e interesse dos alunos de 3ª série. Serve para melhorar os índices de aprovação no ENEM, sempre que a oferta penso na maneira de contemplar os alunos que na Universidade querem cursos que tenham por base as Ciências Humanas, assim atendo ao pedido dos alunos e, por considerar que os jovens estudantes, sobretudo os de 3ª série, tenham acesso a como a disciplina de Sociologia é abordada não somente no Enem, mas também em vestibulares com o da UECE. Ofereço a eletiva para uma melhor compreensão da disciplina, pois vi a necessidade dos alunos de terem um complemento nas aulas que abordasse aspectos da Sociologia, cuja carga horária, por ser só de 1 hora aula da disciplina regular, não consegue abordar (Bárbara Tula).

Retornando, mais uma vez, aos questionários, é perceptível a carência de apoio pedagógico e didático aos professores que ofertaram a UCE - Sociologia para o Enem, em 2022, conforme relata a professora ao destacar como principais dificuldades encontradas ao ministrar a eletiva:

Minha principal dificuldade se dá pela falta de um material estruturado específico voltado para a referida eletiva, os materiais e documentos de apoio são extremamente limitados. Seguir a ementa, de forma que pudesse ao mesmo tempo trazer temas que eram colocados lá e relacionar com os que se fazia necessário abordar, já que se deve pensar não só em assuntos atuais, como também o cotidiano do aluno foi desafiante. Pensar em materiais didáticos mais acessíveis que abordam essas temáticas era muito cansativo. Sem falar que não tinha material na escola para impressão de simulados, textos e atividades no geral e a formação necessária para o estudo científico da organização e funcionamento da eletiva. A falta de materiais de apoio e recursos midiáticos suficientes para atender as demandas dos docentes que, na maioria das vezes, necessitam utilizá-los em suas UCE, como salas equipadas com datashow, som, dentre outros era constante (Vera Lúcia).

Nas entrevistas, 11 (onze) dos professores afirmam não ter recebido qualquer tipo de formação disponibilizada pela Secretaria da Educação ou em parceria com agentes externos para ministrar a UCE, em 2022, antes ou durante o percurso semestral de oferta e 1(um) respondeu que sim, mas não soube ou não informou a carga horária, o período, o formato e o conteúdo da formação.

Considerando que, ao serem indagados sobre quais fatores consideram indispensáveis para o alcance dos objetivos ao ministrar a UCE, 4 (quatro) dos professores pesquisados afirmaram que é de suma importância o acesso à material estruturado, assim como outro contingente de 4 (quatro) apontaram ser a formação continuada e 2 (dois) apontaram “outros fatores”, embora que não tenham explicitados quais.

Mediante esses dados que apontaram para a preocupante realidade exposta, pelos professores, relacionada à ausência de material didático estruturado, justifica-se a proposição de um recurso didático-pedagógico a que o mestrado profissional ProfSocio se propõe e a pesquisa resultou: a entrega de um fascículo intitulado Sociologia para o Enem, sendo este produto um indicativo que visa atenuar os fatores limitantes para o exercício da prática docente, a ser, posteriormente, submetido à análise da curadoria da Secretaria da Educação, com a intenção de incorporar à Coleção Componentes Eletivos Fundantes da rede estadual de ensino. A elaboração desse material esteve vinculada às análises desta pesquisa, tendo surgido como uma iniciativa de apoio e suporte pedagógico para a prática docente. Este fascículo será apresentado no próximo capítulo.

4.2 Categorias sociológicas mobilizadas por meio da oferta da UCE - Sociologia para o Enem

Essa pesquisa mostra que a diversificação curricular, ofertada pelos itinerários formativos, em específico pela UCE - Sociologia para o Enem, traz grandes contribuições para a aprendizagem sociológica dos estudantes. Se por um lado, o processo construído ao longo da história da educação brasileira evidenciou duros momentos de intermitência da disciplina nos currículos sucedendo para o entendimento prático de que a Sociologia não pautasse a centralidade da composição curricular, por outro, as reflexões sociológicas realizadas durante as aulas da UCE alargam o campo de atuação para a dimensão emancipatória do estudante, contribuindo para a formação crítico-cidadã, a responsabilidade sustentável e solidária e preparando-os para os desafios da vida no contexto das relações de produção da sociedade capitalista global.

Os textos normativos da Reforma do Ensino Médio apregoam uma vertente de desenvolvimento de uma competência fundamental para os jovens: o de ser protagonista. A proposta de organização dos currículos orienta que os estabelecimentos de ensino oportunizem ao máximo, aos estudantes, experiências e vivências socioeducativas, práticas que desenvolvam a autonomia frente aos contextos e desafios da vida, capacidade para assumir responsabilidade de transformação da realidade social e de amadurecimento para a saída da educação básica. Embora não sejam consideradas todas as dificuldades para a concretização dessas ações educativas, as metas para o alcance do “sucesso” dos estudantes são pactuadas entre as Secretarias de Educação, institutos parceiros e unidades de ensino, estabelecendo rigorosas mudanças na feição da prática docente e na legitimação dos currículos. Em particular, nas EEMTI pesquisadas, essa realidade não assume outro papel, o tão evidenciado protagonismo estudantil associado à escolha do que estudar, torna-se submetido às limitações de oferta curricular presentes nos itinerários formativos que a escola possa oferecer.

Diante de todo esse contexto, uma forte evidência de exercício do protagonismo estudantil, nas EEMTI pesquisadas, despontou nos relatos dos professores que expressaram uma prática instituída e reverberada como orientação pela Seduc para o exercício do protagonismo estudantil, trata-se da validação curricular das UCE feita a partir das escolhas dos estudantes. Isso é confirmado, quando os dados apontam para 8(oito) dos entrevistados afirmarem que o processo de escolha para a oferta da UCE - Sociologia para o Enem, no ano letivo de 2022, parte dos interesses dos estudantes, 2(dois) dos entrevistados afirmam partir da indicação dos professores e outros 2(dois) afirmam que a indicação parte do Núcleo gestor da escola.

Percebe-se ainda, nos depoimentos das entrevistas, alguns motivos que impulsionaram os professores a ofertarem a UCE - Sociologia para o Enem, em conformidade com os interesses dos estudantes, conforme cita o professor:

Para fortalecer a importância da disciplina e como esta se apresenta no Enem, tendo a oportunidade de trabalhar melhor as temáticas e tendo em vista que são 2 horas aulas por semana e também atendendo à solicitação dos estudantes quanto a trabalhar temas sociais que são abordados na redação, visando melhorar os índices de aprovação no ENEM (Paulo Ubiratan).

Nesse sentido, é notório que a UCE - Sociologia para o Enem traz grandes contribuições para a aprendizagem sociológica dos estudantes, ao desenvolver o potencial argumentativo, possibilitando a melhoria da produção textual, por meio do desenvolvimento da análise crítica dos fatos sociais, mobilizando para a adoção de postura ativa, diante dos

problemas que afligem a sociedade contemporânea e da elaboração de textos mais qualificados que apresentam argumentos fundamentados e reflexões sociológicas. Partindo do pressuposto da integração entre as disciplinas, por área ou com outras áreas, que a Reforma do Ensino Médio propõe e, em consonância com a BNCC, na perspectiva interdisciplinar e contextualizada de organização curricular, constata-se que a integração curricular da Sociologia com a Língua Portuguesa, por exemplo, visa o desenvolvimento das competências gerais, porém com enfoque na Competência 7, conforme prevê

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta (Brasil, 2018, on-line).

Outro aspecto a enfatizar diz respeito a 11 (onze) dos professores entrevistados terem lecionado concomitantemente a disciplina Sociologia, na Formação Geral Básica, com a UCE- Sociologia para o ENEM, no Itinerários Formativos, em 2022. Diante deste fato, nota-se que têm propriedade ao afirmar que a UCE possibilitou mobilizar mais competências nos estudantes, trabalhar mais categorias sociológicas e desenvolver melhor as temáticas do que na disciplina Sociologia regular, devido à carga horária, 2 (duas) horas aulas semanais, destinadas para ministrar a eletiva ser superior a da disciplina regular, 1 (uma) hora aula semanal, apenas. Embora várias temáticas tenham sido elencadas pelos entrevistados, a pesquisa destinou-se a apurar as que mais apareceram, justificando a escolha dos temas que compõem o produto de ação pedagógica. Conforme exposição feita pelos entrevistados, eis os temas mais mencionados que servem de base conceitual e de referência para a realização de suas aulas: Fato social - Sociologia da juventude - Cultura - Gênero e sexualidade - Mito da democracia racial - Desigualdade racial - Desigualdade social - Democracia - Movimentos sociais - Poder, política e Estado - Organização e funcionamento da sociedade - Sociologia urbana - Sociologia contemporânea (modernidade líquida, panoptismo, docilização de corpos) - Sociologia clássica (classes sociais, fato social, ação social) - Trabalho e suas relações na sociedade contemporânea.

Chama atenção, nos relatos coletados nas entrevistas, que as experiências didáticas e metodológicas dos professores foram mais significativas uma vez que desenvolveram e/ou potencializaram a capacidade argumentativa e de reflexão sociológica dos estudantes, sendo observado, entre eles, mais a atenção, interesse e participação nas aulas sempre que forma utilizados recursos didáticos ao longo da semestralidade, conforme citam 6(seis) dos

entrevistados utilizarem textos e, igualmente distribuído o valor de 1(um) professor para cada um dos itens a seguir: vídeos, filmes, revistas, livros, notícias, música e jornais.

Quanto ao êxito e alcance dos objetivos assumidos pela UCE, 11(onze) dos entrevistados afirmaram ter alcançado os propósitos da UCE. O relato do professor enumera quais recursos mais citados potencializam as experiências pedagógicas e resultam em aprendizagem significativa pelos estudantes, conforme cita:

São utilizados bastantes slides nas minhas aulas para apresentar as teorias, nas aulas de atualidades é quase sempre, as notícias e filmes são constantes. Jogos de aprofundamentos do conteúdo eram vivenciados, trabalhavam com TDs e resoluções de questões de vestibulares e do Enem. Buscava relacionar os temas centrais que as questões do Enem trazem com o cotidiano dos estudantes e analisava muitas notícias e reportagens veiculadas nas redes sociais, utilizei o laboratório de informática para as aulas de atualidades (Fred Alencar).

Quando analisamos relatos coletados nas entrevistas do tipo:

A maioria dos alunos praticamente nunca tinham tido aula de Sociologia na vida, não tinham nenhuma bagagem anterior, era como se os alunos não tivessem uma base para entender os conceitos cobrados no vestibular e a falta de conhecimento sobre a importância da disciplina de Sociologia era perceptível demais (Lizandra Couto).

Parece oportuno ponderar que 10 (dez) dos entrevistados afirmaram que a UCE não só mobilizou mais habilidades do que a Sociologia regular como foi potencializadora da aprendizagem sociológica, considerando o impacto que teve nos primeiros contatos do alunado com os fundamentos e pressupostos da Sociologia e no desenvolvimento da aprendizagem sociológica dos estudantes.

4.3 Como a UCE - Sociologia para o Enem se propõe à formação omnilateral dos estudantes

A UCE - Sociologia para o Enem no currículo do estudante caracteriza-se como uma importante ferramenta para a composição de sua trajetória acadêmica, visto que se propõe a ampliar os conhecimentos sobre as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, mobilizando competências imprescindíveis para a construção de sua formação acadêmico-cidadã, a saber: participar, argumentar, organizar ideias e ações, tomar decisões, opinar, debater, fazer escolhas, selecionar argumentos, avaliar criticamente, identificar, comparar. Mediante a proposta da ementa da UCE, percebe-se o estabelecimento de relação entre a estruturação e dimensionamento dos conceitos, temas e objetos de conhecimento da Sociologia que

prontamente dizem respeito às interações cotidianas dos estudantes. A UCE mobiliza nos estudantes a entrega de um conjunto de ações e práticas que se apoiam em dois processos interligados de análise: o estranhamento e desnaturalização, visando desenvolver a competência argumentativa para explicar as relações sociais, compreendendo-as como fenômenos sociais e procurando decifrá-los, contextualizando com o momento histórico para elaborar exposições assertivas sobre suas análises.

Além disso, a UCE - Sociologia para o Enem desempenha um papel importante na formação crítica e reflexiva dos estudantes quando favorece a interpretação das relações sociais com maior profundidade e embasamento sociológico, utilizando esse ato pedagógico como uma ferramenta potente para o desenvolvimento da ampliação do conhecimento de mundo, desenvolvendo altas expectativas nos estudantes diante dos desafios no contexto de vida e possibilitando que compreendam criticamente as transformações sociais ocorridas ao longo dos processos históricos. Nessa medida, os objetivos de aprendizagem propostos pela UCE vão ao encontro de uma demanda da educação do século XXI: assumir o caráter de educação integral do sujeito, em conformidade com o que subscreve Frigotto e Ciavatta, (2012) que destacam a importante dimensão emancipatória que a escola exerce na vida dos estudantes

Omnilateral é um termo que vem do latim e cuja tradução literal significa “ todos os lados ou dimensões”. Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para o pleno desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois os mesmos não são simplesmente dados pela natureza (Frigotto; Ciavatta, 2012, p.265).

Um sentido desconstruído pelo exercício forçoso que a UCE é capaz de produzir na vida dos estudantes é da capacidade de mobilizar e pensar em produzir soluções para os problemas que afligem a sociedade tanto em esfera local quanto global. Sendo a escola uma rede de proteção, logo deverá assumir o alargamento de sua função social em busca de uma formação omnilateral dos jovens. Quantos “everest” será preciso transpor na intenção de compreender as relações mútuas que se estabelecem dentro no contexto do mundo capitalista em que estamos inseridos visando tornar equânime? Quando perguntou-se aos entrevistados se foi realizado algum levantamento para saber os principais interesses dos estudantes cursarem a UCE, as respostas evidenciam que 9(nove) dos professores realizam, periodicamente, a cada semestre, essa sondagem e os resultados norteiam tanto o planejamento das aulas quanto o

aprofundamento da prática pedagógica em algumas abordagens específicas, conforme cita a professora:

Meus alunos querem alcançar bons resultados no Enem, eles sempre desejam se preparar melhor para o Enem, alguns sabiam que na universidade usariam a Sociologia e acreditavam que a Sociologia era importante não somente para a realização das questões como também para a escrita da redação. Eles têm interesse em debater e discutir sobre temas que podem ser cobrados na redação, assim como também nas questões. Alguns dos meus alunos escolhem tanto pela afinidade com a professora, mas principalmente, como relatado, a metodologias utilizada para aplicação dos conteúdos, de forma descontraídas e buscando sempre relacionar os temas centrais que as questões do Enem trazem com o cotidiano dos alunos (Izabel Nolasco).

Com base nos relatos dos professores pesquisados, pode-se atribuir ao trabalho pedagógico desenvolvido por meio da oferta da UCE - Sociologia para o Enem o importante papel de superar os pilares que ancoram as políticas educativas e curriculares conforme apregoa a Reforma do Ensino Médio. Na perspectiva de uma educação participativa e democrática, potencializando a argumentação dos estudantes, promovendo o exercício do debate com liberdade para expor opinião de forma qualificada, respeitando diferentes posições, a partir da materialidade social e das vivências e contextos diversos que os estudantes têm.

Diante desse contexto e, considerando alguns pontos de atenção, faz-se necessária a leitura crítica em torno do modelo de escola em tempo integral e seu funcionamento organicamente estruturado, sobretudo relacionadas às medidas compensatórias a que se propõe. Organicamente, a escola em tempo integral basicamente se atenta, por exemplo, à mera ampliação do tempo de permanência diária na escola, o que não garante, apenas com essa ação, a formação integral dos estudantes e tampouco a socialização do saber sistematizado. Compensar ampliando o tempo de permanência na escola sem haver uma profundidade de oferta curricular que vise à formação integral de fato, apenas contribuirá para que os espaços e tempos sejam mobilizados para atividades recreativas e lúdicas, ainda que com precariedade de materiais pedagógicos destinados a esse fim. Outro ponto de estrangulamento com o qual convive o modelo de escola em tempo integral diz respeito às precárias condições de infraestruturas das unidades de ensino, inviabilizando algumas ofertas de componentes curriculares que, de fato, possam aproximar dos estudantes a cultura, trabalhar os conhecimentos historicamente produzidos e desenvolver competências para o mundo do trabalho.

Nesse sentido, faz-se necessário, articular o currículo escolar de modo a ampliar as ofertas contemplando ao máximo possível todas as dimensões dos estudantes, de modo pleno,

inclusivo e completo. Com base nos relatos dos professores pesquisados, pode-se constatar que a proposta de trabalhar com a UCE - Sociologia para o Enem ultrapassa a concepção de ensino restrito e unilateral, difundida pela Reforma do Ensino Médio que, em linhas gerais, propala e defende a ideia de um ensino com ênfase no mundo do trabalho e na hegemonia e hierarquização das disciplinas em função da supervalorização da matemática e português, inclusive aplicando essa interpretação na parte diversificada do currículo. Na prática, a UCE - Sociologia para o Enem se propõe a atuar na formação político-cidadã dos jovens e pela defesa de uma educação que busque a emancipação humana dos estudantes.

O fascículo intitulado Sociologia para o Enem aborda conhecimentos sociológicos e busca desenvolver nos estudantes o “modo sociológico de pensar” sobre os fatos e a realidade, além de apresentar atividades com questões reflexivas e itens de múltipla escolha, aplicados em edições do ENEM. Um diferencial que este material traz, consiste na forma como são apresentadas as teorias sociológicas, sempre como um instrumento colaborador para a criticidade dos estudantes, bem como para a construção de um repertório sociocultural rico e argumentativo que os possibilite ao exercício do debate, com liberdade para expor opinião de forma qualificada, respeitando diferentes posições, além de os capacitar para a elaboração de produções textuais.

Configurando-se como uma importante fonte de aprendizado, a oferta da UCE - Sociologia para o Enem visa desenvolver, nos estudantes, habilidades como reconhecer, distinguir, identificar, argumentar, estabelecer, criticar, diferenciar, compreender, possibilitando uma leitura e compreensão de mundo. Tenciona-se que este fascículo se configure como uma ferramenta imprescindível para a mobilização da reflexão sociológica nos estudantes. Nele contém, desde atividades mais voltadas para a compreensão, interpretação e reflexão crítico-científica dos estudantes acerca das questões e fatos sociais, como há aquelas que foram selecionadas com base na análise dos temas das propostas de Redação e conteúdos mais abordados e explorados nos últimos anos no Enem, mobilizando as habilidades conforme a matriz de referência do exame exige.

Tomando como base os resultados da pesquisa com os professores, este trabalho se propôs a construção de um fascículo tanto busca fortalecer os processos de ensino e de aprendizagem, propondo-se a contribuir para o enriquecimento da prática docente, auxiliando os professores no planejamento das suas aulas e, para os estudantes, configura-se como importante força motriz para que possa avançar em seus estudos e consiga galgar uma vaga no ensino superior.

A intencionalidade de propor este fascículo é facilitar a prática docente, trazendo recursos que expressam os pressupostos teórico - metodológicos da Sociologia, dando suporte para o professor desenvolver as estratégias didáticas a fim de desenvolver competências e habilidades nos estudantes. O fascículo será ponto de referência, um suporte pedagógico que pode ser adaptado conforme à identidade e condições da escola, aos contextos diversos, às vivências práticas, ao manejo da sala de aula e à abordagem teórico-metodológica do professor. É, acima de tudo, um instrumento de reflexão sociológica sobre as categorias de ensino propedêutico da disciplina, visando tanto à aquisição quanto o desenvolvimento de competências e habilidades que devem ser utilizadas a fim de capacitar o estudante a analisar a realidade (o local) em que está inserido e outros contextos mais amplos (o global).

Dessa forma, para compor as bases fundantes do fascículo, foram escolhidos os seguintes temas: Parte 1 - Cidadania - Democracia - Movimentos sociais; Parte 2 - Modernidade líquida - Panoptismo - Docilização de corpos. A delimitação para a escolha dos temas que compõem as bases fundantes do fascículo ancorou-se nos seguintes parâmetros observados a partir das respostas aos questionários: 1. Maior número de vezes em que foram mencionados pelos professores pesquisados em função da carência de material estruturado que os aborde; 2. Possibilidade de se articularem com as categorias mais amplas elencadas pela BNCC para a área de Ciências Humanas e sociais Aplicadas, a saber: indivíduo, natureza, sociedade, cultura, ética, política e trabalho. O fascículo tem estrutura própria, tendo sido concebido com o intuito de possibilitar o uso flexível, ou seja, sem a obrigatoriedade de seguir a sequência lógica de apresentação dos conteúdos, sendo possível adaptá-lo a qualquer currículo escolar e realidades diversas. Todas as abordagens retratadas no fascículo se configuram como uma sugestão de recurso didático - pedagógica, ficando a encargo do professor a definição de como explorá-lo, em que momento da execução da UCE ao longo do semestre ou mesmo caberá a decisão de não utilizá-lo, caso avalie dispensável à prática pedagógica ou por quaisquer outros motivos.

No tocante aos recursos didáticos, o fascículo se propõe a contribuir com a prática pedagógica ao apresentar, em suas seções, sugestões de recursos didáticos, bem como possibilidades de sua exploração dando suporte para diversas estratégias didáticas a serem trabalhadas em sala de aula.

5 FASCÍCULO - SOCIOLOGIA PARA O ENEM

Prezado professor(a),

Este fascículo constitui-se como um recurso didático-pedagógico, um material estruturado, organizado por sequência didática, idealizado para subsidiar as aulas destinadas à Unidade Curricular Eletiva - Sociologia para o ENEM. Essa proposta é resultante da análise exploratória da pesquisa qualitativa desenvolvida na dissertação de Mestrado PROFSOCIO com uma amostra de professores que ministraram a UCE em 2022.1 e 2020.2 na Rede Estadual do Ceará.

A proposta que norteia a elaboração deste fascículo fundamenta-se nos resultados e indicativos obtidos por meio dos questionários aplicados aos professores que ministraram a UCE em 2022.1 e 2020.2, apresentando as competências e habilidades que devem ser desenvolvidas pelos estudantes ao longo do Ensino Médio, em particular, nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Embora seja possível distinguir habilidades e competências que se referem a um campo disciplinar específico, essa não deve ser uma regra, pois a integração curricular baliza conhecimentos interdisciplinares e enriquece a aprendizagem.

O fascículo traz em seu bojo, genuinamente, categorias e temas mais mencionados na pesquisa e que fundamentam a UCE - Sociologia para o Enem, apresentando relação direta com a disciplina regular Sociologia. A centralidade da proposta pedagógica que este recurso busca mobilizar é o que mais concerne ao estudante: compreender a realidade que o cerca, que lhe é próxima, que está inserido para ser capaz de observar, de questionar, de sentir e de transformar.

Espera-se, pois, que este recurso didático-pedagógico seja um indicativo que atenuar um dos fatores limitantes para o exercício da prática docente: a ausência de material didático. E que possibilite sugestões de aulas práticas, auxilie o planejamento e fortaleça os processos de ensino e de aprendizagem.

Boas aulas!

A autora.

Introdução

O fascículo está estruturado em duas partes, a saber: 1. **Cidadania - Democracia - Movimentos sociais** e 2. **Modernidade líquida - Panoptismo - Docilização de corpos**. Precedidas por uma justificativa que traz argumentos para fundamentar os conceitos, temas, problematização dos conteúdos trabalhados. A composição de cada aula está organizada e apresenta: objetivos, competências da BNCC, habilidades, metodologia, avaliação, recursos didáticos e material de apoio pedagógico.

As partes deste fascículo estão firmadas em três eixos principais: **Combinação de ideias - Interrogar realidades - Oficina de produção sociológica**. O eixo **Combinação de ideias** está situado no preâmbulo de cada parte do fascículo e tem foco na leitura de imagens, situa-se no início do fascículo e visa levantar o conhecimento prévio dos estudantes, possibilitando que se expressem, se posicionem, reflitam sobre si e sobre as questões pujantes do mundo que os cerca. Traz a apresentação dos conteúdos, com fundamentação teórica. No eixo **Interrogar realidades**, os estudantes são instigados a refletirem sobre a realidade social, por meio de atividades reflexivas, contextualizadas e de itens de múltipla escolha, com questões de edições do ENEM. É o momento oportuno para pensar com estranhamento os fenômenos sociais para desnaturalizar a leitura superficial do mundo e dos processos sociais. O eixo **Oficina de produção sociológica** está presente no encerramento de cada parte do fascículo e se propõe a uma produção prática, protagonizada pelos estudantes, cujo objetivo é a entrega do produto que se volte para a aplicação dos conhecimentos adquiridos de forma experimental e prática, apresentando um produto com impacto social.

Por fim, espera-se que, em outro momento, seja oportuno a ampliação da oferta de estruturação desta obra e que se alargue trazendo mais categorias, conceitos, temas e abordagens sociológicas aos professores.

SUMÁRIO

Parte 1 - Cidadania - Democracia - Movimentos sociais

Justificativa	95
Objetivos	95
Competências (Específicas e ENEM)	96
Habilidades (BNCC)	96
Eixo 1 - Combinação de ideias: Analisando imagens - leituras sociológicas possíveis.....	98
Eixo 2 - Interrogar realidades: Para pensar sociologicamente.....	108
Eixo 3 - Oficina de produção sociológica: Sociologia no texto e contexto	111

Parte 2 - Modernidade líquida - Panoptismo - Docilização de corpos

Justificativa.....	112
Objetivos.....	113
Competências (Específicas e ENEM)	113
Habilidades (BNCC)	114
Eixo 1 - Combinação de ideias: Espaço aberto - resenha sociológica	114
Eixo 2 - Interrogar realidades: Olhares sociológicos sobre a sociedade	121
Eixo 3 - Oficina de produção sociológica: Pílulas sociológicas	121

Parte 1 - Cidadania - Democracia - Movimentos Sociais

Justificativa

Observa-se um crescente avanço, em toda a América Latina, da redemocratização dos Estados Nacionais e, com efeito, a luta pela consolidação dos direitos civis, sociais e políticos. Os movimentos sociais e os agrupamentos que emergem, no Brasil, se constituem como parte integrante da luta institucional e evidenciam uma saliente crise de representação política de Estado. Nesse sentido, os movimentos sociais podem assumir duplo enfoque na relação com o Estado, ora simboliza claramente a “negação do Estado” ao protagonizarem auto-gestão e mobilização organizacional a fim de buscar alternativas e propor soluções para sanar ou resolver problemas da população, evidenciando a incapacidade ou falta de decisão político-administrativa para tanto ora simbolizam a “afirmação do Estado” ao pressionar para que se volte aos serviços públicos, aos direitos civis e às políticas sociais e, sobretudo, ao destino público dos recursos. No Brasil, sobretudo a partir dos anos 2000, as experiências de gestão democrática e participativa são expressões claras de modelos de reconhecimento e expressão dos movimentos sociais, atribuindo aos sujeitos o papel de interlocução de seus anseios e direitos. Considerando que a relação entre movimentos sociais e educação perpassa pela ótica de geração de matrizes de saberes, cabe a reflexão de que os movimentos sociais não se tratam de movimentos históricos construídos isoladamente, mas que apresentam caráter político-social. Portanto, para analisar esses saberes é preciso compreender as articulações que os movimentos sociais realizam nas práticas sociais e tecer indagações acerca da conjuntura política, sociocultural e econômica que suplanta essas articulações.

Objetivos

- Entender o conceito de movimentos sociais, percebendo-os como manifestações coletivas históricas;
- Diferenciar as ações de “mobilização social” de ações de movimentos sociais;
- Identificar os movimentos sociais existentes na sua própria realidade, em âmbito regional e nacional;
- Compreender o papel dos movimentos sociais em uma democracia, bem como sua contribuição na garantia, manutenção e ampliação dos direitos;

- Aprender as características dos movimentos sociais na contemporaneidade e os governos no Brasil no contexto de redemocratização;
- Analisar como se dá a relação entre os movimentos sociais.

Competência Específica 5 - Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os direitos humanos.

Competência Específica 6 - Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

ENEM

C3H14 - Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.

C3H15 - Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da história.

Habilidades (BNCC)

(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.

(EM13CHS104) Analisar objetos da cultura material e imaterial como suporte de conhecimentos, valores, crenças e práticas que singularizam diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.

(EM13CHS401) Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos e classes sociais diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços e contextos.

(EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana (estilos de vida, valores, condutas etc.), desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade e preconceito, e propor ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às escolhas individuais.

(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.

(EM13CHS601) Relacionar as demandas políticas, sociais e culturais de indígenas e afrodescendentes no Brasil contemporâneo aos processos históricos das Américas e ao contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual.

(EM13CHS602) Identificar, caracterizar e relacionar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da cidadania.

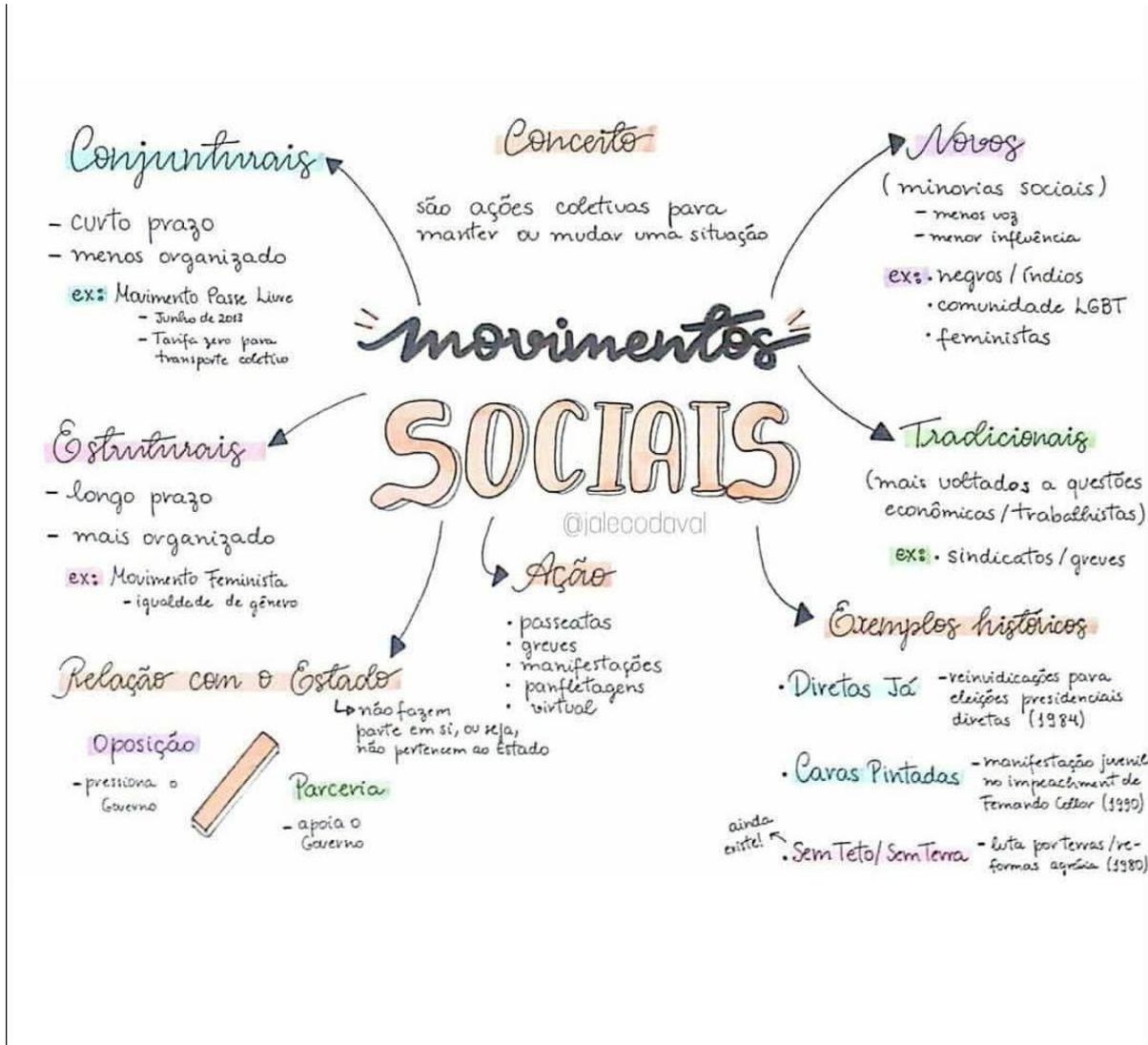
(EM13CHS603) Compreender e aplicar conceitos políticos básicos(Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc) na análise da formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas.

Eixo 1 - Combinação de ideias: Analisando imagens e leituras sociológicas possíveis

Cidadania - Democracia - Movimentos sociais

Observe o mapa mental a seguir (Figura 7).

Figura 7 – Mapa Mental movimentos sociais



Fonte: Movimentos sociais ([202-])

Analisando o mapa mental é possível observar as distintas fases que marcam o perfil dos **Movimentos Sociais** no Brasil. Os de ordem **conjunturais** surgem a partir de demandas pontuais de um contexto histórico, refletem uma demanda ou necessidade em curto espaço de tempo e ocorrem sazonalmente, conforme os anseios imediatos da sociedade, já os de ordem **estruturais** são organizados mediante uma série histórica ou resultam da consequência de vários anos ou séculos de negação de direitos.

Os **movimentos sociais** surgem a partir da ação voluntária e comprometida de cada membro que faz parte de sua composição, a escolha pela causa parte da livre e espontânea ação individual que vai se articulando e ganhando musculatura, ao unir-se com outros sujeitos, dentro do movimento reivindicatório.

Analise o seguinte mapa mental (Figura 8).

Figura 8 – Movimentos Sociais no Brasil recentemente



Fonte: Elaborado na disciplina Teoria das Ciências Sociais 3, do PROFSOCIO, pelas professoras de Sociologia Beatriz Carneiro, Daniela Bezerra e Márcia Gabrielle.

Movimentos sociais são manifestações legítimas de um grupo de indivíduos ou classes sociais pertencentes a uma sociedade que demonstram estar insatisfeitos com questões e causas sociais, visando transformações nas **instituições sociais** para garantir e ampliar direitos como: educação, saúde, terra, moradia, segurança, transporte etc e impactar provocando **mudanças estruturais**, como por exemplo nas causas relativas ao meio ambiente e trabalhistas.

O poder de alcance das **manifestações**, organizadas pelos **movimentos sociais**, quando ocorrem nas ruas ou nas mídias sociais e televisivas é abrangente, consegue-se atingir muitos setores da sociedade. Mobilizando um clamor social, chega a provocar insatisfação em outros setores da sociedade, com a possibilidade de negociação direta ou diálogo por meio de mesas de negociação com representantes governamentais a fim de buscar a melhoria das conquistas, bem como a ampliação delas e a manutenção e ampliação dos direitos dos cidadãos.

As principais demandas levantadas pelos movimentos sociais são direcionadas ao poder público, ao Estado, podendo ser na esfera municipal, estadual ou federal. Ao analisar cada reivindicação ou o conjunto delas, o Estado (poder público) decide tomar providências no sentido de responder ao que se reivindica, criando políticas públicas para solucionar os problemas levantados ou simplesmente ignora tais manifestações ou ainda pode negar ao que se pede.

Os **movimentos sociais** podem ser compostos por grupos estudantis, sindicatos, intelectuais, artistas e outros setores da sociedade civil, muitas vezes são vistos como ameaças ao regime de governo vigente. No período da **ditadura cívico-militar**, no Brasil, de 1964 a 1985, os movimentos sociais, que representavam uma oposição organizada e articulada contra as políticas autoritárias, foram duramente repreendidos e violados, houve perseguições, torturas, violências praticadas de várias formas e instâncias, muitos membros foram obrigados ao exílio, houve mortes e instituiu-se um estado de terror psicológico a fim de evitar as manifestações dos movimentos sociais. Esse regime autoritário deixou um legado de violações aos Direitos Humanos, censura e perseguição política, marcando um capítulo sombrio na história do nosso país. De fato, estes movimentos reivindicavam direitos, participação popular e restauração democrática, além de desafiarem a ordem política e a moral conservadora estabelecidas pelo governo empresarial-militar.

A socióloga brasileira **Maria da Glória Gohn** apresenta o conceito de movimentos sociais de maneira abrangente, considerando não apenas as formas tradicionais de organização, como sindicatos ou partidos políticos, mas também as diversas expressões de resistência e mobilização social. Segundo Glória Gohn (2015), os movimentos sociais podem surgir a partir de demandas por direitos, liberdade, justiça (com amplo acesso), equidade, igualdade e participação, envolvendo diferentes grupos e setores da sociedade.

A partir de agora, mergulharemos em alguns movimentos sociais que enfrentaram e enfrentam corajosamente os regimes políticos autoritários no Brasil ou os contextos em que há mais abertura política, percebe-se forte repressão e perseguição à população. Com grande satisfação, damos início ao estudo sobre a resistência dos diversos **Movimentos Sociais** que visa compreender criticamente alguns dos períodos marcantes e desafiadores da história do Brasil, focando os movimentos sociais e populares do Brasil. A história das lutas de classe social mostram que mesmo em período de abertura política, evidenciado pelas eleições diretas no Brasil, momento histórico em que o povo pode exercer seus direitos civis de manifestação, ainda há duras repressões sobre a classe operária.

Figura 9 – Movimentos sociais



Fonte: Rocha (2021).

O **Movimento Social** “ Brasil Terra indígena” luta pelos direitos humanos dos povos tradicionais e originários indígenas, pela reconquista de seus territórios, pela legitimação de sua identidade e respeito à cultura de seu povo, pela democracia e por uma sociedade mais justa. Neste ato, o movimento que levou mais de 6 mil indígenas à Brasília quer pressionar o Supremo Tribunal Federal (STF) a não validar a tese do marco zero que se trata de uma ameaça aos indígenas marcada pela disputa pela posse de suas terras. “Nossa história não começa em 1988”.

Segundo a Articulação dos povos indígenas do Brasil (Apid), mais de 6 mil indígenas de 170 etnias estão mobilizados no acampamento “Luta pela Vida” para acompanhar o julgamento que pode decidir o futuro das demarcações no país. É a maior mobilização indígena desde a redemocratização do Brasil”, disse Sônia Guajajara, da coordenação da Apid.

A resistência dos povos tradicionais e originários na luta contra medidas coloniais e governamentais no Brasil que implantaram políticas de desenvolvimento que frequentemente resultaram na exploração desenfreada dos recursos naturais, afetando diretamente as terras indígenas data de mais de cinco séculos.

Recentemente, na história do nosso país, as medidas autoritárias dos governos neoliberais abriram possibilidades para que grandes empreiteiras e grandes projetos de infraestrutura, como estradas e represas, muitas vezes fossem conduzidos sem a devida consulta aos povos indígenas, resultando na degradação ambiental e na perda de territórios tradicionais.

Nesse contexto de profundos ataques aos direitos primários, como: saúde, moradia, território, habitação, demandas políticas, sociais e culturais de indígenas, entre outros, surgiu bem antes da Constituição Federal de 1988, a Articulação dos povos indígenas do Brasil (Apib). Num momento em que o Brasil contemporâneo amargava processos históricos marcados por vários contextos de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual.

Figura 10 – Manifestação do Bloco das Mulheres na Luta Contra a Violência do Estado no Dia Internacional da Mulher de 2013, Belo Horizonte.



Fonte: Circuito Fora do Eixo (2013).

Muitas mulheres desempenharam e desempenham papéis fundamentais em organizações de resistência e movimentos sociais, onde muitas delas foram e são líderes e militantes proeminentes em grupos que lutam pela democracia, direitos humanos e justiça social.

A luta por direitos de gênero e sexualidade marca as causas desse importante **Movimento Social** no Brasil: o movimento feminista. Tanto em regime autoritário quanto no período de redemocratização do Brasil, os movimentos feministas sempre reivindicaram políticas de igualdade racial, sobretudo para as mulheres negras, e por igualdade de gênero, a luta também se estende pelas causas das mulheres do campo e da cidade, periféricas, trans e mulheres das comunidades.

Diversas são as questões pelas quais lutam os movimentos sociais ligados à mulher, seja pelos direitos das mulheres ou pelo fortalecimento da democracia, os movimentos feministas apontam para a negligência nas políticas públicas de igualdade de gênero, de oportunidades de trabalho, reivindicam equiparação salarial, denunciam falta de diálogo com

os representantes do poder público e clamam por maior representação político-partidária de mulheres nos mais diversos campos da gestão pública e em cargos políticos.

Numa sociedade tão machista, estratificada em classes sociais opressoras em que as mulheres são violentadas de todas as formas. Diante dessa realidade e impulsionadas pela insatisfação e grande inquietação provocadas pela desigualdade de gênero, as mulheres levantaram a luta em favor da igualdade de direitos e reconhecimento social. Os movimentos sociais feministas levantam bandeiras articuladas com outras causas, mas que afligem a mulher, tais como: o racismo, a democracia, o feminicídio, o transfeminicídio, o encarceramento em massa, a legalização do aborto, trabalho e salário justo.

As reivindicações trazidas pelos movimentos sociais feministas no Brasil e no mundo abordam questões sociais e discutem sobre o papel da mulher em relação às desigualdades de direitos, seja no trabalho, no poder político e na sociedade, em geral. Luta-se pela inclusão social da mulher, pelo direito à vida, pela não violência gratuita, pelo direito de exercício de cidadania, direito à decisão sobre seu corpo e pelas causas ligadas ao trabalho.

No Brasil, os movimentos sociais feministas ganharam notoriedade a partir dos anos de 1970, quando eclodiu o comércio da pílula anticoncepcional e, com ele, pautavam-se muitas questões ligadas à autonomia e independência feminina em relação ao seu corpo. Notadamente, esse período também foi marcado, sobretudo, pelo impulso ainda recente, na história do Brasil, do período em que as mulheres conquistaram, por meio de muita luta, o direito ao voto, ocorrido nas três primeiras décadas do século passado.

Figura 11 – Manifestação do Bloco das Mulheres



Fonte: Brasil de Fato ([202-]).

No Brasil, em 2019, registraram-se algumas manifestações da sociedade em defesa do meio ambiente e das questões socioambientais. Como destacou a ativista Hanna Cordeiro, em entrevista ao jornal Brasil de Fato, em 20 de janeiro de 2019, integrante do coletivo Amazônia na Rua RJ e da Coalizão Pelo Clima e que esteve presente na manifestação ocorrida no Rio de Janeiro cujo tema foi o desmonte das políticas ambientais no Brasil:

A causa ambiental une todo mundo, diferentes povos, etnias e visões de mundo. Acredito que a luta socioambiental também é pela paz, que pede trégua para o mundo. O governo atual foi eleito democraticamente, mas demonstra descaso com o meio ambiente. O enfraquecimento dos órgãos fiscalizadores aumenta o desmatamento e tudo isso agrava o aquecimento global e a crise climática, está tudo conectado (Brasil de Fato, 2019, on-line).

Essa manifestação social e os protestos decorrentes das ideias contidas em seus ideais foram organizados pelo coletivo Amazônia na Rua RJ, que integra o movimento de Coalizão Pelo Clima - frente ampla suprapartidária e contou com a participação de ativistas ambientais, representantes de movimentos populares, sociedade em geral e estudantes inspirados pela luta da estudante sueca Greta Thunberg.

Você conhece a estudante sueca Greta Thunberg que se destacou em seu país e alcançou o mundo inteiro com as pautas que levantou acerca dos problemas climáticos enfrentados hoje em dia? Com o lema: “Escutar a ciência”, Greta Thunberg mobilizou várias manifestações sociais pelo mundo. Em 2020, Greta Thunberg trincou os dentes e bradou para todos os presentes na reunião das Nações Unidas: Como vocês ousam? Vocês roubaram meus sonhos e minha infância com suas palavras vazias”.

As **manifestações sociais** são expressões legítimas que os indivíduos utilizam para reivindicar insatisfações diante dos contextos adversos da vida social. As manifestações sociais podem estar diretamente relacionadas às causas globais, mas que afetam direta ou indiretamente o modo de viver local, como também podem apresentar demandas locais.

É importante perceber que as manifestações sociais são movimentos de indignação social diante de um problema desencadeado há pouco ou muito tempo. Mas que por forças circunstanciais, como a explosão das consequências que esse problema acarretou para a sociedade, torna-se insustentável conviver socialmente com essa situação. Daí surgem as manifestações sociais que podem mobilizar o poder de indignação, simultaneamente, em vários locais do país ou no mundo. As manifestações sociais surgem a partir de demandas pontuais e recorrentes de um contexto histórico, refletindo uma demanda ou necessidade urgente e conflitante.

Figura 12 – Movimento negro unificado



Fonte: Extra (2018)

O **Movimento Negro Unificado (MNU)** foi fundado no dia 18 de junho de 1978, sendo uma organização pioneira na luta do Povo Negro no Brasil. Traduziu um importante movimento social no Brasil que lutou bravamente contra a repressão e a discriminação racial. Nesse período, o Brasil era marcado por um período nefasto, a ditadura empresarial- civil-militar. O contexto social era marcado por profundas violações dos direitos humanos, opressão, perseguições e discriminação racial.

Em muitos dos livros que estudamos não encontramos registros da resistência negra, sendo muitas vezes esse tema desprezado nas escolas e nas leis que estruturam a nossa sociedade. A matriz étnica de nosso país é de composição negra, mas o Estado brasileiro, durante anos e até os dias atuais tem forjado e normatizado juridicamente a exclusão da população negra das políticas educacionais, reparativas e de igualdade no trabalho e nos direitos sociais. As comunidades quilombolas foram negligenciadas e, em alguns casos, suas demandas por reconhecimento de território e direitos foram ignoradas.

Os negros foram trazidos ao Brasil, sobretudo, por dominarem as tecnologias de manejo de solo, da lavoura, da agricultura e de produção agrícola. A historiografia do Brasil nega alguns fatos incontestáveis da realidade com a qual foram e são submetidos os negros e seus descendentes em nossa sociedade. O **Movimento Negro Unificado (MNU)**, a partir dos anos de 1970, tornou-se uma importante voz de resistência, lutando em campos estratégicos de ação e denunciando as injustiças raciais, por meio de ações **valorativas, afirmativas e representativas** das comunidades quilombolas e exigindo o fim da violência policial, do racismo nos meios de comunicação e no mercado de trabalho contra os negros.

Racismo é “coisa do presente” e não apenas do passado! É pauta do dia para os aliados e defensores da luta pela justiça social e racial em nosso país, bem como para os representantes do **Movimento Negro Unificado (MNU)** a luta por uma sociedade em que ocorram mudanças estruturais. É preciso lutar pela igualdade de direitos, mas também pelo letramento antirracista da população.

As escolas têm importante papel social para romper com a estrutura nacionalizante que legitima o branqueamento da classe trabalhadora do Brasil a fim de iniciar um processo de construção histórica de auto letramento racial enfatizando a desnaturalização e o estranhamento diante do racismo no Brasil.

O **Movimento Negro Unificado (MNU)** teve uma importante contribuição na elaboração de demandas à Assembleia Constituinte de 1988, o que resultou na consideração do racismo como crime inafiançável e imprescritível e a inserção de direitos étnicos-quilombola, mas ainda temos muitos casos subnotificados que tornam essa realidade ainda invisível às políticas públicas de memória, justiça e reparação dos danos aos negros. No entanto, ainda estamos longe de vivermos numa sociedade equânime, justa, inclusiva, solidária e fraterna. As gestões democráticas devem adotar mecanismos de defesa dentro de seus planos de governo, como medidas de combate ao racismo, por exemplo.

EIXO 2 - Interrogar realidades: Para pensar sociologicamente

1) Dos movimentos sociais estudados, escolha um para responder ao que se pede:

a) O que caracteriza esse movimento social? Como nasceu

b) Quais suas pautas de reivindicação? Quem são seus apoiadores?

c) Que conquistas foram alcançadas?

d) Que métodos são utilizados para se manifestar e reivindicar seus direitos?

e) Existe relação entre esse movimento social e algum outro?

f) Quem estudou, refletiu ou pesquisou sobre esse movimento social?

g) Como se deu a relação desse movimento social, ao longo da história, com os governos?

2) Cidadania é um conjunto de direitos e deveres ao qual um cidadão está sujeito no ambiente social em que vive. Cite 2(dois) exemplos de direitos civis, sociais e políticos.

3) Defina regime político autoritário e regime político democrático. Citando exemplos de cada regime.

4) (**Enem - 2013**) Depois de dez anos de aparente imobilidade, 77.950 operários estavam em greve em São Bernardo, Santo André, São Caetano e Diadema – o chamado ABCD, coração industrial do país. Em todas as fábricas, os operários cruzaram os braços em silêncio. Apanhado de surpresa, o governo militar ficou por algum tempo sem ação. Os empregadores, por sua vez, sofriam sérios prejuízos a cada dia de greve.

ALVES, M. H. M. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984
(adaptado).

O movimento sindical, em fins dos anos 1970, começou a se rearticular e a patrocinar greves de significativa repercussão. Essas greves aconteceram em um contexto político-institucional de

- a) Revogação da negociação coletiva entre patrões e empregados.
- b) Afirmação dos direitos individuais por parte de minorias.
- c) Suspensão da legislação trabalhista forjada durante a Era Vargas.
- d) Limitação à liberdade das organizações sindicais e populares.
- e) Discordância dos empresários com as políticas industriais.

5) (**Enem – 2017**) No Brasil, assim como em vários outros países, os modernos movimentos LGBT representam um desafio às formas de condenação e perseguição social contra desejos e comportamentos sexuais anticonvencionais associados à vergonha, imoralidade, pecado, degeneração, doença. Falar do movimento LGBT implica, portanto, chamar a atenção para a sexualidade como fonte de estigmas, intolerância, opressão.

SIMÕES, J. Homossexualidade e movimento LGBT: estigma, diversidade e cidadania. *In*: BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. **Cidadania, um projeto em construção**. São Paulo: Claro Enigma, 2012 (adaptado).

O movimento social abordado justifica-se pela defesa do direito de

- a) organização sindical.
- b) participação partidária.
- c) manifestação religiosa.
- d) formação profissional.
- e) afirmação identitária.

6) (**Enem Libras - 2017**) A construção da Transamazônica foi interpretada por alguns estudiosos como uma espécie de contrarreforma agrária, na medida em que abriu para as populações rurais pobres uma nova fronteira de expansão. Na prática, porém, os projetos de colonização da Amazônia fracassaram ou não tiveram continuidade. Em 1985, o MST retoma a ancestral luta pela reforma agrária brasileira. Essa luta não é nova, sendo defendida por abolicionistas do século XIX e pelas Ligas Camponesas nos anos 1950-60.

DEL PRIORE, M. VENÂNCIO, R. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2010 (adaptado).

O processo histórico mencionado evidencia, em temporalidades distintas, um confronto entre

- a) Projetos políticos de ocupação fundiária e resistência social.
- b) Estratégias públicas de qualificação técnica e cultura tradicional.
- c) Mecanismos legais de delimitação territorial e articulação legislativa.
- d) Planejamentos estatais de reforma trabalhista e organização partidária.
- e) Modelos econômicos de desenvolvimento nacional e mobilização sindical.

7) **(Enem – 2021)** O jovem que nasceu e cresceu sob a ditadura perdeu muitos contatos com a realidade e com a história como processo vivo. Mas conheceu em sua carne o que é a opressão e como a repressão institucional (às vezes inconsciente e definitiva, dentro da família, da escola etc.) é odiosa. Essa é uma riqueza ímpar. O potencial radical de um jovem — pobre, de pequena burguesia ou “rico” — que sofre prolongadamente uma experiência dessas, constitui um agente político valioso. Ele está “embalado” para rejeitar e combater a opressão sistemática e a repressão dissimulada, o que o converte em um ser político inconformista e promissor.

FERNANDES, F. O dilema político dos jovens. *In*: FERNANDES, F. **Florestan Fernandes na constituinte**: leituras para reforma política. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

No contexto mencionado, Florestan Fernandes tematiza um efeito inesperado do exercício do poder político decorrente da

- a) evolução histórica do conflito de gerações.
- b) fragilidade moral das instituições públicas.
- c) impossibilidade de realização do controle total.
- d) legitimação ideológica do nacionalismo estatal.
- e) restrição da oferta de oportunidades de educação.

8) **(Enem - 2014)** A Comissão Nacional da Verdade (CNV) reuniu representantes de comissões estaduais e de várias instituições para apresentar um balanço dos trabalhos feitos e assinar termos de cooperação com quatro organizações. O coordenador da CNV estima que, até o momento, a comissão examinou, "por baixo", cerca de 30 milhões de páginas de documentos e fez centenas de entrevistas.

A notícia descreve uma iniciativa do Estado que resultou na ação de diversos movimentos sociais no Brasil diante de eventos ocorridos entre 1964 e 1988. O objetivo dessa iniciativa é

- a) anular a anistia concedida aos chefes militares.
- b) rever as condenações judiciais aos presos políticos.

- c) perdoar os crimes atribuídos aos militantes esquerdistas.
- d) comprovar o apoio da sociedade aos golpistas anticomunistas.
- e) esclarecer as circunstâncias de violações aos direitos humanos.

Questões PLUS

1. (UECE – 2019) Os movimentos sociais revelam ações presentes nas sociedades democráticas e são expressão da organização e luta da sociedade civil. Atuam coletivamente na afirmação de direitos e na resistência à exclusão social.

Considerando a afirmação acima, é correto dizer que os movimentos sociais:

- a) foram criados pelo Estado como meio de colaborar com a administração dos governos e de suas propostas políticas.
- b) são importantes para a sociedade civil porque, por meio deles, direitos de cidadania são conquistados e a democracia é fortalecida.
- c) são exemplos de protestos que promovem a desordem social e põem em risco os direitos e a cidadania conquistados historicamente pela sociedade.
- d) ao se constituírem, atuam aleatoriamente, sem foco nem direção, apenas movidos pela ideia da mobilização.

2. (Uece - 2019) Atente para o enunciado a seguir: “O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST – é um dos mais importantes movimentos sociais do Brasil, tendo como foco as questões do trabalhador do campo, principalmente no tocante à luta pela reforma agrária brasileira”.

Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/mst.htm>.

No que diz respeito ao conceito de “movimentos sociais”, é correto afirmar que são

- a) ações coletivas de segmentos socialmente organizados que têm como objetivo alcançar mudanças sociais por meio do embate político, dentro de uma determinada sociedade e de um contexto específico.
- b) expressões individuais dos sujeitos em seus cotidianos na busca de realização de seus desejos e sonhos a serem alcançados no mercado de trabalho e no reconhecimento de seus méritos pelo Estado.

c) organizações governamentais com o objetivo de mobilizar setores da população para fazerem valer os direitos sociais e civis, tendo como referências o acesso a serviços que reconheçam a plena cidadania.

d) organizações de interesse público mantidas por meio de fundos públicos com o objetivo de cooperar na organização das instituições privadas da sociedade, em parceria com os governos.

GABARITO 4 - D , 5 - D , 6 - A , 7 - C , 8 - D Questões PLUS 1 - B, 2 - A

EIXO 3 - Oficina de produção sociológica: Sociologia no texto e contexto

Caros estudantes,

Agora é com vocês!

Vamos apresentar um trabalho criativo e que tenha uma função social inovadora na escola!

A proposta é a elaboração de uma síntese das discussões apresentadas na Parte 1 do fascículo Sociologia para o Enem: **Cidadania - Democracia - Movimentos Sociais** para nortear a preparação de um **podcast**.

Toda atividade que vamos executar necessita de planejamento e produção, portanto:

Organizem-se em Grupos de Trabalho, para melhor dividirem as atribuições de cada integrante:

1.Criação do roteiro, pensando no tema. 2. Divisão das tarefas dentro do GT. 3. Elaboração da sequência de falas e perguntas;

- Considerem as fases de edição e a distribuição do **podcast** como uma importantes etapas deste trabalho.

Para tanto, vocês poderão mobilizar o Grêmio Estudantil para veicular na Rádio escolar.

Mãos à obra e boa produção!

Parte 2 - Modernidade líquida - Panoptismo - Docilização de corpos

Justificativa

O século XIX foi marcado por um conjunto de afirmações sociais da racionalidade humana pautadas na crença da ciência, a razão da sociedade se constituía na solidez das relações sociais, na crença da irreversibilidade do progresso que a Revolução Industrial trouxe para o Velho Mundo. Certamente, todo esse contexto de compreensão do mundo implicou diretamente na configuração das relações sociais, pautadas pela solidez dos valores e pela representação de continuidade dos valores e preceitos constituídos e fundamentados num processo dinâmico, denominado: Modernidade sólida.

Já no século XX houve uma transição nas concepções de entendimento da Modernidade sólida para o que Zigmunt Bauman, sociólogo e filósofo polonês, conceitua como Modernidade Líquida. Seus pensamentos se popularizaram nos anos 1990 e para Bauman não há o conceito de pós-modernidade, mas sim a liquefação da modernidade. Essa metáfora com a química e física, utilizando o estado líquido dos elementos, faz referência à velocidade com que as mudanças e transformações sociais ocorrem e se adaptam mais facilmente aos espaços, de forma volátil e eficaz. A liquefação do projeto moderno pode ser percebido a partir da 1ª Guerra Mundial, uma das grandes catástrofes da humanidade, com a quebra da expectativa otimista da Europa por um progresso irreversível, mas desmoronado pela quebra do modelo de Estado-Nação.

O mundo sólido se liquefaz, é um mundo em que as mudanças são mais rápidas do que as permanências, como exemplo temos: o elevado consumo de eletroeletrônicos ou as regras e condutas sociais que se distinguem num intervalo de tempo cada vez menos. Sentimos a aceleração do tempo e a compressão de espaço num mundo globalizado e interligado pela tecnologia. No contexto de vida cotidiana, a modernidade líquida também se processa, a noção de segurança que hoje temos, ao sermos vigiados por câmeras, smartphones, redes sociais altera nossa vida e nos faz abrir mão de nossa liberdade em prol de nossa segurança que acreditamos ter para sermos mais felizes. O individualismo e a cultura do eu são bem retratados nos shopping center lotados, ao mesmo tempo que são espaços vazios onde quase ninguém se conhece num grande centro urbano da modernidade líquida. Padrões de comportamento, da ética, da estética, do corpo e da mente se alteram por desregulamentação de ordem universal, sentimos essas transformações pela mudança de ideia que as novas formas de relações sociais, de trabalho,

familiares, de caráter profundo das relações sociais e interpessoais, nas mudanças em mundo volátil.

Permanecer sólido é permanecer velho, quem não se adaptar tenderá a ser marginalizado pela modernidade líquida, marcada por uma sociedade do consumo e da tecnologia. Será que o excesso de informações se transforma necessariamente em conhecimento?

Objetivos

- Refletir se é possível sermos modernos;
- Reconhecer a ressignificação de tempo e espaço na fase moderna;
- Compreender as relações de poder que atuam na vida cotidiana dos sujeitos;
- Compreender os valores morais e éticos que configuram o período moderno;
- Discutir porque, mesmo diante de rígido controle e observação, alguns sujeitos apresentam comportamentos sociais que levam à cultura do cancelamento;
- Analisar as mudanças socioculturais ocorridas na modernidade, estabelecendo comparativo com outros momentos historicamente produzidos;
- Planejar, produzir roteiro e apresentar, por meio de vídeos curtos, os conceitos da Sociologia moderna: Modernidade Líquida - Panoptismo e Docilização de corpos, mobilizando a leitura de mundo com o conhecimento científico e o uso de recursos midiáticos.

Competência Específica 5 - Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os direitos humanos.

Competência Específica 6 - Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

ENEM

CEH7 - Identificar os significados histórico- geográficos das relações de poder entre as nações.

C4H20 - Selecionar argumentos favoráveis ou contrários às modificações impostas pelas novas tecnologias à vida social e ao mundo do trabalho.

Habilidades (BNCC)

(EM13CHS403) Caracterizar e analisar os impactos das transformações tecnológicas nas relações sociais e de trabalho próprias da contemporaneidade, promovendo ações voltadas à superação das desigualdades sociais, da opressão e da violação dos Direitos Humanos.

(EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

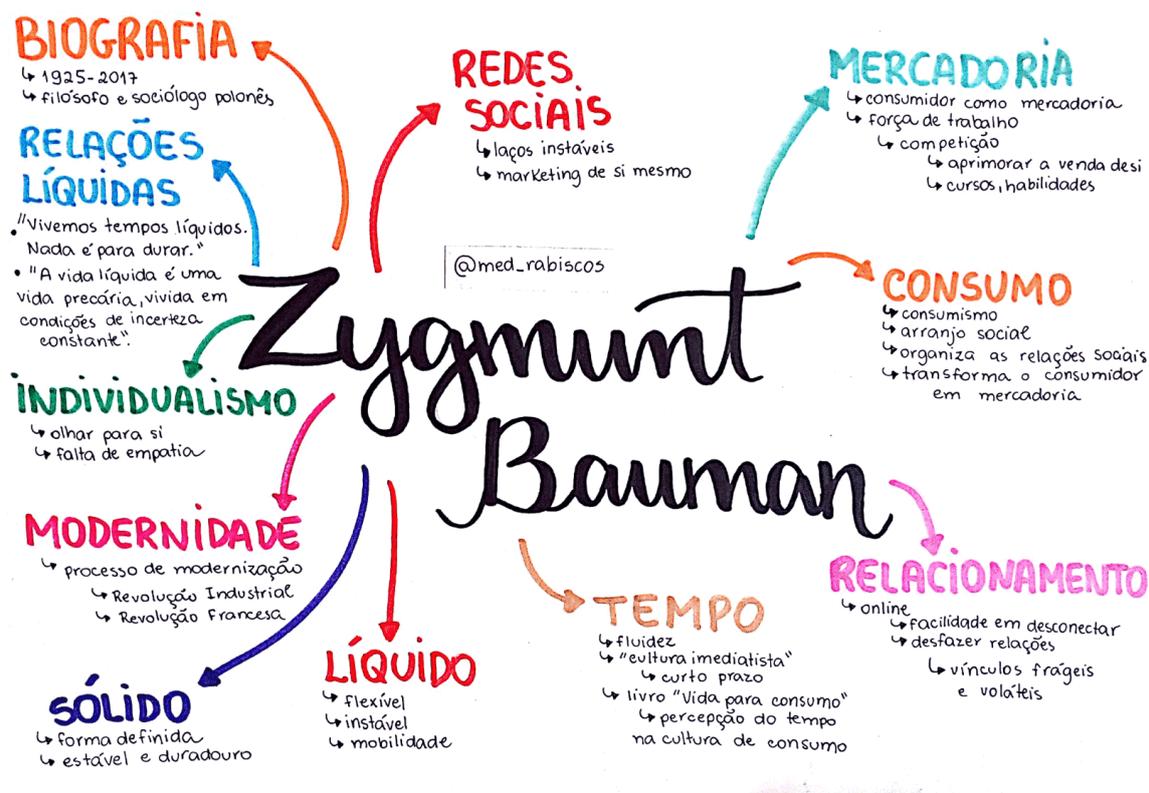
(EM13CHS603) Compreender e aplicar conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc) na análise da formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas.

EIXO 1 - Combinação de ideias: Espaço aberto - resenha sociológica

Modernidade líquida - Panoptismo - Docilização de corpos

Analise atentamente o mapa mental a seguir.

Figura 13 – Mapa Mental Zygmunt Bauman



Fonte: Mapa 10 (2023).

Tornar-se moderno é um processo histórico longo, nenhuma sociedade tornou-se moderna da noite para o dia, num piscar de olhos. Para entender o conceito e as características da Modernidade, voltaremos no tempo para destacar dois grandes eventos históricos que marcaram profundas mudanças na estrutura e comportamento da sociedade: a **Revolução Industrial**, por exemplo, tendo sido responsável por alavancar a velocidade da produção e do consumo, acelerando a vida das pessoas e consolidando o capitalismo industrial e a **Revolução Francesa** que rompeu com as estruturas sociais e políticas do antigo regime e organizou o Estado a partir de novos padrões sociais.

As estruturas sociais, políticas e econômicas, bem como as relações sociais tradicionais passaram a adotar novos modelos de organização diante da complexidade da vida social e do consumo que se estabeleceu com a consolidação do capitalismo industrial.

A Modernidade se especializa em "derreter" as estruturas recebidas naquele período histórico. A partir das considerações de Bauman, é possível compreender alguns de nossos grandes desafios nos dias atuais. Para Bauman, a sociedade atual, de fato, encontra-se no estágio da **Modernidade** ainda, não é possível afirmar que estamos na pós-modernidade. Para Bauman, a modernidade apresenta duas etapas: 1. **Modernidade Sólida** 2. **Modernidade Líquida**.

A **Modernidade Sólida** compreende o período até antes do Iluminismo, em que as estruturas políticas, sociais e econômicas eram marcadas por modelos tradicionais de organização, em que o Estado-nação detinha o controle e responsabilidade sobre as desigualdades sociais, por exemplo. Já na fase da **Modernidade Líquida** há um rompimento imediato dessa estruturação social e política em que o Estado-nação torna-se incapaz de lidar com as desigualdades sociais. Com isso, foram “derretidos” velhos conceitos e padrões da sociedade tradicional.

Bauman utiliza uma metáfora para estabelecer comparações entre as estruturas físico-químicas dos elementos com as estruturas das relações sociais. Enquanto as estruturas sólidas dos elementos químicos são duráveis, bem definidas e estáveis, as estruturas líquidas são efêmeras e instáveis. Desta forma, compreende-se que as bases que alicerçam as relações políticas, sociais e econômicas na **Modernidade Sólida** são rígidas e tradicionais, enquanto que na **Modernidade Líquida** são fluidas.

Entende-se como **Modernidade líquida** ao período atual, o contexto em que vivemos, a sociedade contemporânea e globalizada, estruturada por classes sociais distintas, marcada por uma realidade de vida precária e de incertezas constantes. Faz referência às desregulamentações da fase moderna a qual vivemos, às incertezas com as quais nos deparamos, ao mundo conectado, à aceleração do tempo, à compressão do espaço, às relações sociais, ao poder, ao biopoder, ao controle social, aos valores, à opinião pública, às normas, aos direitos dentre outros.

O sociólogo e filósofo polonês **Zygmunt Bauman**, um dos intelectuais mais influentes do século passado e grande estudioso das relações sociais, caracteriza a modernidade líquida como: “ A vida líquida é uma sucessão de reinícios e, precisamente por isso é que os finais rápidos e indolores(...) tendem a serem os momentos mais desafiadores e as dores de cabeça mais inquietantes.” (Bauman, 2017).

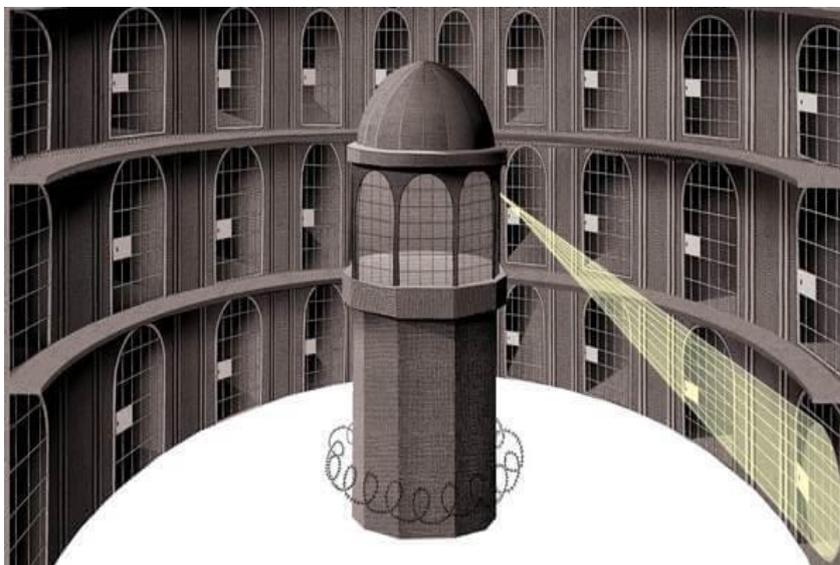
A velocidade de veiculação das informações, do consumo e das transformações sociais nos faz ter uma nova percepção do tempo, vivemos a sucessão de instantes, a satisfação na hora, estamos sujeitos a uma sensação de que o tempo não é cíclico e nem linear, mas que é pontilhista, ou seja, a sucessão dos fatos e acontecimentos não são se dá de forma contínua e nem é duradoura. Vivemos a cultura de que tudo é urgente e para ontem, tudo é veloz, precisa ser rápido, a “cultura do agora” se estabelece em todas as relações de vida em sociedade: no trabalho, nos relacionamentos afetivos, no consumo e na vida social.

Para evidenciar bem todo esse contexto, devemos refletir sobre o comportamento das pessoas. Como ponto de partida, é possível estabelecer certa conexão de valores atribuídos entre o consumo e os relacionamentos afetivos, nos dias atuais. Encontrar um parceiro via internet, os chamados relacionamentos online tornou-se uma prática bem frequente e usual pelos internautas, assim como as compras online são. Então, na mesma proporção com que a insatisfação com uma mercadoria faz o consumidor descartar o produto, ocorre nos relacionamentos à distância. Conectar-se é tão fácil quanto desconectar-se, aparentemente.

Nesse contexto de vida fragmentada, cheia de discontinuidades, com vínculos cada vez mais fracos e voláteis, da cultura do imediatismo, sem coesão com o passado e sem perspectivas para um futuro distante, a sociedade moderna vive, nessa etapa da **Modernidade líquida**, com incertezas constantes e conflitos angustiante em que muitos aspectos sociais afligem a vida das pessoas pelas condições de liquidez de sua existência, como por exemplo: a fé, o capitalismo, o amor, a liberdade, a dominação, o mundo do trabalho, o medo, a educação, a segurança, a individualidade, dentre outros.

Observe atentamente a imagem (Figura 14).

Figura 14 – Imagem representando os tipos de controle sofridos pela sociedade: o panóptico



Fonte: Sesc ([202-]).

Nela está contida uma imagem muito representativa e bastante utilizada para explicar os diferentes tipos de controle sofridos pela sociedade: **o panóptico**. Descrevendo o que a imagem retrata, percebe-se que há um **ponto de observação central**, bem estruturado, fixo ao solo, ereto, com formato de uma torre de relógio, há em torno deste ponto central: salas

ou espaços pequenos, dispostas de modo circular, cercados por grades. A posição do ponto de observação é privilegiada porque é possível tudo ao mesmo tempo ser observado a partir dele. A partir da leitura dessa imagem, pode-se concluir que este espaço é equivalente a uma prisão, pois contém uma guarita e celas vigiadas. Também podemos sentir ao analisar a imagem que ela sugere confinamento, poder, vigilância restrita e ampla, medidas impostas e punição.

O sociólogo **Michel Foucault** apresenta o pensamento do filósofo, jurista e renomado criminólogo Jeremy Bentham sobre o tema do **panóptico** ao trazer a seguinte reflexão “[...] Por isso Bentham colocou o princípio de que o poder devia ser visível e inverificável. **Visível**: sem cessar o detento terá diante dos olhos a alta silhueta da torre central de onde é espionado. **Inverificável**: o detento nunca deve saber se está sendo observado, mas deve ter a certeza de que sempre pode sê-lo.”

Certamente a imagem a seguir (Figura 15) é bem conhecida por você. Ela já faz parte de nosso cotidiano, pois nos deparamos com ela em praticamente quase todos os locais que frequentamos.

Figura 15 – Sorria



Nos dias atuais, há panópticos espalhados por todos os cantos das cidades, vivemos em um contexto de intensa vigilância sobre nossas ações e atitudes. Pelo uso excessivo das tecnologias da informação ficamos reféns e sujeitos ao monitoramento das câmeras de segurança, dos radares de observação nas vias públicas e dos sistemas integrados de vigilância em, praticamente, todos os ambientes e espaços que frequentamos e usamos em nosso cotidiano.

Tais sistemas de segurança emitem sinais em tempo real para painéis de salas de situação ou para grandes centros observatórios de rastreamento e segurança. Estamos

verdadeiramente aprisionados pelas circunstâncias sociais que caracterizam a pós-modernidade. Muito parecida com a vigilância constante das prisões, a vida nas cidades passou a ser cercada por dispositivos de vigilância com a intenção de aplicar rigores disciplinares, levando as pessoas ao total assujeitamento e à construção de condutas estabelecidas pela ordem social.

Figura 16 – Big Brother Brasil, a espiadinha de sucesso



Fonte: Cisterna (2021)

Como você interpreta a imagem acima? Atente que o robô acena gentilmente para quem o olhar, passando a impressão de que esse cumprimento saudoso é gentil e educado, sem maiores intenções, no entanto há uma sutil intencionalidade diante das interpretações que a imagem sugere. Veja ainda que o robô possui apenas um olho, mas é desproporcional ao tamanho de suas outras partes evidenciando que a visão é o maior de todos os sentidos, o mais aguçado. As mídias e seus usuários não respeitam as escolhas e as liberdades individuais dos sujeitos, há muitas justificativas a partir da análise do fenômeno social retratado nesta imagem: o **panóptico**.

O **panóptico** se manifesta como uma superestrutura da eficiência do poder, na medida em que rege comportamentos, valores, subjetividade, uso das mídias sociais, cultura de cancelamento, padrões e medidas impostas, confinamento, punição, imposição, comportamento, realidade, além de aumentar as possibilidades e ampliar, na mesma medida, as desigualdades de acúmulo de conhecimento sobre os indivíduos vigiados.

Eficazes instrumentos de vigilância sutis aos quais a sociedade moderna está exposta são os algoritmos das redes sociais, haja vista que a multiplicidade de instantes calculados pelas coletas que esses dados evidenciam conduzem a um padrão comportamental dos sujeitos internautas. As relações sociais e de mercado impostas pelo mundo do “online” caracterizam-se por serem vínculos voláteis e fluidos. No campo do “online”, as relações sociais não “custam” tanto quanto no mundo offline, pois o risco e o desconforto que se corre ao

estabelecer contato presencial é bem mais exigente do que os simples comandos de bloquear e desbloquear que o mundo virtual possibilita.

Outro efeito bastante severo que sentimos na Modernidade é a disciplinarização de nossos corpos. Um grande pensador contemporâneo, filósofo francês, que vem sendo muito investigado na atualidade porque debate e expõe a complexidade do tema docilização de corpos é **Michel Foucault**. Segundo **Foucault**, as relações de poder geram certos tipos de saber que por sua vez produzem tipos de poder. Mas qual a relação disso com o corpo humano? Os corpos disciplinados são mais produtivos e úteis, portanto são dóceis e obedientes. Para tanto, os corpos para serem dóceis necessitam ser adestrados e se enquadrarem aos padrões normativos que a modernidade impõe. Nesse sentido, algumas técnicas e práticas disciplinares são bastantes comuns em nossas relações de convívio social, seja na escola, no mundo do trabalho ou em outros campos de produção.

Observe a imagem atentamente (Figura 17).

Figura 17 – Ponto eletrônico



Fonte: Cazeiro (2024)

Nela está reproduzida uma das técnicas de controle e fiscalização bastante utilizadas, no mundo do trabalho, para controlar o operário ou trabalhador e exerce sobre ele o poder de dominação em função da plena eficácia do corpo. A instalação de pontos ou painéis de controle e fiscalização de entrada e saída dos trabalhadores é bastante comum nas empresas, indústrias,

fábricas etc com marcadores de horas trabalhadas ou não e têm a função de monitorar e fiscalizar tanto o fluxo diário dos trabalhadores como a produção de suas atividades. Sabe-se que aos trabalhadores que não se disciplinam ou não se adequam às normas impostas pela modernidade são aplicadas rígidas advertências, podendo resultar no desligamento ou demissão das atividades no campo de trabalho.

Na sociedade moderna, existem vários espaços que frequentamos e atuamos diariamente em que são aplicadas técnicas e mecanismos de adestramento de corpos. Estes espaços se constituem como microfísica do poder. Notadamente, o controle é feito sobre cada indivíduo, mas também ocorre simultaneamente sobre todos. Essa técnica é denominada **quadriculamento** e pode ser percebida na postura dos operários nas fábricas, divididos e seccionados pela linha de produção e atividade que executa cada sujeito, tornando-se fácil o monitoramento de qual parte do produto está em andamento veloz ou estagnado ou mesmo detectar qual operário não está executando seu trabalho dentro do estipulado como meta de produção.

Nas escolas, também percebemos marcadores de disciplina dos corpos, as sirenes de entrada e saída, do início e término das aulas são exemplos de normatização dos corpos dos estudantes. Os passos são cronometrados para a hora de aprender Matemática ou Sociologia, por exemplo e os corpos precisam estar dispostos naquele momento específico que foi programado e determinado previamente. Nos presídios, também há ordenamento para a disciplina. Vários dispositivos são utilizados para o controle dos corpos, alguns sutis e outros mais drásticos, há rigor também para o controle do tempo em função dos membros físicos dos sujeitos. O controle sobre os corpos é um imperativo para a ordem.

A sujeição dos corpos na Modernidade é resultado da manipulação e dos elementos de dominação a que estão expostos os sujeitos. São vigiados e fiscalizados para serem ativos e úteis economicamente ao mesmo tempo em que são passivos politicamente, portanto dóceis.

EIXO 2 - Interrogar realidades: Olhares sociológicos sobre a sociedade

1) Qual o seu entendimento sobre o papel do homem, da mulher e dos filhos nos dias atuais no contexto familiar?

2) Que certezas os cidadãos têm nos dias atuais sobre garantias de nossa vida para o amanhã e para o trabalho?

3) O mundo inteiro está conectado. Fluxos de capitais são cada vez maiores entre blocos econômicos numa velocidade instantânea. Podemos nos comunicar com qualquer parte do mundo. Qual a sua percepção sobre as relações entre as pessoas?

4) **(Enem - 2010)** A lei não nasce da natureza, junto das fontes frequentadas pelos primeiros pastores: a lei nasce das batalhas reais, das vitórias, dos massacres, das conquistas que têm sua data e seus heróis de horror: a lei nasce das cidades incendiadas, das terras devastadas; ela nasce com os famosos inocentes que agonizam no dia que está amanhecendo. FOUCAULT. M. Aula de 14 de janeiro de 1976. In. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes. 1999 O filósofo Michel Foucault (séc. XX) inova ao pensar a política e a lei em relação ao poder e à organização social. Com base na reflexão de Foucault, a finalidade das leis na organização das sociedades modernas é

- a) combater ações violentas na guerra entre as nações.
- b) coagir e servir para refrear a agressividade humana.
- c) criar limites entre a guerra e a paz praticadas entre os indivíduos de uma mesma nação.
- d) estabelecer princípios éticos que regulamentam as ações bélicas entre países inimigos.
- e) organizar as relações de poder na sociedade e entre os Estados.

5) **(Enem - 2010)** William James Herschel, coletor do governo inglês, iniciou na Índia seus estudos sobre as impressões digitais ao tomar as impressões digitais dos nativos nos contratos que firmavam com o governo. Essas impressões serviam de assinatura. Aplicou-as, então, aos registros de falecimentos e usou esse processo nas prisões inglesas, na Índia, para reconhecimento dos fugitivos. Henry Faulds, outro inglês, médico de hospital em Tóquio, contribuiu para o estudo da datiloscopia. Examinando impressões digitais em peças de cerâmica

pré-histórica japonesa, previu a possibilidade de se descobrir um criminoso pela identificação das linhas papilares e preconizou uma técnica para a tomada de impressões digitais, utilizando-se de uma placa de estanho e de tinta de imprensa.

Que tipo de relação orientava os esforços que levaram à descoberta das impressões digitais pelos ingleses e, posteriormente, à sua utilização nos dois países asiáticos?

- a) De fraternidade, já que ambos visavam aos mesmos fins, ou seja, autenticar contratos.
- b) De dominação, já que os nativos puderam identificar os ingleses falecidos com mais facilidade.
- c) De controle cultural, já que Faulds usou a técnica para libertar os detidos nas prisões japonesas.
- d) De colonizador-colonizado, já que, na Índia, a invenção foi usada em favor dos interesses da coroa inglesa.
- e) De médico-paciente, já que Faulds trabalhava em um hospital de Tóquio.

6) (Enem - 2011)



Charge capa da revista “O Malho”, de 1904.

(Foto: Reprodução/Enem)

A imagem representa as manifestações nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, na primeira década do século XX, que integraram a Revolta da Vacina. Considerando o contexto político-social da época, essa revolta revela

- a) a insatisfação da população com os benefícios de uma modernização urbana autoritária.
- b) a consciência da população pobre sobre a necessidade de vacinação para a erradicação das epidemias.
- c) a garantia do processo democrático instaurado com a República, através da defesa da liberdade de expressão da população.
- d) o planejamento do governo republicano na área de saúde, que abrangia a população em geral.
- e) o apoio ao governo republicano pela atitude de vacinar toda a população em vez de privilegiar a elite.

7) (**Enem - 2013**) O edifício é circular. Os apartamentos dos prisioneiros ocupam a circunferência. Você pode chamá-los, se quiser, de celas. O apartamento do inspetor ocupa o centro; você pode chamá-lo, se quiser de alojamento do inspetor. A moral reformada; a saúde preservada; a indústria revigorada; a instrução difundida; os encargos públicos aliviados; a economia assentada, como deve ser, sobre uma rocha; o nó górdio da Lei sobre os Pobres não cortado, mas desfeito – tudo por uma simples ideia de arquitetura!

BENTHAM, J. **O panóptico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Essa é a proposta de um sistema conhecido como panóptico, um modelo que mostra o poder da disciplina nas sociedades contemporâneas, exercido preferencialmente por mecanismos

- a) religiosos, que se constituem como um olho divino controlador que tudo vê.
- b) ideológicos, que estabelecem limites pela alienação, impedindo a visão da dominação sofrida.
- c) repressivos, que perpetuam as relações de dominação entre os homens por meio da tortura física.
- d) sutis, que adestram os corpos no espaço- tempo por meio do olhar como instrumento de controle.
- e) consensuais, que pactuam acordos com base na compreensão dos benefícios gerais de se ter as próprias ações controladas.

8) (Enem - 2021)



Fonte: Lichtenstein (2018).

A obra, da década de 1960, pertencente ao movimento artístico Pop Art, explora a beleza e a sensualidade do corpo feminino em uma situação de divertimento. Historicamente, a sociedade inventou e continua reinventando o corpo como objeto de intervenções sociais, buscando atender aos valores e costumes de cada época.

Na reprodução desses preceitos, a erotização do corpo feminino tem sido constituída pela

- a) realização de exercícios físicos sistemáticos e excessivos.
- b) utilização de medicamentos e produtos estéticos.
- c) educação do gesto, da vontade e do comportamento.
- d) construção de espaços para vivência de práticas corporais.
- e) promoção de novas experiências de movimento humano no lazer.

Questões PLUS

1. (Universidade Cândido Mendes/2017) O sociólogo polonês Zygmunt Bauman discorre sobre as relações humanas em tempos atuais. A “vida líquida” e a “modernidade líquida” estão intimamente ligadas. A “vida líquida” é uma forma de vida que tende a ser levada adiante numa sociedade líquido-moderna. “Líquido-moderna” é uma sociedade em que as condições sob as quais agem seus membros mudam num tempo mais curto do que aquele necessário para a

consolidação, em hábitos e rotinas, das formas de agir” (BAUMAN, 2009, p. 7). As mudanças a que se refere Bauman são causadas por diversos fatores, entre os quais a tecnologia e seus recursos. Abaixo encontram-se manchetes de periódicos jornalísticos.

Assinale aquela que revela um EFEITO POSITIVO da relação supramencionada.

- a) “Instagram é a pior rede para a saúde mental dos adolescentes – Estudo britânico atribui a pior nota ao aplicativo por sua capacidade de gerar ansiedade entre os jovens” (El País – maio de 2017);
- b) “Mãe de adolescente autista e estudantes de informática criam jogo para ensinar matemática – Alternativa foi pensada para unir tecnologia e educação e sobrepor dificuldades de aprendizado do filho. Jogo deve ser distribuído para outras escolas” (G1 – maio de 2017);
- c) “Novas tecnologias? Brasil corre o risco de se tornar irrelevante – Num estudo que avalia o grau de inovação de 140 nações, o Brasil ocupa a 69ª posição, atrás de todas as grandes economias emergentes.” (Exame – maio de 2017);
- d) “Desemprego entre idosos e busca por vagas aumentam, diz pesquisa – Levantamento inédito do Vagas.com mostra maior procura por colocação por pessoas com mais de 60 anos, mesmo aposentadas, e vagas em queda” (Veja – maio de 2017);
- e) “Negligência dos pais no mundo virtual expõe criança a efeitos nocivos da rede” (CONJUR – abril de 2017).

2. (Pucpr 2009) O indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação “ideológica” da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama “disciplina”.

Fonte: Foucault, *Vigiar e punir*, p.161.

Assinale as alternativas corretas.

- I. Foucault quer afirmar que os indivíduos, nesse modelo de sociedade, são constituídos como efeitos da atuação de estratégias de poder correlatas a técnicas de saber.
- II. Para Foucault, o poder fundamentalmente reprime, recalca, censura, mascara, anulando os desejos individuais.
- III. A disciplina produz realidade, produz rituais de verdade, produz indivíduos úteis e dóceis.
- IV. Para Foucault, é o indivíduo que possui o poder. É ele quem dá sentido ao mundo.
- V. A disciplina, como estratégia privilegiada de fabricação do indivíduo e produção de verdades, existe desde a época do cristianismo primitivo.

- a) II, IV e V
- b) I e III
- c) II e III
- d) I e II
- e) III, IV e v

GABARITO : 4 - E, 5 - D, 6 - A, 7 - D, 8 - C Questões PLUS 1 - B , 2 - B
EIXO 3 - Oficina de produção sociológica: Pílulas sociológicas

Caros estudantes,
Agora é com vocês!

Vamos apresentar um trabalho criativo e que tenha uma função social inovadora na escola! A proposta é a elaboração de uma síntese das discussões apresentadas na Parte 2 do fascículo Sociologia para o Enem: **Modernidade líquida - Panoptismo - Docilização de corpos** para nortear a preparação das **Pílulas Sociológicas**, vídeos curtos, com tempo máximo de transmissão de 5(cinco) minutos.

Toda atividade que vamos executar necessita de planejamento e produção, portanto:

- Organizem-se em Grupos de Trabalho, para melhor dividirem as atribuições de cada integrante na produção dos vídeos: 1.Criação do roteiro, pensando no tema. 2. Divisão das tarefas dentro do GT. 3. Elaboração da sequência de falas;
- Considerem as fases de edição e a distribuição das **Pílulas Sociológicas** como importantes etapas deste trabalho.

Para tanto, vocês poderão mobilizar o Grêmio Estudantil, os líderes de sala, a Coordenação para veicular as **Pílulas Sociológicas** nos grupos de WhatsApp e nas redes sociais da escola.

Mãos à obra e boa produção!

6 CONCLUSÃO

A partir do objetivo central da presente pesquisa, cujo propósito consistia em responder à seguinte indagação: como o ensino de Sociologia dialoga com a proposta curricular integrada, destinada aos itinerários formativos, nas Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral no Ceará? Conclui-se que houve êxito no escopo de sua finalidade.

Isso porque um dos objetivos específicos da pesquisa destinou-se a verificar, se nas EEMTI estudadas, houve categorias sociológicas mobilizadas por meio da oferta da UCE - Sociologia para o Enem, o que se deu satisfatoriamente ao observar que a Sociologia tratada nas aulas da UCE visa torná-los competentes para tanto elaborar análises críticas quanto produções textuais mais qualificadas e que apresentam argumentos fundamentados em reflexões sociológicas.

Também foi importante abordar a relevância social da Sociologia nesse novo contexto de flexibilização curricular, considerando o importante papel dos professores da disciplina na reorganização curricular e na integração com outros saberes, no sentido de afetar positivamente o ensino de Sociologia nas séries finais da educação básica. O Ensino Médio no Brasil muito se ajustou e continua nesse movimento após a publicação da BNCC. Com a mesma intensidade de força que os marcos regulatórios propõem a formação continuada e a valorização do professor, alastrou-se o discurso fantasioso de que o professor seja doutrinador, propagador e defensor de ideologias político-partidárias nas salas de aula, passando a ser visto como verdadeiro inimigo do projeto de lei que vislumbra a transformação da educação brasileira.

Outra constatação favorável foi de que a UCE - Sociologia para o Enem ultrapassa a concepção de ensino restrito e unilateral, difundida pela Reforma do Ensino Médio que, em linhas gerais, propala e defende a ideia de um ensino com ênfase no mundo do trabalho para assumir o papel importante de trabalhar a dimensão emancipatória dos estudantes.

No decorrer da pesquisa, foi averiguado que a ausência de material didático estruturado associado à baixíssima oferta de formação para os professores de Sociologia foram as causas que justificam a tomada de decisão para a elaboração do Fascículo intitulado: Sociologia para o Enem. Primeiro porque foi bem sucedida a proposição de um material estruturado de apoio pedagógico que é produto resultante das análises exploratórias oriundas da pesquisa qualitativa desenvolvida na dissertação de Mestrado PROFSOCIO, com uma amostra de professores que ministraram a UCE em 2022.1 e 2020.2 na Rede Estadual do Ceará. Segundo porque a entrega deste fascículo se configura como um indicativo que visa atenuar os fatores limitantes para o exercício da prática docente, tendo estrutura própria que visa

possibilitar seu uso flexível, ou seja, sem a obrigatoriedade de seguir a sequência lógica de apresentação dos conteúdos, sendo possível adaptá-lo a qualquer currículo escolar e realidades diversas.

Por fim, reitera-se que a oferta da UCE - Sociologia para o Enem consegue mobilizar mais categorias sociológicas que a Sociologia regular, em função de sua maior carga horária semanal, 2 (duas) horas/ aulas, se comparada com, apenas 1(uma) hora/ aula semanal, carga horária que a disciplina Sociologia regular dispõe na matriz curricular das EEMTI. Visando fortalecer a aprendizagem dos estudantes, a Sociologia tratada nas aulas da UCE intenciona desenvolver o potencial argumentativo dos estudantes, possibilitando-os a melhorar a produção textual, por meio do desenvolvimento da análise crítica dos fatos sociais, mobilizando-os para a adoção de postura ativa, diante dos problemas que afligem a sociedade contemporânea, além de serem capazes de apontar resoluções para os dilemas do contexto de vida atual.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BERNSTEIN, B. **A estruturação do discurso pedagógico**: classes, códigos e controle. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Luís Fernando Gonçalves Pereira, v. IV da edição inglesa. Petrópolis: Vozes, 1996.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 12 ago. 1971.

BRASIL. **Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e n.º 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 e o Decreto-Lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n.º 11.161, de 5 de agosto de 2005 e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 04 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 29 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 1.432, de 28 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio e orienta a elaboração dos itinerários formativos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 3 jan. 2019a. p. 41-44.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais Curriculares para a elaboração dos Itinerários Formativos**. Brasília, DF, 2019b. Sem paginação.

BRASIL DE FATO. **Greve pelo Clima tem protesto no Rio de Janeiro nesta sexta (20)**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefatorj.com.br/2019/09/20/greve-pelo-clima-tem-protesto-no-rio-de-janeiro-nesta-sexta-20>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CARA, D. **Reforma do Ensino Médio**: perspectivas e desafios. São Paulo: Editora X, 2017. p. 395.

CAZEIRO, L. **Qual a obrigatoriedade do ponto eletrônico?** 2023. Disponível em: <https://tangerino.com.br/blog/obrigatoriedade-de-ponto-eletronico/>. Acesso em: 02 fev. 2024.

CEARÁ. Decreto n. 33.841, de 5 de dezembro de 2020. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, CE, 5 dez. 2020b.

CEARÁ. Lei n. 16.287, de 20 de julho de 2017. Institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil - PADIN, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, CE, 20 jul. 2017.

CEARÁ. **Portal do Governo do estado do Ceará**. Ceará, 2024. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CEARÁ. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. **Diretrizes e Orientações Pedagógicas para as Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI)**. Fortaleza: Secretaria de Educação, 2020a. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2020/02/Orienta%C3%A7%C3%B5es-Pedag%C3%B3gicas-2020-final_dezembro.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

CEARÁ. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. **Diretrizes para o ano letivo de 2021**. Fortaleza, 2021. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2021/01/diretrizes_ano_letivo_2021.pdf. Acesso em: 04 ago. 2023.

CEARÁ. Secretaria de Educação do Estado Ceará. **Catálogo Unidades Curriculares Eletivas**. Ceará, 2023. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2023/03/catalogo_unidades_curriculares_eletivas_2023.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.

CIRCUITO FORA DO EIXO. **Bloco das Mulheres na Luta Contra a Violência do Estado n Dia da Mulher - Belo Horizonte - 08 03 2013 (8539276277)**. 2013. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Bloco_das_Mulheres_na_Luta_Contra_a_Viol%C3%Aancia_do_Estado_n_Dia_da_Mulher_-_Belo_Horizonte_-_08_03_2013_\(8539276277\).jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Bloco_das_Mulheres_na_Luta_Contra_a_Viol%C3%Aancia_do_Estado_n_Dia_da_Mulher_-_Belo_Horizonte_-_08_03_2013_(8539276277).jpg). Acesso em: 13 maio 2024.

CISTERNA, E. **Big Brother: uma espiadinha de sucesso**. Grupo Tribuna. 2021. Disponível em: <https://www.atribuna.com.br/variedades/comportamento/big-brother-brasil-uma-espiadinha-de-sucesso-1.344572>. Acesso em: 20 mar. 2024.

COSTA, M. O.; SILVA, L. A. Educação e democracia: Base Nacional Comum Curricular e novo ensino médio sob a ótica de entidades acadêmicas da área educacional. **Revista Brasileira de Educação**, [S.l.], v. 24, e240047 2019.

EXTRA. **Tribunal Popular da Baixada vai simular julgamento de mortes causadas por agentes do estado**. 2018. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/tribunal-popular-da-baixada-vai-simular-julgamento-de-mortes-causadas-por-agentes-do-estado-23051570.html>. Acesso em: 13 abr. 2024.

FERREIRA, W.; SANTANA, D. C. A reforma do Ensino Médio e o ensino de sociologia. **Perspectiva sociológica**, [S.l.], n. 21, p.50, 2018.

FREIRE, P. **Conscientização, teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Moraes, 1980.

FRIGOTTO, G. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo de serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem”**

Partido. Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 17-34.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Trabalho como princípio educativo. *In*: CALDART, R. S. *et al.* (org.). **Dicionário da educação do campo.** Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio: São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 748-757.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais no início do século XXI:** antigos e novos atores sociais. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015.

LICHTENSTEIN, R. **Garota com bola.** Óleo sobre tela, 153 cm x 91,9 cm. Museu de Arte Moderna de Nova York, 1961. Disponível em: www.moma.org. Acesso em: 4 dez. 2023.

LOPES, F. W. R. (Des) continuidades na política de um currículo nacional: a sociologia nos arranjos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 52, n. 1, p. 245-282, mar/jun., 2021.

MAPA 10. **Mapa mental.** 2023. Disponível em: <https://mapa10.com.br/wp-content/uploads/2023/01/mapa-mental-zygmunt-bauman.png>. Acesso em 10 mar. 2024.

MICHETTI, M. Atuação de elites empresariais na definição dos rumos da educação pública no Brasil contemporâneo. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 42., 2018, Caxambu, MG. **Anais [...]**. Caxambu: Anpocs, 2018. p. 1-27. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-3/gt-31/gt10-25/11195-a-atuacao-de-elites-empresariais-na-definicao-dos-rumos-da-educacao-publica-no-brasilcontemporaneo/file>. Acesso em: 11 jul. 2019.

MICHETTI, M. Entre a legitimação e a crítica: As disputas acerca da Base Nacional Comum Curricular. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.l.], v.35, n. 102, 2020.

MOVIMENTOS SOCIAIS. Pinterest. [202-]. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/836965912000879777/>. Acesso em 20 abr. 2024.

PERONI, V. M. V.; CAETANO, M. R. O público e o privado na educação. Projetos em disputa. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337 - 352, jul./dez. 2015.

SESC. Centro de Pesquisa e Formação. **Modernidade Gasosa.** SESC São Paulo, ([202-]). Disponível em: <https://universodafilosofia.com/wp-content/uploads/2017/12/panoptico.jpg>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SILVA, I. L. F. A sociologia no Ensino Médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. **Cronos**, Natal, v. 8, n. 2, p. 403-427, 2007.

SILVA, M. R. A BNCC da Reforma do Ensino Médio: O resgate de um empoeirado discurso. **Palavra aberta, Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, e214130, 2018.

SIMIELLI, M. E. R.; ALVES, H. P. da F. **Dinâmicas socioespaciais:** conceitos, métodos e estudos de caso. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

APÊNDICE A – ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO

Prezado(a) Professor(a),

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa que contempla temáticas como Tempo Integral, Sociologia, Itinerários Formativos e Flexibilização Curricular. Trata-se de uma pesquisa em nível de Mestrado, vinculado ao Programa de Mestrado profissional de Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO e Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará – UFC.

O objetivo deste estudo é a realização de uma pesquisa, seguida de diagnóstico, cuja reflexão se produzirá a partir da análise das incursões e efeitos decorrentes da recomposição curricular na Educação Básica gerados pela Reforma do Ensino Médio, em particular nas Escolas em Tempo Integral no estado do Ceará (EEMTI). Apresentando as principais consequências causadas à Sociologia, no contexto atual, que se configura como um período de nova ameaça de intermitência, com recorte específico para os eixos que compõem a oferta dos Itinerários Formativos, visando contribuir com a reflexão permanente sobre as teorias sociológicas e pedagógicas, a fim de possibilitar o exercício do olhar sociológico das/os professores lotados nas Unidades Curriculares Eletivas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

A pesquisa aborda a relevância social da Sociologia nesse novo contexto, considerando o importante papel dos professores da disciplina na reorganização curricular e na integração com outros saberes, no sentido de afetar indubitavelmente o ensino de Sociologia nas séries finais da educação básica.

Desde já, agradeço a participação.

1. Qual o seu vínculo com a Rede estadual de ensino do Ceará?

Professor Efetivo

Professor contratado por tempo determinado (temporário)

2. Qual a sua faixa etária em 1º de janeiro de 2022?

18 a 29 anos

30 a 45 anos

46 a 59 anos

+ de 60 ano

3. Qual a formação em nível de graduação?

Ciências Sociais/Sociologia

Educação Física

Matemática

Química

Física

Biologia

Filosofia

Geografia

História

Letras

Arte - Educação

Pedagogia

Libras

Outra

4. Sua Formação é em Licenciatura?

Sim

Não

5. No ano de 2022, você lecionou a disciplina Sociologia?

Sim

Não

6. Há quantos anos atua como docente?

menos de 2 anos

de 3 a 5 anos

de 6 a 8 anos
de 9 a 10 anos
de 11 a 15 anos
de 16 a 20 anos
de 21 a 25 anos
de 25 a 30 anos
+ de 30 anos

7. Você trabalhou em quantas escolas no ano de 2022?

1
2
3
4
5 ou mais

8. Informe a sua carga horária de trabalho, semanal, na Rede estadual do Ceará.

4h
8h
12h
16h
20h
24h
28h
30h
36h
40h
44h
48h
52h
56h
60h

9. Como e por quem é elaborado o Plano anual de Sociologia em sua escola?

10. Indique quais suportes/materiais didáticos são considerados ao elaborar o plano anual de Sociologia em sua escola.

PNLD

DCRC

Catálogo de Unidades Curriculares Eletivas

Catálogo de Trilhas de Aprofundamento

Outros

11. O Plano anual de Sociologia foi alterado, em sua escola, em função da implementação do NEM?

12. Se você marcou SIM na resposta anterior, indique quais mudanças ocorreram significativamente.

13. Em seu planejamento para o ensino de Sociologia, os novos livros do PNLD (de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Projetos Integradores) são levados em consideração?

Sim

Não

14. Na sua opinião, os livros atuais do PNLD de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas contemplam os princípios pedagógicos da disciplina de Sociologia?

Sim

Não

15. Você leciona conteúdos de Sociologia presentes no PNLD 2012, 2015, 2018 em suas aulas?

Sim

Não

16. Hoje você incorpora mais conteúdos de outras disciplinas ao Planejamento de Sociologia do que antes do NEM?

Sim

Não

17. Em sua escola, é possível desenvolver trabalho coletivo de planejamento a fim de garantir uma abordagem interdisciplinar?

Sim

Não

18. Você ainda utiliza o antigo livro didático de Sociologia em suas turmas de NEM?

Sim

Não

19. Se você respondeu SIM na questão anterior, responda: qual o motivo?

20. Você leciona quais tipos de disciplinas na Rede estadual do Ceará?

FGB

PDT

NTPPS

Trilha de Aprofundamento

21. Pensando no ano de 2022, você ofertou atividade/aula no formato remoto? Considere a escola em que concentrou maior carga horária.

Sim

Não

22. Pensando na UCE - Sociologia para o ENEM, ministrada em 2022, informe o motivo pelo qual a ofertou.

23. Pensando na UCE - Sociologia para o ENEM, ministrada em 2022, você recebeu formação disponibilizada pela Seduc?

Sim

Não

24. Se respondeu SIM à questão anterior, informe a carga horária, qual o formato e conteúdo da formação.

25. Qual critério a escola utiliza para selecionar e ofertar as UCE?

Catálogo de Unidades Curriculares Eletivas

Elaboração própria dos professores

Outro

26. Para a oferta, em sua escola, no ano letivo de 2022 da UCE - Sociologia para o ENEM, como se deu o processo de escolha?

Os estudantes escolheram

Os professores escolheram

O núcleo Gestor escolheu

Outro

27. Pensando na UCE - Sociologia para o ENEM, ministrada em 2022, informe a média de quantos estudantes cursaram.

de 10 a 20

de 20 a 30

de 30 a 40

28. Conforme orientação da Seduc, a enturmação dos estudantes nas UCE deve ser de composição mista, ou seja, estudantes das três séries do Ensino Médio. Em sua sala de aula, na UCE - Sociologia para o ENEM, em 2022, a composição da turma era mista?

Sim

Não

29. Se respondeu SIM à questão anterior, informe se havia prevalência de estudantes da 3ª série cursando a UCE - Sociologia para o ENEM.

Sim

Não

30. Durante a oferta da UCE - Sociologia para o ENEM foi realizado algum levantamento para saber o porquê do interesse dos estudantes em cursarem essa eletiva?

Sim

Não

31. Se marcou SIM na questão anterior, escreva o principal interesse demonstrado pelos estudantes ao cursarem a UCE - Sociologia para o ENEM.

32. Pensando no ano de 2022, a UCE - Sociologia para o ENEM de fato foi ministrada conforme o que apresenta a ementa ou foi ofertada outra eletiva utilizando o seu código?

Sim

Não

33. Se você respondeu SIM à questão anterior, informe por que esse arranjo foi feito.

34. Para ministrar a UCE - Sociologia para o ENEM, quais recursos didáticos foram utilizados?

Textos

Vídeos
Filmes
Livros
Notícias
Música
Jornais e Revistas
Outros

35. Professor, para ministrar a UCE - Sociologia para o ENEM certamente utilizou alguns recursos didáticos. Apresente, em linhas gerais, como se deu essa experiência e quais recursos foram utilizados.

36. Para avaliar os estudantes na UCE - Sociologia para o ENEM, quais métodos foram aplicados?

Avaliação escrita
Autoavaliação
Exposição
Debates/ diálogos abertos
Resumo-síntese
Culminância prática
Participação
Produção textual
Seminário
Outros

37. Como produto final, a UCE - Sociologia para o ENEM apresentou algum projeto de relevância ou impacto social? Se sim, escreva o nome do projeto.

38. Tendo ministrado a UCE – Sociologia para o ENEM, em 2022, você acredita ter atingido os objetos pressupostos na ementa?

Sim
Não

39. Dos itens abaixo, qual você considera indispensável para ministrar a UCE – Sociologia para o ENEM?

Material estruturado

Formação para professor

Outro

40. Na sua opinião, ter ministrado a UCE - Sociologia para o ENEM, em 2022, possibilitou mobilizar mais habilidades nos estudantes do que na disciplina Sociologia?

Sim

Não

41. Ter ministrado a UCE - Sociologia para o ENEM, em 2022, possibilitou explorar quais conceitos da Sociologia? Escreva dois deles, no mínimo.

42. Ter ministrado a UCE - Sociologia para o ENEM, em 2022, possibilitou-lhe muitas experiências. Professor, registre duas dificuldades enfrentadas no exercício docente ao ministrar a eletiva.

43. Em 2023, você se sente confortável para ministrar novamente a UCE Sociologia para o ENEM?

Sim

Não

44. Você conhece o processo de submissão para validação de novas ementas ou atualização de ementas realizada pela SEDUC?

Sim

Não